

**DIEGO PACHECO**

**O vermelho das rosas:**

Cultura política e trabalhismos em Santa Catarina na segunda metade do século XX

Texto apresentado à banca como requisito para a obtenção do título de Doutor em História Cultural, sob a orientação do Professor Doutor Alexandre Busko Valim.

Florianópolis, 2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pacheco, Diego

O vermelho das rosas : Cultura política e  
trabalhismos em Santa Catarina na segunda metade do  
século XX / Diego Pacheco ; orientador, Alexandre  
Busko Valim, 2018.

191 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,  
2018.

Inclui referências.

1. História. 2. Socialismo. 3. Trabalhismo. 4.  
Cultura política. I. Valim, Alexandre Busko. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em História. III. Título.

**O VERMELHO DAS ROSAS: CULTURA POLÍTICA E  
TRABALHISMOS EM SANTA CATARINA NA SEGUNDA METADE  
DO SÉCULO XX**

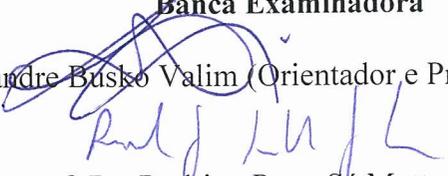
**Diego Pacheco**

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

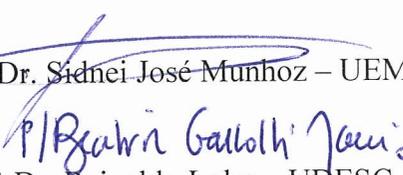
**DOCTOR EM HISTÓRIA CULTURAL**

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Alexandre Busko Valim (Orientador e Presidente) – PPGH/UFSC

  
Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - UFMG

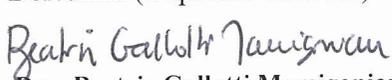
Prof. Dr. Sidnei José Munhoz – UEM

  
Prof. Dr. Reinaldo Lohn – UDESC

  
Prof. Dr. Waldir José Rampinelli- UFSC

Prof. Dr. Adriano Duarte (Suplente interno) - PPGH/UFSC

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (Suplente externo) – PPGH/UDESC

  
Prof. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian

Coordenadora do PPGH/UFSC  
Florianópolis, 7 de março de 2018

**Beatriz Gallotti Mamigonian**  
Coordenadora do Programa  
Pós-Graduação em História  
PPGH/CFH/UFSC  
Portaria nº 962/2017/GR



À minha companheira Denise



## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu avô Walteu Pacheco (in memoriam), pela inspiração e pelo engajamento em vida.

Ao professor Dr. Alexandre Busko Valim, pela orientação, pela paciência, leitura atenta e amizade.

À CAPES, pela bolsa de pesquisa.

Às funcionárias e funcionários da UFSC e da Secretaria da Pós-graduação em História.

Aos colegas de curso, pelo frequente troca de ideias. Em especial, ao amigo Tiago Alves pelo companheirismo e apoio durante a pesquisa em Lisboa.

Aos professores dos Programas de Pós-Graduação em História, pelos incentivos à reflexão.

Aos professores da Banca de Qualificação Dr. Paulo Pinheiro Machado, Dr. Reinaldo Lohn e Dr. Marcio Voigt pelas contribuições ao trabalho

Aos companheiros da Educação de Jovens e Adultos de Florianópolis pela amizade e luta nos movimentos sociais, em especial, à professora Marcela Cechinel pela atenção na revisão textual.

Ao amigo Luiz Alberto de Souza pela amizade, presteza e crença no meu potencial acadêmico.

Aos meus pais, avós, irmãos e toda a família, pelo apoio e amor incondicional.

Aos meus filhos, Caio, João e Catarina, que dividiram minha atenção com esse trabalho.



*A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real.*

Rene Remond



## RESUMO

Durante grande parte do século XX o Brasil conviveu com uma tradição política que hegemonizou as disputas de poder, principalmente após a ascensão de Getúlio Vargas ao governo central do país: o trabalhismo. Gestado durante a ditadura varguista, esse conjunto de ideias ganhou dinâmica e profundo diálogo com diversos pensamentos de outros matizes políticos. Dessa forma, considerando o trabalhismo brasileiro como uma cultura política, esta pesquisa visa discutir essa dinâmica, sobretudo após 1954 com o suicídio de Vargas e a transformação do trabalhismo até o final da década de 1970. Percebemos que nesse dinamismo, o trabalhismo esteve intimamente em trocas com o comunismo, para, após 1964, afastar-se cada vez mais em direção ao socialismo democrático a ponto de no momento de sua reconstrução sofrer profunda influência dessa tradição política na Europa.

Para realizar essa pesquisa, foram estudadas alguma trajetórias que nos ajudaram a esclarecer o diálogo do trabalhismo com outras correntes políticas de esquerda, mormente por meio das suas experiências individuais e de seus grupos políticos. Os advogados comunistas Chico Pereira e Herbert Georg, o jornalista Doutel de Andrade, assim como o ex-governador Leonel Brizola, são alguns dos atores sociais que esta pesquisa tratou com o intuito de perceber a dinâmica do trabalhismo no Brasil e no exílio.

Para tanto, arquivos brasileiros e portugueses foram visitados e deles utilizamos Inquéritos Policiais Militares produzidos pela Ditadura Militar brasileira, periódicos, documentos diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, depoimentos, relatórios da Internacional Socialista e do Partido Socialista Português, além de cartas, discursos e entrevistas de políticos.

Palavras-chave: Trabalhismo, cultura política, socialismo.



## ABSTRACT

During much of the twentieth century Brazil lived with a tradition that hegemonized the power struggles: the labor movement. Conceived during the Vargas dictatorship, this set of ideas enhanced its dynamics and deep dialogue with thoughts of other political nuances. Therefore, considering Brazilian labor movement as a political culture, this research aims to discuss its dynamics, especially after 1954 with the suicide of Vargas and the transformation of labor movement until the end of the 1970's. It is noticeable that in this dynamism, the labor has had interchanges with communism, so that, after 1964, it moved more and more towards democratic socialism to the point of, at the moment of its reconstruction, it underwent profound influence of this political tradition in Europe. To this research some trajectories have been studied and they have helped us to clarify the dialogue of the labor movement with other left-wing political strands, mainly by its individuals experiences and its political groups. The communist lawyers Chico Pereira and Herbert Georg, the journalist Doutel de Andrade, as well as the former governor Leonel Brizola, are some of the social actors that this research has dealt with, in order to perceive the dynamics of labor movement in Brazil and in exile. In order to do so, we visited Brazilian and Portuguese archives and from them we have used military police inquiries produced by the Brazilian Military Dictatorship, periodicals, diplomatic documents of the Portuguese Ministry of Foreign Affairs, testimonies, reports of the Socialist International and the Portuguese Socialist Party, as well as letters, speeches and interview of politicians.

Keywords: Labor Movement, political culture, socialism.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	24
<b>1 – LINHAS ENTRELAÇADAS:</b> Culturas políticas e os jornais <i>Panfleto</i> e <i>Folha Catarinense</i> .....	32
1.1 <i>O trabalhismo e o jornal Panfleto:</i> a cultura política do homem de rua.....	40
1.2 <i>Folha Catarinense:</i> o namoro entre trabalhismo e comunismo.....	54
<b>2 – TESSITURAS ENTRECRUZADAS:</b> Francisco José Pereira e a relação entre o trabalhismo e o comunismo catarinense.....	65
2.1 <i>A ilha vermelha:</i> o comunismo da capital catarinense.....	66
2.2 <i>Laços na terra do ouro negro:</i> sindicalismo mineiro e os laços trabalhistas em Criciúma.....	81
2.3 <i>O vale secreto:</i> comunismo, trabalhismo e espionagem na região de Blumenau.....	87
<b>3 - AO NASCER DA PRIMEIRA ESTRELA:</b> Doutel de Andrade e o trabalhismo entre as bases e a cúpula.....	103
3.1 – <i>Uma estrela cadente:</i> entre o amor e a intervenção.....	104
3.2 – <i>O espectro da violência:</i> Golpe civil e militar de 1964 e o deputado isolado.....	107
3.3 – <i>A voz do exilado:</i> Doutel de Andrade e a ação parlamentar de um presidente deposto.....	110
3.4 – <i>A sombra trabalhista:</i> cassação, conciliação e a alternativa política.....	117
3.5 – <i>O retorno das estrelas:</i> reorganização e o retorno do grande líder.....	119
<b>4 - A HISTÓRIA DOS ESPINHOS E DOS CRAVOS:</b> O socialismo democrático e o Partido Socialista Português.....	123
4.1 – <i>Aparando os espinhos:</i> O pós-guerra e a reconstrução política da Europa.....	124
4.2 – <i>As flores também são vermelhas:</i> O socialismo democrático europeu.....	133

4.3 – <i>Os cravos sem espinhos</i> : O socialismo português e a Revolução de 1974.....	150
5 - <b>OS CRAVOS E AS ROSAS</b> : Uma cultura política renovada entre conflitos, interesses e projetos.....	154
5.1 <i>Depois da tempestade, o sol</i> : exilados brasileiros, diplomacia e diálogos de culturas políticas.....	155
5.2 <i>Os ventos vermelhos da democracia</i> : O trabalhismo brasileiro se refaz rumo ao socialismo democrático.....	165
5.3 <i>As rosas na primavera</i> : o Encontro dos Trabalhistas em Lisboa...177	
5.4 <i>Nasce uma rosa vermelha</i> : A Carta de Lisboa e a reconfiguração de um partido trabalhista brasileiro.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Entre cartas vermelhas.....	184
ARQUIVOS.....	187
BIBLIOGRAFIA.....	188

## LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional  
ANL – Aliança Nacional Libertadora  
AP – Ação Popular  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ASP - Ação Socialista Portuguesa  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ONU)  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
DCT: Departamento de Correios e Telégrafos  
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda  
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna.  
ESG – Escola Superior de Guerra  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
IPÊS – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IPM – Inquérito Policial Militar  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCI - Partido Comunista Italiano  
PCP - Partido Comunista Portugues  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrata  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
PRR - Partido Republicano Riograndense  
RDA - República Democrática Alemã  
RFA - República Federal Alemã  
SFIO - Seção Francesa da Internacional Operária  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
STM - Superior Tribunal Militar  
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas  
UCE - União Catarinense dos Estudantes

UDN – União Democrática Nacional  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Panfleto, Rio de Janeiro, nº2, p. 30.....	50
Figura 2 - Crítica a Dantas e a Frente Ampla. Panfleto, Rio de Janeiro, N1, p. 5.....	58
Figura 3 - Chico Pereira com Henrique Lott em 1960. Acervo particular da família de Francisco José Pereira.....	83
Figura 4 - Paulo Stuart Wriugh, João Goulart e Doutel de Andrade em 1963.....	103
Figura 5- O comitê Pró Amnistia Geral promoveu eventou em Portugal com exilados brasileiros, ajudando a fomentar um clima a unidade de oposição contra a ditadura brasileira. Nessa foto vemos Miguel Arraes e Leonel Brizola. Arquivo Editora Abril.....	157
Figura 6 - O líder socialista português Mario Soares abriu o Encontro dos Trabalhistas brasileiros em 1979. Arquido do PDT.....	178



## INTRODUÇÃO

*Comunistas, caudilhistas, nacionalistas, esquerdistas.* Assim diversas pessoas procuravam desvendar o que eram os grupos trabalhistas brasileiros e, por consequência, quais eram as aspirações políticas dos homens e mulheres que haviam se tornado uma importante geração de trabalhadores e trabalhadoras que lutaram e sonharam no pré-golpe de 1964, sofreram com a ditadura militar e inspiraram parte da esquerda brasileira durante a segunda metade do século XX.

Formados politicamente no final da ditadura do Estado Novo e na borbulhante década de 1950, essas pessoas passaram suas vidas como incógnitas políticas, mesmo para suas famílias. “Acusados” por alguns de comunistas, por outros de getulistas, seguiram suas vidas aliadas a projetos distintos, aliaram-se a diversos grupos e alteraram também o próprio pensamento de seus pares, dando dinâmica e novas respostas aos problemas que passaram a sofrer.

Essas pessoas compartilhavam de uma cultura política que chamamos de trabalhista. Estudando a formação e o desenvolvimento dos grupos dos onze em Santa Catarina, podemos perceber que parte considerável dos grupos eram muito próximos de pessoas vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que, portanto, estavam longe de serem anticomunistas. Ao estudar tais grupos, chamava a atenção a aproximação entre trabalhistas e comunistas, fato que nos instigou a estudar sobre essa questão.

.Este trabalho pretende, dessa forma, esclarecer como se dinamizou a cultura política trabalhista, como se deram os encontros ou os desencontros entre ela e as outras tradições de esquerda. Perceberemos os círculos sociais próximos a dois políticos influentes e engajados nos grupos comunistas e trabalhistas que antecederam ao golpe de 1964, procurando perceber as nuances de uma relação sempre polêmica entre esses pensamentos políticos no território catarinense.

Francisco José Pereira, advogado, escritor e jornalista, militante do Partido Comunista Brasileiro, construiu uma complexa rede de contatos e influências políticas, principalmente no período que antecede o golpe de 1964 que serviu como aplicação e adaptação do projeto geral do partido. Mas não só isso, em sua passagem por Florianópolis, Criciúma e Blumenau, desde sua formação intelectual até sua prisão, teve no contato com trabalhistas e comunistas internacionais uma frequente forma de captação de novos partidários, formação política e de

criação de novos laços entre partidos que se avizinhavam em suas tradições políticas.

Já Almino Doutel de Andrade teve uma trajetória mais institucionalizada, tanto em nível nacional quanto em sua atuação em Santa Catarina. Nascido no Rio de Janeiro, Doutel era o braço direito do líder trabalhista João Goulart e possuía fortes ligações com o ex-governador do Rio Grande do Sul e representante maior do trabalhismo radical, Leonel de Moura Brizola. Doutel de Andrade chegou à vice-governança do estado de Santa Catarina e sua proximidade com o Poder Executivo estadual, suas ligações às bases do PTB e, conseqüentemente, seus laços com os comunistas catarinenses, fazem dele um importante protagonista para a compreensão dessas relações políticas.

Após o golpe, o trabalhismo sofreu profunda perseguição e expatriação, com os principais ideólogos e líderes exilados e seus principais defensores entre os trabalhadores perseguidos, presos e humilhados. Apresentou então trações de uma cultura política que passou a operar de um molde distinto do período anterior, chegando ao período de abertura política vinculado a novas formas de ver o problema brasileiro.

O trabalhismo expatriado que, no exílio, passou a dialogar de forma mais sistemática com o socialismo europeu e com exilados que compartilhavam projetos políticos diferentes, se construiu em uma nova roupagem política e ideológica. Assim, no momento de abertura política, o Brasil passou a conviver com diferentes trabalhistas, parte deles convertidos a um “socialismo moreno” brizolista, profundamente inspirado e em diálogo com os projetos socialistas democráticos da segunda metade do século XX na Europa.

Para seguir essas hipóteses, utilizaremos um conjunto de documentos disponíveis no Brasil e em Portugal, checando personagens e buscando esclarecer essas dinâmicas políticas de construção e mutação de projetos de nação e estratégias de poder. Jornais catarinenses com as mais diferentes tendências políticas e alguns nacionais, como o trabalhista *Panfleto*, serão fontes fundamentais dessa pesquisa.

Os arquivos produzidos pela repressão, no pós 1964, têm um papel importante nessa pesquisa. Com esses arquivos conseguimos acessar documentos políticos, cartas, manuscritos, depoimentos e relatórios que, com os mais diferentes objetivos durante sua produção, hoje colaboram com o historiador na busca pelos projetos individuais, pelas redes sociais e pelo pensamento político do período. Mesmo sabendo do contexto de produção desses arquivos, com uma seleção

própria de documentos, com depoimentos realizados, muitas vezes, sob diversos tipos de pressões e violências, acreditamos que tal acervo é fundamental para compreendermos o período em questão.

Em Portugal, documentos diplomáticos e acervos do Partido Socialista, assim como arquivos acumulados por centros de exilados nos ajudam a compreender a dinâmica dos exilados brasileiros e servem para entendermos como se deram as reuniões que acabaram por definir a refundação do Partido Trabalhista Brasileiro, consolidando uma nova roupagem política para o trabalhismo brasileiro.

Para uma melhor abordagem ao nosso problema utilizaremos debates em torno da chamada História Política. A história política hoje é um campo de estudo consolidado dentro dos estudos históricos. Posta em segundo plano da historiografia, principalmente após a ascensão da Escola da Annales, logo no início do século XX, a história política voltou com toda a força no final do século, no bojo dos estudos culturais. Os estudiosos que encabeçaram o “retorno do político”, liderados por Rene Remond, passaram a fazer uma defesa aberta dessa forma de ver o processo histórico, na qual o político não seria um simples reflexo ou uma dimensão subjulgada pela economia ou pela cultura.

É importante ressaltar que não devemos confundir história política com história do tempo presente. Não há ligação entre fazer história do político com a proximidade temporal entre o historiador e o objeto. A história política muitas vezes é confundida com uma história narrativa, de casos eventuais, este é outro grande equívoco: o historiador do político também está preocupado em incluir o estudo das estruturas, mesmo que pelo viés das instituições. Também deve estar atento à longa duração.<sup>1</sup> O político, assim como o econômico ou o social inscreve-se no curto, no médio e no longo prazo.

O *poder* é a noção que pode ajudar a compreender a história política. Mas o poder para esse campo historiográfico não é qualquer poder, é aquele que se desenvolve em uma sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo da coerção, definindo leis e sancionando infrações. É o poder institucional, público. A história política preocupa-se então com a conquista e a contestação desse poder, as relações dos indivíduos com a sociedade global política, com o estudo de comportamento, das escolhas, convicções, da memória, da

---

<sup>1</sup> REMOND, Rene. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnes. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p.54.

cultura, etc. Não se isola o político, ele está o tempo todo dialogando com outras dimensões dos processos históricos.<sup>2</sup>

Apesar de normalmente preocupado com os processos, o historiador não deve subestimar o valor dos eventos: eles são capazes de nos apresentar a contingência, o que é de fundamental importância para o pesquisador. A atenção ao fato mostra que sempre há possibilidades, opções, diferentes caminhos que podem ser seguidos pelas pessoas. A história e sua sequência não é algo dado e sem alternativas para os sujeitos.

Porém, é exatamente a fronteira entre a história política e a história cultural que produziu a noção que fez florescer o campo da história política. A noção de *cultura política* forneceu aos historiadores do político uma ferramenta para compreender processos históricos de uma maneira própria e eficiente. Com essa noção, o comportamento político de grupos e indivíduos passou para o centro dos mapas investigativos dos historiadores. A discussão sobre essa noção será feita durante o primeiro capítulo.

A relação entre sociedade e indivíduos é central no debate dentro das ciências humanas e, em especial, na historiografia mundial. A tensão existente nessa pesquisa entre o papel dos atores políticos e a influência da cultura política não deve ser encarada como uma contradição. A polarização entre o indivíduo e processos históricos ou estruturas sempre causou debates profundos e calorosos entre teóricos, influenciando escolas de pensamento e análises históricas. O gênero biográfico está dentro desse debate. Qualquer pesquisa que tenha como objeto um indivíduo, sua trajetória e suas redes, deve ter a preocupação em debater essa dialogia. O estudioso que pretende estudar através da microanálise deve preocupar-se, sobretudo, com os “jogos de escala” que resumem a relação entre o micro e o macro, entre o indivíduo e a sociedade, entre a ação das pessoas e as estruturas que limitam a ação humana.

Em *A Sociedade dos Indivíduos* Elias defende que a dualização entre sociedade e indivíduos e a procura do ponto mais importante do eixo de desenvolvimento histórico é uma preocupação infundada. Sociedade e indivíduo estão emaranhados e conectados e que não é possível compreender um sem entender o outro.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> REMOND, Rene. Do político. In: REMOND, Rene. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 447.

<sup>3</sup> Ver ELIAS, Norbert. *Sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

Isso ocorre porque a vida social dos indivíduos é repleta de incoerências e de tensões. As pessoas não estão em um movimento único, não estão unidas de forma sólida, elas têm a liberdade de ir e vir como melhor lhes satisfazer. Mas, há também uma lógica que é seguida: para Elias, cada pessoa nesse “caos”, tem uma função, um trabalho ou uma tarefa desempenhada mesmo que inconscientemente para o coletivo, para a sociedade.

É impossível para qualquer pessoa fugir de uma hora para outra dessa lógica. Os indivíduos estão presos a essas redes de necessidades, dentro do campo social ou cultural. Com isso, Elias avalia que há uma ordem comum oferecida aos indivíduos, um roteiro mais ou menos restrito de comportamentos possíveis. Assim, cada pessoa, mesmo o indivíduo mais poderoso, representa uma função que só é formada e mantida em relação a outras funções, as quais somente podem ser compreendidas em termos da estrutura específica e do contexto em que estão.

Na historiografia o debate sobre o papel do indivíduo na história sempre esteve presente. Os debates que eram importados da sociologia, principalmente em relação ao estruturalismo, influenciaram sobremaneira as principais correntes historiográficas e ajudaram a definir modelos de pesquisas que se tornaram hegemônicos durante o século XX. Um bom exemplo é a noção temporal da II geração dos *Annales*, principalmente os trabalhos do historiador francês Fernand Braudel. Com a longa duração o indivíduo praticamente desaparece da história, os eventos são considerados de menor importância e o que passa a importar para o estudioso são os grandes processos, a história lenta, quase inerte.

No final da década de 1970 a historiografia italiana entra profundamente nessa discussão. O debate dentro da revista *QuaderniStorici* entre historiadores como Geovani Levi, Edoardo Grendi e Carlo Ginzburg trouxe para a historiografia um novo campo metodológico: a Micro-história. Nela se propõe uma redução drástica das escalas de análise para a compreensão das especificidades dos processos históricos, nunca perdendo de vista questões mais amplas em seus exames.<sup>4</sup> Com isso, as biografias e avaliações de trajetórias individuais voltaram ao cerne das discussões historiográficas.

---

<sup>4</sup> Um bom resumo do debate em torno da Micro história italiana pode ser encontrado em:

Dentro do campo do marxismo também encontramos essa discussão, especialmente no que conhecemos como nova esquerda ou a *New Left* britânica. Assim, com o grupo de historiadores britânicos vemos um forte interesse em biografias e uma profunda necessidade de discutir a ligação dessas pessoas com seu contexto, com a sociedade. O historiador Christopher Hill, participante desse grupo e intelectual influente, junto a Thompson, produziu uma biografia que tornou-se referência dentro da historiografia. Trata-se da obra *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. Nela Hill procura equilibrar a análise da vida política de Cromwell mostrando, sobretudo, o momento em que a sociedade inglesa estava atravessando. Assim, para ele, "qualquer estudo sobre sua pessoa não será apenas a biografia de um grande homem. Deverá incorporar os acontecimentos da época em que ele viveu e que se revelaram cruciais para o posterior desenvolvimento da Inglaterra e de seu império"<sup>5</sup>. Porém, Hill não deixa de considerar a importância do personagem para o desenrolar da história: "Assim, para o bem e para o mal, Oliver Cromwell presidiu as grandes decisões que determinaram a futura trajetória da história inglesa e mundial".<sup>6</sup>

Com a noção de experiência, Edward Thompson trouxe para o centro das discussões a reflexão sobre indivíduos acerca do que acontecia ao seu redor e que tinha como resultado as ações executadas no mundo por homens e mulheres ditos comuns. Esse debate dentro do marxismo e a procura pela centralidade da política e do sujeito procuravam revolucionar a interpretação marxista da história e reagiam a um modelo interpretativo sob o modelo estruturalista. Nesse campo de batalha Thompson chegou a afirmar que "se o próprio Marx teve uma prioridade metodológica suprema, esta foi, precisamente, a de destruir a fabricação de teorias não-históricas".<sup>7</sup>

Quando trazemos a compreensão das trajetórias de Chico Pereira, Doutel de Andrade e até mesmo Leonel Brizola precisamos ter em mente o papel dos indivíduos e sua relação dialógica com culturas políticas. Portanto, a relação desses sujeitos e o debate de cultura política que se nutre dentro da chamada nova história política se torna fundamental para compreendermos os debates que cercam essa

---

ESPADA LIMA, Henrique. *A MICRO-HISTÓRIA italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>5</sup> HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 14.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 232.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 21.

pesquisa. As mudanças permanentes e fundamentais que fazem com que tais pensamentos e projetos de nação mudem suas respostas aos problemas políticos contemporâneos.

No primeiro capítulo a noção de cultura política será utilizada para compreender o debate em torno dos jornais *Folha Catarinense* e *Panfleto*, o primeiro vinculado ao Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina e o segundo um periódico dirigido por pessoas próximas de Leonel Brizola e, portanto, ligadas a uma vertente do trabalhismo brasileiro. Com uma discussão acerca das culturas políticas em questão, passaremos a avaliar algumas trajetórias individuais e suas relações para compreender os contatos que se estabeleceram entre comunistas e trabalhistas em Santa Catarina. No segundo capítulo nossa atenção se voltará para Francisco José Pereira e seu grupo político.

Por meio da compreensão da trajetória das relações sociais de Chico Pereira perceberemos como se dava, na prática, a interação entre pessoas que compartilhavam de referências políticas diferentes, mas que, naquele momento, passaram a ter projetos compartilhados e até, em alguns momentos, fundidos.

Já Doutel de Andrade, como petebista histórico, próximo de João Goulart e Leonel Brizola, estabeleceu vínculos próprios dentro do estado, aliando-se à comunistas e se afastando dos mesmos quando necessário. Como vice-governador nos anos que antecedem o golpe militar, Doutel influenciou nas decisões do governo estadual e colocou em postos de destaques pessoas próximas ou pertencentes ao PCB. Ambos, Chico e Doutel, nos ajudam a compreender como o trabalhismo, no pré-1964, dinamizou-se, aproximou-se da esquerda e projetou-se como a cultura política hegemônica no seio da esquerda brasileira.

O quarto e o quinto capítulos são dedicados ao estudo dessa relação entre culturas políticas para o período posterior a 1964. Neles avaliaremos como se deu a transformação do trabalhismo entre os exilados, sua alimentação no socialismo europeu e seu reagrupamento no momento da abertura política. Além disso, buscaremos avaliar como resquícios do trabalhismo pré-1964, enraizado no pensamento político brasileiro, e sua dinâmica no período ditatorial influenciaram na formação de novos agrupamentos políticos.

A rosa passou a ser o grande símbolo do socialismo democrático após 1971 e do trabalhismo brasileiro sob a liderança do PDT após 1980. As rosas, portanto, no nosso caso, representam os trabalhistas, que, inspirados pelo movimento socialista europeu, passaram a ater-se mais a discussão política socialista a nível mundial. Como na natureza

nem todas as rosas são vermelhas, o trabalhismo brasileiro que durante um período esteve, em parte, dialogando com o Partido Comunista Brasileiro passou a articular-se, no exílio, com um tipo de socialismo europeu e anticomunista. O vermelho, cor ligada ao espírito revolucionário, também estava lá. O trabalhismo e o socialismo europeu deram a suas rosas essa cor. Mas esse vermelho mudava de tom, as vezes mais revolucionário, as vezes conciliatório e pacifista, o socialismo democrático caminhou influente no decorrer do século XX.

## Capítulo 1

### LINHAS ENTRELAÇADAS:

Culturas políticas e os jornais *Panfleto e Folha Catarinense*

A mídia, de forma geral e, particularmente, a imprensa escrita é fundamental nos novos estudos da história política. Os campos de estudos que privilegiam o comportamento e identidades políticas utilizam essas fontes como forma de perceber a interação de sujeitos e a consequente materialização de ideias, projetos, símbolos e linguagem em canais de aglutinação, propaganda e disseminação de referenciais políticos.

Para isso, uma noção fundamental nesse trabalho é a discussão acerca de cultura política. A categoria em questão é útil para nos afastar das amarras dadas pelos partidos políticos, dos determinismos sociológicos ou mesmo para fugirmos dos conceitos comportamentais de interesse, ódio, sentimento de dever, dedicação cívica, etc. Assim, cultura política serve para compreendermos em nossa investigação um conjunto de representações políticas que são partilhadas por um grupo razoável de pessoas.

No entanto, é justo dizer que, desde os anos sessenta, os cientistas políticos estadunidenses fizeram uso extensivo da noção de cultura política, mas em um sentido muito diferente do aplicado nesse trabalho. Esta escola "desenvolvimentista" buscava encontrar uma regra de comparação entre diferentes sistemas políticos<sup>8</sup> e acabou por considerar em diversas sociedades indicadores desiguais de desenvolvimento que tinham como referencial de alcance evolutivo os valores das democracias liberais do Ocidente.<sup>9</sup>

Como nos alerta Serge Berstein, a verdade é que o historiador, que representa uma disciplina empírica, na qual a teorização tem relevância circunstancial, constata a existência, em algum momento na história de sistemas de representação mais ou menos coerentes, competindo uns com os outros, que permeiam a visão que tem sobre o

---

<sup>8</sup> ALMOND, Gabriel. "Comparative Political systems". In: *Journal of Politics*, 18, 1956.

<sup>9</sup> PYE, Lucian; VERBA, Sydney. *Political Culture and Political Development*. Princeton University Press, 1969.

homem e a sociedade e sobre os problemas da luta pelo poder. Em suma, os sistemas que motivam e explicam o seu comportamento político.<sup>10</sup>

Não há dúvida, estes sistemas estão intimamente ligados, além da esfera política, à cultura geral da sociedade em questão. O termo cultura aqui deve ser tomado em seu sentido antropológico, isto é, como todo comportamento coletivo, sistemas de representação e de valores de uma sociedade. Sob essas condições, a cultura política tem todos os componentes dessa cultura global que se inscrevem na esfera das relações de poder. Assim, o conteúdo de uma cultura política pode variar, dependendo do tempo e da sociedade. Tomemos como exemplo o papel da religião, muito mais influente na Europa medieval ocidental do que na mesma região do globo nos dias atuais. É o mesmo com muitos outros elementos, tais como, estruturas de sociabilidade, as regras éticas, cânones da estética ou formas de vida privada. Todos esses componentes estão intimamente ligados entre si e devem ser considerados como um todo coerente na avaliação de uma cultura política.<sup>11</sup>

Podemos dizer que *cultura política* é um conjunto coerente de elementos e referências políticos que dão identidade ao sujeito. Esses elementos são relativamente homogêneos, atuam diversamente e têm uma base filosófica e doutrinária, são fortalecidos por leituras do passado que acabam por criar uma visão própria a respeito das instituições, dos projetos de sociedades ideais e linguagens próprias, com vocabulários, ritos e símbolos que resumem suas doutrinas simplificadas, sua leitura histórica e seu projeto social.<sup>12</sup> Partimos da visão de Berstein de que culturas políticas nascem de crises sociais e levam gerações para se formar. Em uma determinada sociedade podemos encontrar diversas culturas políticas que se entrelaçam, se chocam, se fundem e se transformam. Evidentemente que, por essa dinâmica, pelas próprias transformações dos processos sociais, existem culturas políticas que se tornam maduras, se expandem e acabam se tornando hegemônicas,

---

<sup>10</sup> BERSTEIN, Serge (Org.). *Les Cultures Politiques en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 10.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 11 a 14.

<sup>12</sup> BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p.350 e 351.

enquanto outras, ao não responderem eficientemente aos problemas sociais acabam se retraindo e tornam-se minoritárias.<sup>13</sup>

A metáfora pode parecer organicista, mas a discussão sobre cultura política, como veremos, não elimina o conflito social e a experiência individual.<sup>14</sup> Veremos, por exemplo, como alguns políticos podem manejar as culturas políticas, interferindo na sua disseminação e consolidação. O papel de atores políticos é fundamental, ainda mais quando assumem papel de mitos, quando acabam integrando o próprio arcabouço simbólico da sua cultura política. Dessa forma, não podemos cometer o erro de um determinismo culturalista. A noção de cultura política nos ajuda na avaliação de movimentos políticos e nas ações dos indivíduos quando nos auxilia a compreender que homens e mulheres também agem movidos por paixões e sentimentos, com medo, ressentimentos, ódios e esperança. Com isso, “são mobilizados por meio de representações e imaginários que constroem mitos e heróis exemplares, bem como inimigos odientos.” Rodrigo Motta nos lembra que não podemos desprezar dos interesses e escolhas individuais, correndo o risco de empobrecer a avaliação ao invés de sofisticar.<sup>15</sup>

A formação de uma cultura política em um indivíduo é dada de forma variada, por vezes conflitante, e é na composição dessas influências diversas que reside a cultura política de um indivíduo, a qual é mais uma resultante de uma equação de ideias do que uma mensagem direta e sem contradições.

Esta adquire-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o

---

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009., p. 38.

<sup>14</sup> Certamente as imagens orgânicas para explicar o político empobrecem o debate. Susan Sontag em texto em que discute a doença como metáfora crítica tal uso dizendo que ele “constitui um estímulo a simplificar o que é complexo e um convite ao farisaísmo, senão ao fanatismo”. Contudo, aqui o uso procura ter uma dimensão didática, que busca por meio da simplificação a compreensão da difícil noção de cultura política. SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1984.

<sup>15</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na Ditadura brasileira: a influencia da cultura política. In: ABREU, Aronne de Abreu; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: Edipucrs, 2013, p. 11.

tornam sensível à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos convenientes.<sup>16</sup>

Porém, a cultura política nada tem de imóvel, é dinâmica. Uma cultura política não pode sobreviver durante muito tempo sem dar respostas a problemas colocados em seu tempo. Sem dialogar com seu contexto uma cultura política tende a ir para o subúrbio das ideias políticas até ser apagada pela ação da história. Nesse sentido, ela tendem a se adaptar e, a longo prazo, fundir-se com novas culturas políticas.

As culturas políticas são introjetadas e absorvidas pelos indivíduos por meio da família, da escola, da universidade, pelo exercício militar, pelo trabalho, etc. Mas não podemos diminuir o papel da mídia nessa formação, em especial as audiovisuais. Essas influências não se dão de maneira simples, direta e ou por doutrinação.

A mídia tem um papel central para o debate em torno de culturas políticas. Não por acaso, os indivíduos selecionados para a discussão do tema têm ligação direta com diferentes setores da imprensa. Francisco José Pereira trabalhou em diversos jornais e Doutel de Andrade não só tinha contatos fortes com periódicos, como na época era proprietário da Rádio Difusora de Criciúma. Tais indivíduos serão oportunamente retomados, assim como suas ligações com a imprensa escrita e falada. Por enquanto, cabe-nos discutir como diferentes jornais que circulavam no mesmo período dialogavam e projetavam determinadas culturas políticas em Santa Catarina.

Impressos periódicos serão as fontes fundamentais nesse capítulo. Elegemos a imprensa escrita, pois ela seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma forma específica, aquilo que ela elegeu como digno de chegar ao público.<sup>17</sup> Dessa forma, o poder da imprensa escrita consiste em escolher e enquadrar os fatos que serão noticiados, orientar a opinião pública e em formar mapas mentais para informar os mais diversos grupos de pessoas. Entendemos que os jornais são iniciativas coletivas, ou seja, projetos que agregam pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.<sup>18</sup> Sem exagerar nesse poder, a mídia certamente desempenha um papel fundamental na evolução dos comportamentos políticos, especialmente no século XX, quando o aparecimento da rádio e,

---

<sup>16</sup> BERNSTEIN, Serge. A cultura política, op.cit , p.357.

<sup>17</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINZKY, Carla Bassanezi (org), *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 139.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 140.

posteriormente, da televisão potencializou sua amplitude e o seu alcance.<sup>19</sup> Com isso, vemos nos periódicos a capacidade de tráfego, diálogo e transmissão de culturas políticas, e, por meio deles, esses conjuntos de representações podem ser difundidos e, até mesmo, reconstruídos nas relações dialógicas estabelecidas pela mídia escrita.

Em maio de 1964, durante as investigações sobre o comunismo na capital de Santa Catarina, chamou a atenção dos militares o retorno de um estudante de Cuba e a revolta de seus amigos quando viram fotografias do investigado, feliz, tomando *Coca-cola* em cabarés da capital cubana.<sup>20</sup> Para os colegas da cidade, como poderia alguém de esquerda se deliciar com um símbolo do imperialismo nas terras de Fidel Castro? O fato, visto como uma história que demonstraria a fraqueza e a contradição dos inocentes úteis da subversão, não chamou a atenção dos militares, suas maiores preocupações eram com relação às bagagens para além dos retratos: os livros, os impressos e as cartas que confienciavam mudanças ainda mais profundas na forma de pensar do jovem estudante.

Redator da *Folha Catarinense*, pertencente à seção estadual do PCB, o estudante secundarista, Políbio Braga, voltava de uma viagem a Cuba que, segundo ele, acabaria com “a maioria das ilusões que o mantinha atrelado ao problema de Deus e das demais coisas do espírito”. Ainda, segundo Braga, a viagem o tinha inspirado a aprofundar-se no socialismo, chegando a afirmar que queria munir-se bem de “teorias e estudo profundo do marxismo” para atirar-se em “novas aventuras”.<sup>21</sup>

Políbio Braga permaneceu escrevendo e distribuindo o jornal comunista *Folha Catarinense*, mas não demorou para o estudante embarcar em uma ‘nova aventura’. Após sua viagem ao país caribenho, nos primeiros dias de 1964, viajou para o Rio de Janeiro onde assinou contrato com o jornal dos trabalhistas *Panflete* e se tornou diretor da sucursal do semanário em Santa Catarina, notícia comemorada pelos comunistas mediante uma nota no *Folha Catarinense*.<sup>22</sup>

Representando culturas políticas distintas, mas relacionando-se, fundindo-se, e, por vezes, distanciando-se, *Folha Catarinense* e

---

<sup>19</sup>JEANNENEY, Jean-Noel. Amídia. In: REMOND, Rene. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 216.

<sup>20</sup>SUPREMO TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº298/1964, p. 308.

<sup>21</sup>Idem.

<sup>22</sup>FOLHA CATARINENSE, Florianópolis, Nº10, p. 2.

*Panfletos* circularam em Santa Catarina por meio dos mesmos vendedores e entre o mesmo público de trabalhadores. Em diversas cartas fica evidenciado que tanto trabalhistas quanto comunistas catarinenses vendiam ambos os jornais e os discutiam em seus locais de trabalho, sindicatos, partidos e nos mais diversos grupos sociais.

Portanto, como uma maneira de compreender como essas culturas políticas se entrelaçam nos meses que antecedem o Golpe Civil Militar de 1964, a avaliação de ambos os periódicos é fundamental. Tratando trabalhismo e comunismo como culturas políticas, podemos utilizar esses órgãos impressos como porta-vozes e disseminadores de ideias, valores, representações e projetos sociais.

Começaremos a avaliação pelo jornal *Panfletos* e a cultura política trabalhista. Não nos aprofundaremos em debater a cultura política comunista, dando preferência para os debates lançados pela *Folha Catarinense* e suas diferenças e similaridades em relação ao periódico trabalhista.

É difícil pensar no *Panfletos* sem levar em consideração a figura do ex-governador do Rio Grande do Sul e deputado Leonel Brizola. Não obstante seu governo no Estado vizinho, sua fama invadiu o território de Santa Catarina e o restante do Brasil com a crise política de agosto de 1961.

Em Brasília, após presidir o desfile militar, o então Presidente, Janio Quadros, com apenas seis meses de governo, renunciou ao cargo. A política externa independente do governo Quadros e a não submissão às estratégias imediatas da política estadunidense abalaram os grupos conservadores que haviam sustentado a candidatura de Janio ao executivo nacional. As tensões políticas ocasionadas pelo contexto da Guerra Fria e mais imediatamente pela Revolução Cubana atingiram o Brasil em cheio. Na interpretação de muitos estudiosos, Janio Quadros, apostando em um código eleitoral defeituoso, tentou se fortalecer com a renúncia, pensando em uma possível volta ao poder com maior apoio popular.

João Goulart, na época seu vice não era aceito pela cúpula militar, pelo empresariado e por setores conservadores da Igreja. Jango já havia sido deposto do Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas pelos militares que não admitiam as ligações do ministro com os sindicalistas e comunistas. O coro dos opositores de Jango era insuflado por receios de implantação de uma república sindical, já que o poder de então vice-presidente advinha da máquina da previdência social e do controle dos sindicatos.

Com a renúncia e a possibilidade de acesso à Presidência da República por João Goulart, a ação dos ministros militares foi imediata: General Odílio Denys, representando os ministros de Jânio Quadros, publica uma nota se opondo à posse do vice-presidente. O objetivo dos ministros militares era conseguir um golpe “de baixo custo”, impedindo a posse do vice e defendendo um novo presidente que estivesse disposto a manter as concepções de governo defendidas por grande parte dos setores conservadores e alinhado com os interesses políticos estadunidenses. O que se notou, porém, foi a não concordância dos partidos políticos, que, aos poucos, foram se posicionando a favor da legalidade. Com isso, desde a noite anterior, a população gaúcha já se acumulava em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre. Alguns apoiavam Janio Quadros, outros protestavam contra o golpe e a maioria das pessoas defendia a legalidade constitucional, exigindo a posse do vice-presidente João Goulart. Leonel Brizola obteve o apoio, além das forças militares estaduais, de alguns oficiais das Forças Armadas. O Brasil amanheceu o dia 26 sob um Estado de Sítio não declarado e próximo de uma guerra civil.

Apesar dos contatos e do apoio, a conservação da legalidade não seria possível apenas com as movimentações populares em Porto Alegre e com o acanhado dispositivo militar do governo rio-grandense. Tornou-se necessária a massificação do movimento – a legalidade precisava avançar rapidamente sobre o território nacional.

No início da década de 1960, o meio selecionado para tal campanha não poderia ser outro senão o rádio. Sabendo do potencial dessa mídia, os golpistas fecharam rapidamente as rádios da capital gaúcha. Contrariando os anseios da Junta Militar, contudo, a Rádio Guaíba persistia em funcionamento. Assim, no início do dia 27, um grupo de choque da Guarda Civil invadiu os estúdios da rádio, colocando-a a disposição da Secretaria de Segurança Pública do governo do estado. Logo em seguida, os equipamentos foram transferidos para o Palácio do Piratini, onde, do porão, foram feitas as primeiras transmissões. Com as transmissões da rádio, na Ilha Pintada, vigiados dia e noite por cerca de duzentos soldados da Brigada Militar, constituía-se a Rede da Legalidade: um conjunto de emissoras que, do interior do Rio Grande do Sul e de outros estados, começaram a disseminar as transmissões da Guaíba.

As rádios de Santa Catarina entraram nessa rede. Pode-se dizer que os catarinenses foram diretamente afetados pela crise em três dimensões básicas: a política, a econômica e a psicológica. Com a

organização dos legalistas, a partir do Rio Grande do Sul, o território de Santa Catarina foi definido como estratégico na manutenção do impedimento ao vice-presidente eleito. Florianópolis foi escolhida como um ponto militar decisivo para o embate entre legalistas e golpistas.

Com o intuito de manter a ordem no estado vizinho, foi despachada para Santa Catarina uma força-tarefa da Marinha composta pelo cruzador Barroso, dois destróieres e três regimentos de fuzileiros navais, tudo isso avalizado pelo maior símbolo bélico das Forças Armadas brasileiras, o porta-aviões Minas Gerais, ancorado ao norte da Ilha. Aviões vindos do Rio Grande do Sul sobrevoavam a cidade provocando um verdadeiro clima de confronto. Movimentações de tropas do Rio de Janeiro fazem a cidade se tornar palcos de manobras e desfiles militares. Definitivamente a população catarinense se via no centro das disputas militares que agitavam o ano de 1961.

Como se pode supor, as movimentações militares em Santa Catarina afetavam diretamente a população na sua vida cotidiana. Essa hipótese torna-se mais evidente quando levamos em conta que o movimento militar golpista concentrado em Florianópolis também precisou combater os tumultos e as resistências internas no estado.

A guerra nunca ocorreu, os combates previstos para acontecer no Morro dos Cavalos nunca chegaram às “vias de fato”, mas os dias turbulentos daquele mês de agosto fincaram marcas em toda a população catarinense. O aumento do custo dos mantimentos de primeira necessidade, o fechamento das portas no comércio da cidade, a ameaça de conflito armado nas zonas urbanas e rurais do estado e o crescimento de figuras políticas que passaram a frequentar o ideário político brasileiro foram alguns dos traços deixados pelo conflito.

Com o fim da crise e a reabertura dos jornais, podemos, finalmente, avaliar o impacto político que a Campanha da Legalidade provocou entre os catarinenses, especialmente em se tratando da projeção pública de Leonel Brizola. Inicialmente, os estudantes deram o tom dos elogios e das congratulações a Brizola. Em carta enviada ao governador do Rio Grande do Sul, publicada em diversos jornais catarinenses, a União Catarinense dos Estudantes (UCE) parabenizou o líder gaúcho “pelo rumo que imprimiu desde o primeiro instante à campanha nacional pela Legalidade e pela Constituição”. Mais adiante, no mesmo texto, além de declarar sua admiração pelo povo gaúcho e por Leonel Brizola, os estudantes afirmaram que “o Brasil não esquecerá essa lição de heroísmo temerário e patriotismo”. Já o *Diário da Tarde*, também de Florianópolis, foi além: em editorial do dia 8 de setembro,

comparou Brizola aos “heróis pátrios” Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca e Fernando Machado: “hoje, como no passado, surgem magníficos os líderes da brasilidade, em luta pela defesa da Constituição e da Legalidade”. Após a Campanha da Legalidade, o mito de Brizola consolidou-se entre parte da população brasileira e catarinense associado aos ideais de democracia, liberdade e constitucionalidade.

Como bem relembra Jorge Ferreira, com a crise de agosto de 1961, Leonel Brizola materializou-se como um político diferenciado, que procurou uma alternativa inusitada na política brasileira. Com a Campanha da Legalidade, o governador do Rio Grande do Sul perdeu sua condição profana, de político “interesseiro” e “individualista”. Foi essa imagem, somada a do governador eficiente e do nacionalista ferrenho, que conquistou parte da população catarinense e possibilitou o engajamento político de classes populares até então pouco participativas na política nacional. Brizola tornou-se, junto João Goulart, um dos líderes máximos do trabalhismo brasileiro. Com ele, o trabalhismo seria manejado também a radicalismo e a propostas diferenciadas de projetos políticos para o Brasil.

### 1.1 O trabalhismo e o jornal *Panfleto*: a cultura política do homem de rua

É com o *Panfleto* que um determinado trabalhismo radical foi didaticamente sintetizado e exportado, sendo consumido, pensado e transformado por milhares de pessoas das mais diversas regiões do país. *Panfleto* foi publicado no curto período dos dois meses que antecederam o Golpe de 1964 e nele vemos com detalhes os projetos trabalhistas, as disputas internas do PTB em torno das reformas de base e do processo político brasileiro.

O jornal circulou entre fevereiro e março de 1964, exatamente no momento mais tenso na política nacional, desde a crise da Legalidade de 1961. A fundação do semanário tornou-se necessária para formar, junto com a Rádio *Mayrink Veiga*, do Rio de Janeiro, um sistema de difusão do ideário nacionalista de esquerda, compondo uma rede de “combate” às grandes agências de comunicações do centro do país. Desde o final do ano de 1963, as forças ligadas à Frente de Mobilização Popular condenavam a forma com que o governo Jango coordenava a política nacional e, naquele momento, conclamava o povo, por meio de um manifesto, a pressionar o governo pela aplicação imediata das reformas de base.

A primeira versão do jornal *Panfleto*, que possuía como subtítulo “Sempre a Verdade, Fira a quem Ferir” havia sido fundada em 1947, sob orientação do Partido Comunista Brasileiro<sup>23</sup> e sua reformulação, em 1964, com o subtítulo “O jornal do homem de rua”, ficou a cargo de Paulo Schilling<sup>24</sup>, homem de confiança de Leonel Brizola. Com ele, formou-se a *Editora Panfleto*, sob a presidência do jornalista e radialista João Cândido Maia Neto<sup>25</sup>, que além do *Panfleto* dirigia a Rádio *Mayrink Veiga*.<sup>26</sup>

A distribuição das edições de *Panfleto* era de responsabilidade de políticos do PTB, mas também ficava a cargo de vários movimentos sociais, entre eles, as Ligas Camponesas, membros da União Nacional dos Estudantes, Movimento dos Agricultores Sem Terra e até membros dos Grupos dos Onze, que além de se formarem muitas vezes com inspiração no jornal, também disseminavam as edições do periódico pela comunidade.<sup>27</sup>

---

<sup>23</sup> O fundador do periódico em 1947, Lourival Coutinho, escreveu que o “*PANFLETO* foi, durante muitos anos, embora as intermitências de circulação, o termômetro fiel das mais sentidas aspirações populares. Em suas colunas, estiveram autênticos democratas, expressões legítimas da boa imprensa em nosso País, aquela que acima das conveniências e dos interesses privativos, coloca em evidências e dos interesses privativos, coloca em distanciada altura os da Pátria e os do Povo.

<sup>24</sup> Próximo de Brizola desde o governo deste no Rio Grande do Sul onde exercia cargo técnico na secretaria de Agricultura, foi muito atuante no movimento dos trabalhadores sem terra do final da década de 1950 e forte articulador dos projetos de reforma agrária do governo Leonel Brizola (1959 – 1963).

<sup>25</sup> Formado em medicina, tornou-se escritor, destacando-se principalmente como jornalista político e radialista. Ao longo de 20 anos de atividades, trabalhou no jornal Diário de Notícias (1944), dirigiu os jornais A Hora (1954) e Diário da Noite (1957), trabalhou na MPM propaganda (1960). Em 1963, ingressou na rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, onde seus comentários políticos, publicados na coluna Por Um desde 1944, eram lidos por um locutor da rádio.

<sup>26</sup> FERRARETO, Luiz Artur. *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20*. Canoas: Ed. ULBRA, 2007, p. 150

<sup>27</sup> Com o agravamento da crise nacional, Leonel Brizola, então deputado federal, sugere através da Rádio Mayrink Veiga a organização popular através de núcleos de onze pessoas. No próximo capítulo discutiremos a atuação do grupo dos onze de Florianópolis, seu vínculo institucional com o Departamento de Correios e Telégrafos e aproximação com o Partido Comunista Brasileiro. Para o aprofundamento nos grupos ver:

O trabalhismo foi erguido durante a crise política da Primeira República e ganhou, com o tempo, a forma de uma cultura política paralela entre socialismo e liberalismo. Sua construção e formatação passou por elementos advindos de uma filosofia positivista, de noções de uma democracia-cristã e de elementos simbólicos que estavam no socialismo, no anarquismo e em outras correntes políticas progressistas do final do século XIX no Brasil.

Porém, foi durante o Estado Novo que o trabalhismo ganhou coerência, estatuto político e se consolidou. Podemos dizer que tal organização e construção se iniciou com a criação do Ministério do Trabalho, logo após a tomada do poder em 1930. Em seu período inicial é muito difícil separar o trabalhismo da figura paternal de Getúlio e do getulismo, fomentado e desenvolvido com o apoio de um grande aparato de propaganda, sustentado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o tão conhecido e estudado DIP.

Desde 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda foi utilizado como o instrumento responsável por produzir toda a propaganda do regime e de seu líder. Com o DIP, foi montado um aparato responsável pela criação de datas festivas, concursos populares e programas radiofônicos, com o objetivo de divulgar e cimentar as grandes “dívidas trabalhistas” do governo de Getúlio Vargas.

Portanto, sob a tutela do DIP, o mito do criador do Estado brasileiro foi surgindo. José Murilo de Carvalho, quando trata da figura de Tiradentes, demonstra como o processo de mitificação é útil para a legitimação do sistema político. Esses recursos são na verdade “instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação dos sistemas políticos.”<sup>28</sup> O getulismo surgiu com a intensificação da propaganda trabalhista, e o trabalhismo se fortalece com a mitificação da figura de Vargas. Assim, no primeiro tempo do trabalhismo não podemos separar uma coisa da outra.

Dessa maneira, para pensarmos as bases filosóficas dessa cultura política é necessário termos consciência da sua junção com o getulismo. Apesar de parte do trabalhismo representar projetos políticos e correntes

---

PACHECO, Diego. *Os Times do Povo: os grupos dos onze e os trabalhistas em Santa Catarina*. Curitiba: Prismas, 2014.

BALDISSERA, Marli. *Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai - RS*. Passo Fundo, RS, Brasil: Universidade de Passo Fundo, UFP Editora.

<sup>28</sup>CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 55

ditas de esquerda no período próximo ao Golpe de 1964, ou seja, em ter se transformado em uma cultura política de cunho progressista, o trabalhismo nasceu e se desenvolveu em bases tradicionalmente conservadoras: o positivismo gaúcho e o catolicismo.

Pesquisas recentes procuram demonstrar que durante todo o século XX existiu de forma hegemônica no Brasil uma cultura política autoritária, defensora de um Estado provedor e regulamentador, o nacional-estatismo.<sup>29</sup> Segundo Daniel Aarão Reis Filho, tal cultura política nasceu durante a ditadura do Estado Novo e atravessou a história política recente do Brasil chegando no governo Luís Inácio Lula da Silva. Apesar de concordarmos com Reis Filho em sua análise sobre o nacional-estatismo, relativizando seu papel hegemônico, gostaríamos de acrescentar que a matriz do nacional-estatismo, do getulismo e do trabalhismo, nosso objeto de estudo, estaria no positivismo gaúcho.

Como bem mostrou Alfredo Bosi, é um erro acreditar que o positivismo se tornou vitorioso com o advento da República.<sup>30</sup> Passado o período militar, a Primeira República navegou em um mar liberal até 1930. Porém, sendo nutrido nas bases do pensamento político brasileiro, o positivismo enraizou-se e no Rio Grande do Sul transformou-se em tradição política.

A pecuária voltada para o abastecimento interno, as pequenas e médias indústrias e a chegada de um razoável contingente europeu pode ser a explicação para o aparecimento de um determinado tipo de positivismo na região platina, pensando aqui o Rio Grande do Sul, a Argentina e o Uruguai. Com essas características nascia a exigência de um estado intervencionista ou resistente ao liberalismo de então. No século XIX, o industrialismo sansimoniano e o positivismo social de Comte eram opções teóricas ao liberalismo e apareciam com força ao Sul do Atlântico.<sup>31</sup>

Diferente dos republicanos paulistas, o republicanismo gaúcho desde sua fundação, no início da década de 1880, teve uma forte influência do positivismo comtiano. O grupo de políticos rio-grandenses formado por Antônio Borges de Medeiros, José Gomes Pinheiro

---

<sup>29</sup>REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (ORG). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>30</sup>BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 276.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 279.

Machado e, principalmente, Júlio de Castilhos, proporcionou um notável progresso do Partido Republicano Riograndense (PRR) frente ao poderio do Partido Liberal no estado. No “surto de novas ideias” que acompanhou a propaganda republicana durante as últimas décadas do século XIX, foi no positivismo comtiano que parte dos estudantes republicanos encontrou o seu projeto político. Assim, deposta a monarquia, no momento de caracterizar as instituições políticas e sociais do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos e o PRR descobriram nessa base filosófica seu amparo intelectual.<sup>32</sup>Foi na filosofia social de Comte que Castilhos e sua geração encontrou uma versão paternalista e racionalista para o liberalismo do século XIX. Em particular, Castilhos e outros positivistas adotaram do filósofo as ideias de defesa das liberdades individuais e a condenação da escravidão, e suas exigências quanto à separação entre Igreja e o Estado, à educação primária universal e à intervenção estatal para proteger os operários industriais.<sup>33</sup>

Os primeiros anos republicanos, repletos de violentas disputas políticas, são marcados pela solidificação desse pensamento no seio do republicanismo rio-grandense. Nesse sentido, diferente dos partidos republicanos de outros estados, no Rio Grande do Sul, ao chegarem aos postos mais altos da administração pública, os republicanos afastaram impiedosamente do poder os membros dos outros partidos. Crescentemente autoritário, o Partido de Júlio de Castilhos tomou a frente dos ditames políticos estaduais e passou a dar as diretrizes para uma nova forma de fazer política no estado do Rio Grande do Sul.<sup>34</sup>

Nesse contexto político e intelectual foi que surgiu o que Joseph Love chamou de geração de 1907, composta por jovens castilhistas que estavam completando seus estudos em Porto Alegre e que, naquele momento, passaram a encabeçar a campanha a favor de Barbosa Gonçalves ao governo do Estado. Dentre as figuras do movimento estavam João Neves da Fontora, Maurício Cardoso, Goes Monteiro, e Getulio Vargas,<sup>35</sup> basicamente a geração de gaúchos que tomou a frente

---

<sup>32</sup>PEZAT, Paulo. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.255-285, jan./dez. 2006, p. 266.

<sup>33</sup> LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.39.

<sup>34</sup> Ibidem. p.81.

<sup>35</sup> Todos passaram a ocupar os mais altos escalões da atividade pública no Brasil após 1930. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30*, op.cit, p.90.

do movimento de 1930 e colocou liberalismo a segundo plano na política nacional. Ao espreatar-se, difundir-se e consolidar-se no Estado brasileiro, esse pensamento político tornou-se a base das culturas políticas que surgem no ventre estatal brasileiro, entre elas o nacional-estatismo e o trabalhismo.

O nacionalismo foi outra matriz do pensamento trabalhista. O trabalhismo brasileiro tem como forte característica a defesa de um desenvolvimento nacional em anteparo à influência externa, no caso do pós-guerra, especialmente dos Estados Unidos. Todavia, nacionalismo era uma tônica de quase todas as cores políticas do período. Todo o caldo de discussões políticas, todas as experiências culturais do período indicavam que, para que o Brasil entrasse em sintonia com o resto do mundo, o país precisaria passar por autoconhecimento, um desenvolvimento interior e auto-reflexivo, um “olhar para dentro”. Assim, para ser cosmopolita, necessariamente seria necessário ser nacionalista.<sup>36</sup>

Com as crises que proliferaram pelo mundo, após o final da década de 1920, viu-se em grande parte da América Latina que a economia dependente baseada nas exportações não seria sustentável. Tal formação se deveu a um alinhamento das direitas nacionais em torno de uma política internacional de direita.<sup>37</sup> O nacionalismo brasileiro da década de 1950 e 1960 é herdeiro desse pensamento econômico que, em sua maturação, atinge níveis sociais, políticos e culturais dando forma ao Brasil e a outros países, a pensamentos políticos, teorias econômicas, movimentos sociais e tendências culturais.

O nacionalismo brasileiro configura-se, inicialmente, como uma ideologia do Estado construída pelos ditos revolucionários de 1930 e pela geração que discutimos anteriormente. As lutas políticas e ideológicas travadas internamente na sociedade foram balizadas pelo vocabulário nacionalista e entre as tendências nacionalistas não estatais então existentes, duas destacaram-se pela intensidade dos debates: o nacional-desenvolvimentismo e o nacionalismo econômico ou de esquerda.

---

<sup>36</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar nacionalista (1956 – 1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)*. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 363.

<sup>37</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 174.

Segundo Vânia Moreira, no decorrer da década de 1950 chegou-se à conclusão de que não haveria desenvolvimento nacional sem emancipação nacional e, conseqüentemente, o grande inimigo seria o imperialismo. O nacionalismo nas esquerdas poderia ser identificado com a formação do antifascismo no contexto de uma “guerra civil ideológica”. O alinhamento das esquerdas com a causa nacionalista, além de ter forte componente antifascista, foi reforçado pela subsequente experiência de luta anti-imperialista nos países coloniais. Nos países dependentes a causa nacionalista é mais complexa: além de suas próprias preferências ideológicas, os revolucionários anti-imperialistas estavam voltados para conseguir a independência de seus próprios países e nada mais.<sup>38</sup> Desse modo, com o crescimento desse raciocínio e o agrupamento social em torno de bandeiras, como é o caso da campanha “O Petróleo é nosso”, dilatou-se um tipo de nacionalismo mais radical, anti-imperialista e antiliberal.<sup>39</sup>

Agrupados intelectualmente em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os nacionais-desenvolvimentistas possuíam um tom mais liberal, acreditando que o fortalecimento da burguesia nacional seria a saída brasileira para a crise. De tal modo, a integração da economia brasileira ao capitalismo mundial poderia alavancar o desenvolvimento do país. Com a ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência da República os isebianos e o projeto nacional-desenvolvimentista passaram para o centro da política nacional, articulados, sobretudo, no Plano de Metas do governo do pessedista mineiro.

Não obstante o crescimento da economia gerado pelo plano de governo de Juscelino, as críticas dos nacionalistas não tardaram. Posicionados em torno da *Revista Brasiliense*, os nacionalistas de esquerda passaram a criticar severamente o governo e o projeto nacional-desenvolvimentista, acusando-o de entreguista, pois estaria favorecendo a integração do Brasil ao sistema imperialista. Defendiam assim uma industrialização sob bases nacionais, percebendo, ao contrário dos isebianos, que mesmo com o desenvolvimento e a industrialização do país, surgiriam novas formas de exploração e

---

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 176.

<sup>39</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998.

dependência externa do país, o que a médio e longo prazo manteria a fragilidade da população brasileira.<sup>40</sup>

Com fim do governo de JK e a derrota do candidato nacionalista Teixeira Lott, na campanha presidencial de 1960, houve uma profunda autocrítica sobre o nacional-desenvolvimentismo, fortalecendo ainda mais o nacionalismo de esquerda. Os isebianos, por exemplo, alinhados ao nacional-desenvolvimentismo, avaliaram que a “expansão industrial do país ressuscitou a relação de dependência metropolitana”, ou seja, que a operacionalização do Plano de Metas deu fôlego à burguesia nacional, exatamente como sugeria grande parte dos intelectuais do ISEB, porém, o resultado foi ainda mais dependência em relação aos países desenvolvidos.<sup>41</sup>

Dessa forma, o nacionalismo foi, paulatinamente, passando ao campo das lutas populares e tornando-se o centro dos debates políticos, econômicos e culturais. No jornal *Panfleto*, o debate em torno dos “temas nacionais” e o vocabulário nacionalista de então que utilizava à exaustão os termos “nação”, “povo” e “interesse nacional”, tomavam conta da redação no período trabalhista, demonstrando toda a base nacionalista dessa cultura política.

O pensamento estatizante de um Estado forte e regulamentador, com momentos de elogio aos industriais nacionais para o devido fortalecimento do pacto entre o governo e a indústria, aparece em diversos momentos no jornal *Panfleto*. Também no primeiro número do jornal, diplomatas e entidades religiosas são acusados de importar carros com isenção fiscal para posterior distribuição dentro do território nacional. O jornal trabalhista informava que somente em 1963 foram importados 949 carros por esses grupos, o que representava um grande prejuízo para os empresários brasileiros, algo “pernicioso à indústria nacional”.<sup>42</sup>

Todavia, não por acaso, foi a Petrobrás a grande empresa das páginas trabalhistas. Sem dúvidas, para essa geração de trabalhistas, a estatal era um símbolo contra o imperialismo. Nas palavras de Max a Costa Santos: “a grande conquista do povo brasileiro, no palco de sua afirmação nacional”. Era necessário aprofundar a conquista do solo brasileiro; refino e distribuição deveriam ficar nas mãos da empresa para, de uma vez por todas, acabar com sucção das riquezas nacional

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada, op.cit, p.351.

<sup>42</sup> PANFLETO, Rio de Janeiro, nº1, p.4.

por parte de empresas como a Texaco, Esso, Shell ou a Atlantic. Assim, em quase todos os números de *Panfleto* houve referências à Petrobrás, principalmente devido a uma “crise” pela qual a empresa passava após um contrato com a Esso que provocara desavenças entre o presidente da empresa e a diretoria. Essa discussão apareceu nas matérias: “Os parasitas do Petróleo”<sup>43</sup> e “Encampe Capuava, marechal”<sup>44</sup>,

Diferente de outras culturas políticas que se afastam consideravelmente do pensamento cristão, outra fonte de alimentação da cultura política trabalhista é o catolicismo. Um dos grandes ideólogos do trabalhismo, Alberto Pasqualini, nos esclareceu as bases dessa corrente política. Apoiando-se em encíclicas dos papas Leão XIII e Pio XI, Pasqualini, de acordo com o que pregava a doutrina social da Igreja, defendia que o trabalhismo seria “profundamente humano e essencialmente cristão”.<sup>45</sup> Desde o primeiro número de *Panfleto* uma parte do jornal tenta legitimar, justificar ou mesmo reelaborar o trabalhismo em bases cristãs: é a coluna “Evangelho: ontem, hoje e amanhã”, escrita pelo padre Aloísio Guerra.<sup>46</sup> Interessante é notar que o padre Guerra foi um dos poucos a escrever em todos os sete números, sem nenhuma interrupção, independente do contexto e dos problemas tratados no jornal.

Em suas colunas, Guerra utilizava linguagem e simbologia própria dessa corrente do trabalhismo. Para ele, “o EVANGELHO foi, é, e continuará sendo, a BOA NOVA de Jesus Cristo. E como tal não se pode assemelhar a essa pregação bolorenta, freudiana ou comprometida com o *antipovo*”. Com essa visão crítica em relação à Igreja, o padre defende o “evangelho” acima de tudo, criticando as autoridades eclesiásticas e seu discurso puramente anticomunista. Segundo Guerra,

Falar contra o comunismo não basta. É preciso buscar soluções exatas. Veja-se como exemplo o Estado Mata Mendigos, onde o catolicismo

---

<sup>43</sup> Ibidem, p.9.

<sup>44</sup> *PANFLETO*, Rio de Janeiro, nº2, p.15.

<sup>45</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)*. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 95.

<sup>46</sup> Aluísio Guerra (1930) escreve na época em que era colunista do *Panfleto* os livros: “A Igreja está com o Povo?”, “O Catolicismo ainda é Cristão?” e “Grito para Ninguém Ouvir”.

deveria chegar ao fanatismo. Para começar o novo Ano, ao invés de se ouvir uma palavra de esperança para os trabalhadores tão injustiçados e massacrados quanto escravizados, o Sr. Cardeal apenas vem ‘desejar que 1964 tenha mais democracia e menos comunismo’<sup>47</sup>

Outra característica fundamental de uma cultura política é uma leitura em comum do passado. Nas primeiras páginas do primeiro número de *Panflete* já vemos muito desse elemento. É com o artigo de Leonel Brizola que os trabalhistas definem sua leitura do passado:

A Carta de Vargas é o mais importante manifesto dirigido ao povo brasileiro, desde a nossa Independência. Pelo que contem e pela autoridade de seu signatário. O 24 de agosto há de ficar assinalado em nossa história como ficou, pelos tempos, o dia em que Tiradentes foi sacrificado. Tiradentes foi o mártir e o precursor de nossa independência política; Vargas, o mártir e precursor da libertação do nosso povo da injustiça social e da espoliação econômica.<sup>48</sup>

Para fixar o leitor nesse passado em comum, o jornal terminava a primeira edição com uma grande foto de Vargas e com a Carta-testamento na íntegra. Dessa forma, iniciando e terminando o primeiro *Panflete*, Vargas era o articulista principal da nova roupagem do trabalhismo.<sup>49</sup>

No jornal também percebemos uma visão típica a respeito das instituições. A visão das Forças Armadas, por parte desse trabalhismo, aparece de forma bem definida em *Panflete*. A instituição, de forma geral, é vista com bons olhos. O periódico possuía uma coluna fixa chamada a “Trincheira dos Sargentos”, na qual Paulo Lemos atacava constantemente a oficialidade antinacionalista e tentava demonstrar a posição dos praças trabalhistas no seu desejo por participação política. Para Lemos e *Panflete*, não só as Forças Armadas precisavam de reformulação, mas, sobretudo, a forma como os militares eram vistos pela sociedade brasileira.

Os oficiais gorilas votam e podem ser votados; os oficiais nacionalistas votam e quando são votados são roubados em seus mandatos. (...) Os Sargentos

---

<sup>47</sup> PANFLETO, Rio de Janeiro, Nº1, p. 21.

<sup>48</sup> Ibidem, p.2

<sup>49</sup> Ibidem, p.32

votam e não podem ser votados. Os soldados e marinheiros não votam e não podem ser votados. Que bela Democracia hierárquica. Uma Democracia de castas e privilégios. Uma Democracia de força.<sup>50</sup>

Assim como os sargentos necessitavam de uma trincheira, um espaço para defender-se e atacar, as artes ditas “nacionalistas” encontraram no *Panfleteo* o lugar para assentar sua retórica engajada. A coluna “Trincheira do Cinema Novo” anunciava seus personagens e atacava seus oponentes. Para Marcelo Ridenti, os artistas brasileiros exprimiam aquilo que toda essa geração sentia, era a “brasileiridade revolucionária”.<sup>51</sup> Obviamente que a cultura política trabalhista, como fica evidente no jornal, bebia dessa forma de ver o Brasil e o povo brasileiro. Uma negação ao estrangeirismo, uma crença que o homem nacional, puro e repleto de criação inovadora fosse a salvação dos problemas nacionais. A fé no povo não se resume aos filmes propagandeados pelo crítico Alex Viany em sua coluna no *Panfleteo*. Há referências ao teatro, à música, a livros (muitos da própria editora *Panfleteo*) e poesia. Desde o primeiro número o jornal incentivava envios de poesias originais para que fossem publicadas nos números seguintes. Uma delas do escritor Luiz Paiva de Castro corrobora com essa crença romântico-revolucionária arraigada no povo brasileiro

Eles agora estão na praça procurando açúcar.  
Ontem estiveram na praça procurando arroz.  
E feijão eles procuraram e também carne,  
E o trigo se escondeu, e eles vieram à praça.  
Um dia estarão na praça procurando a praça.  
A praça eles encontrarão, não é possível esconder.  
E aí está o erro dos que escondem o açúcar.<sup>52</sup>

A negação era uma marca do jornal. Suas críticas e projetos partiam normalmente do que não se queria, daquilo que era combatido. Suas propostas partem de uma visão crítica às instituições. Quando apresentado, o jornal, em seu primeiro número, já apresentava aquilo que iria nortear seus projetos e suas críticas.

---

<sup>50</sup>PANFLETO, Rio de Janeiro, Nº2, p. 9

<sup>51</sup>RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: UNESP, 2010.

<sup>52</sup>PANFLETO, Rio de Janeiro, nº7, p. 22

*PANFLETO* proclama a completa falência das estruturas sociais arcaicas e enfileira-se entre os que preconizam a necessidade de imediatas reformas de base; nega à minoria oligárquica que domina a política brasileira, o direito de excluir da comunhão nacional os analfabetos, os soldados e os marinheiros; assume, desde logo, uma posição legalista, mas não se conforma com a cristalização das leis, que as transformam em obstáculos intransponíveis ao progresso e até em arma antipopular.<sup>53</sup>

O indivíduo que melhor personificava os empecilhos ao desenvolvimento nacional, “o gorila”, “anti-povo” e “anti-popular” era Carlos Lacerda, governador da Guanabara. Era para lá que *Panfleto* direcionava sua artilharia pesada, suas matérias-denúncia. Brizola escreveu em *Panfleto* duas páginas com o título “Lacerda: subproduto da conciliação”, nas quais o deputado gaúcho acusava a política do governo e de parte do PTB como responsável pela consolidação de figuras como a do governador da Guanabara.<sup>54</sup> Mas são as favelas e os presídios cariocas os alvos mais utilizados por *Panfleto*. Em “Favela & Mocambo, teto dos sem teto”<sup>55</sup> as condições sanitárias e a ineficácia do governo Lacerda são demonstradas por meio de entrevistas e relatos de moradores. Já nas matérias “Auschwitz sem gás mata de fome e pancada”<sup>56</sup> e “Lacerda revive nazismo”<sup>57</sup> as condições dos presos e a violência da polícia de Carlos Lacerda são denunciadas.

Além disso, charges são utilizadas para que a ideia seja passada de forma ainda mais eficiente. Como na ilustração abaixo em que Lacerda aparece como um profeta dizendo “dai de beber a quem tem fome” e no fundo os policiais cariocas afogam cidadãos.

---

<sup>53</sup> *PANFLETO*, Rio de Janeiro, n°1, p. 1

<sup>54</sup> *PANFLETO*, Rio de Janeiro, n°4, p. 2.

<sup>55</sup> *PANFLETO*, Rio de Janeiro, n°2, p. 10.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>57</sup> *PANFLETO*, Rio de Janeiro, n°2, p. 16.

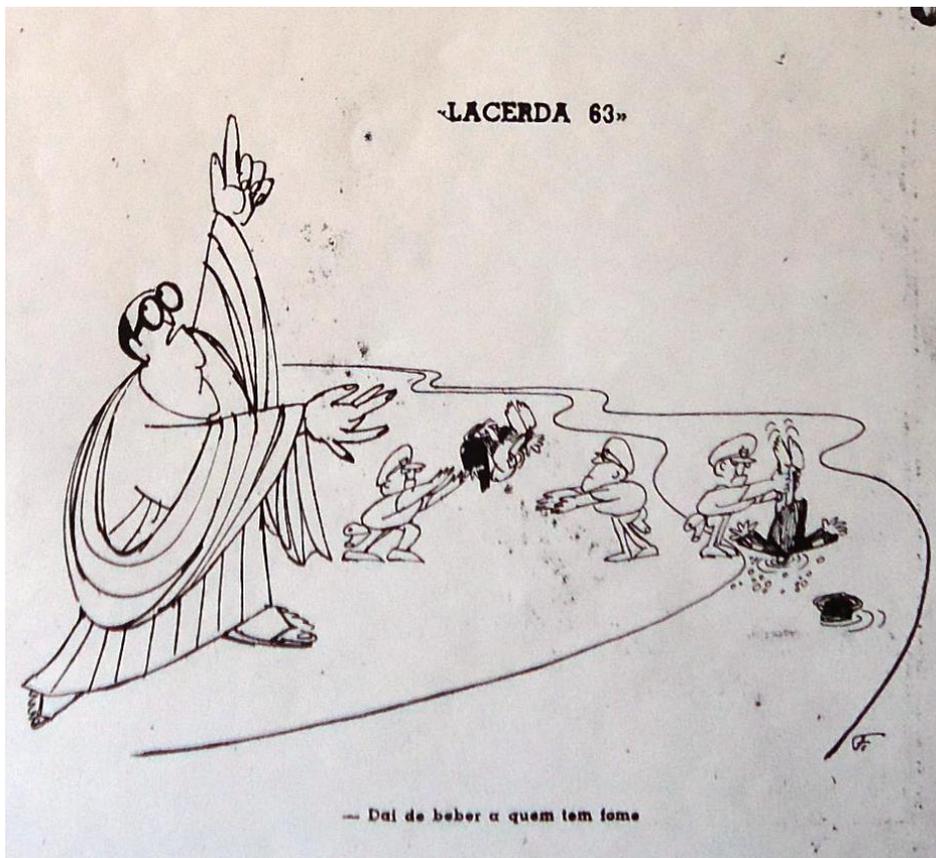


Figura 1- Panfleto, Rio de Janeiro, nº2, p. 30.

A imprensa também é questionada. Duras críticas referentes ao caráter não nacional das mídias foram formuladas em algumas edições. *Panfleto* no seu quinto número, por exemplo, fazia uma denúncia com o título “Desnacionalização da Imprensa Brasileira”. A matéria, assinada por Expedito Carneiro, acusava vários jornais e rádios brasileiros de serem financiados por órgãos e agências estadunidenses e que “a câmara de Comércio dos EUA, assessorada pela CIA e as associações comerciais ditas brasileiras têm reuniões periódicas para decidir sobre questões de boicote ou de prestígio de veículos ‘amigos’”. Nesse caso, porém, a população teria se “vacinado” e a reformulação dessa instituição já estaria a caminho. Para o colunista, essa imprensa estaria

estagnada e a frase “se *O Globo* é a favor, eu sou contra, encerra essa realidade política.”<sup>58</sup>

Ainda na sua quinta edição, *Panfleto*, regozijando-se com o Comício da Central do Brasil e com o tão desejado “fim da conciliação” por parte do governo Jango, atacava de forma definitiva as instituições liberais da Carta de 1946 e, mais uma vez, anunciava o projeto de sociedade dos trabalhistas. Finalmente, com os “trabalhistas autênticos” ocupando o poder junto com Goulart, defendia-se uma Constituinte para pôr fim ao impasse irrecusável entre “a realidade dinâmica e a estrutura de instituições envelhecidas ou totalmente superadas”. Pois, para acabar com “um Executivo amarrado, um Congresso inativo e um Judiciário às filigranas de leis confusas ou interpretadas sempre contra o povo”, segundo a publicação, exigiria:

Através de uma nova consulta ao povo ou da convocação de uma Constituinte, eleita com a participação das forças renovadoras que compõem o novo Poder em nosso País, será possível sair da crise e abrir caminho à emancipação econômica nacional. Resguardado o País dos perigos de um continuísmo que não encontraria explicação histórica, asseguradas as liberdades públicas e franqueadas ao povo – a todo o povo e não as minorias ricas e privilegiadas – o acesso ao voto e à elegibilidade, então poder-se-ia abrir à Nação uma perspectiva de saída pacífica para a crise. Fora disso, ficaríamos no inaceitável dilema do golpismo personalista e hispano-americano ou da guerra civil, esta, aqui manipulada pelas classes dominantes e a sua total incapacidade para o diálogo democrático.<sup>59</sup>

Emancipação econômica nacional. Essa parecia ser a tônica que permeava todas as edições de *Panfleto*. O combate ao subdesenvolvimentismo passava irremediavelmente pelo fim das explorações estrangeiras em território nacional, os chamados trustes estrangeiros. Nas palavras de Brizola, “as máquinas de sucção das riquezas nacionais”. Interessante é ver nas secções de tirinhas a história de “Tic-tac contra os tamanduás”, onde uma formiga trabalhadora acha

---

<sup>58</sup> PANFLETO, Rio de Janeiro, N°4, p. 35

<sup>59</sup> PANFLETO, Rio de Janeiro, N°5, p.8

estranho que as elites do formigueiro façam um acordo com os tamanduás. Sua tese era simples: toda visita dos estrangeiros é seguida pelo sumiço de centenas de formigas. O que os governantes do formigueiro ganhavam com isso? No último número de *Panfleto*, em 23 de março de 1964, a história de “Tic-tac” acabava com os tamanduás descobrindo a resistência do pequeno trabalhador e programando um golpe contra o formigueiro.<sup>60</sup>

## 1.2 - *Folha Catarinense*: o namoro entre trabalhismo e comunismo

Para discutirmos a cultura política comunista não nos basta falar do comunismo, ou mesmo do marxismo. É necessário apresentarmos, prioritariamente, a tradição socialista no Brasil. Vimos a pouco, com o caso do trabalhismo brasileiro, que as culturas políticas não podem ser compreendidas respeitando os limites das fronteiras nacionais. No caso do socialismo isso fica muito mais evidente. Culturas políticas são fenômenos transnacionais, seus conteúdos são gerados por debates que podem estar restritos, mas que acabam se difundindo, os modificando e os adaptando para outras culturas, linguagens e práticas.

MicolSeigel sugere que a noção de transnacionalismo nos ajuda a examinar conteúdos “unidades que se derramam e vazam através de fronteiras nacionais, unidades maiores e menores do que o Estado-Nação”<sup>61</sup>. Os estudos sobre transnacionalidade, inicialmente muito focados na história das migrações e das diásporas, passaram ao interesse geral dos historiadores durante a década de 1990 com os estudos referentes à globalização, ganhando grande força após os atentados de 11 de setembro de 2001. A noção de transnacionalismo passou a ocupar o centro do debate historiográfico estadunidense ajudando os especialistas a compreender como fenômenos internacionais moldam a história local de um país ou de uma região.<sup>62</sup> Ainda que reconheçamos que isso é verdade não podemos perder de vista que, apesar da não utilização da categoria, a interdependência de atores globais são objetos de estudos historiográficos há muito tempo, especialmente na tradição marxista. Lembremos, por exemplo, dos estudos sobre imperialismo,

---

<sup>60</sup> PANFLETO, Rio de Janeiro, Nº7, p. 20

<sup>61</sup> SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. In: *Radical History Review*, No.91, 2005, p.62-90.

<sup>62</sup> PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, 6-1: 64-84, 2012, p. 68.

colonialismo e anticolonialismo, no qual esse debate é sempre central. A novidade da noção é que ela nos ajuda a compreender a relação dialógica dos fenômenos. Processos transnacionais levam em conta não apenas sua dinâmica geral, global, internacional, mas, também, como essa dinâmica é modificada e modifica os fenômenos locais, nacionais. Assim, podemos concluir que culturas políticas são fenômenos sempre transnacionais. Como movimento de ideias, operam para além das fronteiras, mas não desconsideram as peculiaridades e os referenciais locais que acabam por modificá-las, alterá-las e reconstruí-las.

Nas últimas décadas do século XIX, os debates e as influências do socialismo começaram a chegar ao Brasil de forma mais sistemática. Em meados de 1880 o termo *marxista* apareceu como sinônimo de *socialismo científico*, mas apesar do frequente uso dele e dos termos *socialismo científico* ou *socialismo marxista*, a grande parte dos autores não liam diretamente Marx e, sim, textos de vulgarização, o que resultava em uma leitura positivista ou cientificista das obras, relacionando Karl Marx a um grande leque de pensadores socialistas das mais variadas colorações políticas.<sup>63</sup>

Podemos identificar uma cultura política socialista no Brasil na última década do século XIX e na primeira do XX. Muitas vezes, o termo empregado para identificar tal corrente de pensamento era *Partido*, o que, por vezes, confundia estudiosos sobre *socialismo* e política brasileira. Cláudio Batalha, ao estudar o fenômeno, nos ajudou a compreender como a noção de partido poderia precisar a identificação dessa cultura política:

(...)convém precisar que a própria noção de "partido operário", ou "socialista", tal como aparece no discurso dos socialistas brasileiros, tem duas significações distintas: ora se refere a uma organização política efetivamente existente ou cuja criação é preconizada, ora remete a um campo político, o daqueles que desprendem esforços pelos interesses das classes operárias sem necessariamente estarem reunidos numa organização. (...) Desse modo, por partido operário devem ser entendidos tanto as múltiplas organizações socialistas que surgem e desaparecem durante toda a Primeira República,

---

<sup>63</sup> BATALHA, Cláudio H. M. A difusão do Marxismo e os Socialistas Brasileiros na Virada do Século XIX. In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil*. v.2. Campinas, Editora da Unicamp, 2007, p. 12.

quase sempre em função de alguma disputa eleitoral, como o conjunto dos socialistas que se situam no terreno da luta política.<sup>64</sup>

A despeito disso, a criação de um partido político permanente se tornou uma questão central nos debates entre os socialistas brasileiros. Em 1906, no I Congresso Operário Brasileiro, houve um profundo embate entre socialistas reformistas e anarquistas, sendo que a proposta de criação de um partido institucionalmente estável foi derrotada sob o argumento de que poderia "servir aos interesses da burguesia".<sup>65</sup>

Porém, após a construção e o desaparecimento de diversos partidos formados conjunturalmente para as eleições, começou a surgir entre os socialistas brasileiros a ideia de formação de um partido mais amplo e menos "conjuntural" que pudesse ter uma vida atuante mesmo fora dos períodos eleitorais.

Com a Revolução de 1917 e o fortalecimento de leituras de Marx há uma guinada entre os socialistas e anarquistas brasileiros em direção ao marxismo ou ao socialismo científico e, conseqüentemente, ao comunismo fomentando, ainda mais, a formação de um partido político. Entre 1917 e 1919 o Brasil assistiu a diversas greves, principalmente na Capital Federal.

Um primeiro grupo autodenominado comunista formou-se no Rio de Janeiro, em janeiro de 1919. No dia primeiro de maio do mesmo ano foi lançado em São Paulo o programa da Aliança Comunista, escrito por Edgard Leuenroth e Antônio Duarte Candeias.<sup>66</sup> Entre 1919 e 1920, a fundação de diversas Ligas Comunistas culminou com a criação de um Partido Comunista, com forte índole anarquista. Finalmente, em Congresso realizado, de 25 a 27 de março, de 1922, fundou-se o Partido Comunista do Brasil (PCB), de sentido marxista, apoio à Revolução

---

<sup>64</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>65</sup> MORAES FILHO, Evarismo. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. V.1. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 43.

<sup>66</sup> DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. V.1. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 76..

Russa e forte influência e participação de anarquistas e anarcossindicalistas.<sup>67</sup>

Com o PCB e sua formação peculiar no anarcossindicalismo, o que o diferenciava de tantos outros formados a partir da crise da social democracia, vemos, no decorrer na década de 1920, debates que indicariam os contornos políticos, as alianças e a visão sobre um projeto de nação formulados pelo PCB nas décadas posteriores. Obviamente, isso não ocorreu sem conflitos com os organismos comunistas internacionais, especialmente, com secretariados da Internacional Comunista que viam nos movimentos militares brasileiros da década de 1920 uma possibilidade política importante para o PCB.<sup>68</sup>

Com isso, avaliado como um movimento pequeno-burguês pelo Partido Comunista do Brasil, os líderes da Coluna Prestes e correntes no interior das Forças Armadas brasileiras passaram a ser o centro do debate. O peso decisivo das instâncias internacionais coloca os militares brasileiros e o comunismo nacional lado a lado, fomentando, em longo prazo, outra característica fundamental para essa cultura política no Brasil.<sup>69</sup>

Não obstante, com o crescimento do prestígio da Revolução Russa, principalmente como força central de combate ao fascismo, o enfraquecimento do Partido Socialista Brasileiro, uma forte difusão do marxismo de teor stalinista, a aproximação com os militares e um crescente interesse da intelectualidade civil, tornaram o PCB o principal condutor do antifascismo nacional.<sup>70</sup>

---

<sup>67</sup> MORAES FILHO, Evarismo. A proto-história do marxismo no Brasil, op.cit., p. 46 e 47..

<sup>68</sup> Sobre a aproximação de Luiz Carlos Prestes com o Partido Comunista Brasileiro e como socialismo/comunismo ver: PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes : e a Aliança Nacional Libertadora : os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*.- São Paulo : Brasiliense, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Luiz Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

ROIO, Marcos del, *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935* (Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990).

<sup>69</sup> GORENDER, Jacob. O ciclo do PCB:1922-1980. In: FORTES, Alexandre. *História e perspectivas da esquerda*. Chapecó: Argos, 2005, p. 163 e 164.

<sup>70</sup> DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil, op.cit, p. 109..

A cultura política comunista permaneceu domesticada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) durante algumas décadas, sem que, ainda assim, fermentasse em seu interior um conjunto de vertentes que deixaria as organizações políticas daí oriundas ainda mais complexas. Apesar de inicialmente estar agrupado em torno do PCB, o comunismo brasileiro ramificou-se no início da década de 1960, isso sem contar o movimento trotskista que ganhou fôlego no final da década de 1930 e permanece, até hoje, como corrente fundamental da cultura política comunista.<sup>71</sup>

O periódico *Folha Catarinense* foi a publicação mais regular do PCB catarinense, pelo menos até o golpe de 1964. Possuía entre seu corpo de redatores e colunistas, membros do partido e simpatizantes como Fernando Pereira Cristino, Antônio Mello, Samuel Dutra da Silva, Herbert Georg, Sérgio Faraco, Adão Lopes, Luiz Henrique da Silveira, além do estudante Políbio Braga. Seu diretor era Francisco José Pereira, advogado trabalhista e jornalista que já havia participado do projeto do jornal *A Unidade*, no final da década de 1950, com o cricumense Aldo Dietrich.

Diferente do *Panfleto* cujas matérias eram direcionadas a um público mais amplo, o *Folha Catarinense* tinha como alvo os trabalhadores urbanos. Isso fica evidente quando percebemos as divisões nas seções e colunas. Uma coluna central no periódico era chamada de “Orientação trabalhista” e tinha como objetivo a elucidação das dúvidas dos trabalhadores a respeito da jurisdição trabalhista. Durante a sobrevivência do jornal discussões foram feitas a respeito de “salário família”, “férias” e “acidente de trabalho”, por exemplo. Tal foco no público também pode ser explicado pelo número de páginas. Enquanto o *Panfleto* tinha trinta e duas páginas, o periódico comunista possuía apenas oito. Nesse sentido, fica claro que o jornal do PCB disseminava suas ideias e valores para um público bem mais específico, os trabalhadores, em sua maioria sindicalizados, dos centros urbanos catarinenses. Porém, não podemos entender essa relação como uma via de mão única. O periódico também era alimentado por esse público que agia diretamente nas linhas do jornal através de cartas individuais ou de sindicatos, ou mesmo, indiretamente quando os responsáveis pelo periódico eram cobrados nas organizações que militavam para além do

---

<sup>71</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre. *História e perspectivas da esquerda*. Chapecó: Argos, 2005, p. 174.

jornal – Francisco Pereira, por exemplo, era advogado trabalhista em Blumenau e servia a movimentos grevistas, como no caso de Criciúma e Itajaí; Políbio Braga era presidente da União Catarinense dos Estudantes Secundários (UCES); Fernando Cristino era presidente estadual do PCB.

Tal diferença entre os jornais também se revela em outros momentos. A coluna cristã que vimos anteriormente no *Panfleto* é impensável na *Folha Catarinense*, que em nenhum dos seus números faz referências ao leitor cristão. A *Folha* também não encontrou espaço para discussão sobre artes em geral, coisa que no *Panfleto* ocupou, muitas vezes, mais de uma folha, como vimos.

Porém, o periódico comunista utilizava um espaço regular para uma discussão mais teórica sobre política e comunismo: era a coluna assinada pelo advogado blumenauense Herbert Georg. Nela, Georg defendia o materialismo marxista como “uma ideologia dominante e sem concorrência” e propunha um debate acerca do que seria essa ideologia, defendendo-a de ataques vindos de outras frentes.<sup>72</sup>

Além de escrever periodicamente sobre teoria política na *Folha Catarinense*, Georg possuía outra coluna para relatar sua viagem à República Democrática Alemã, realizada em meados do ano de 1963. Dividindo o relato em treze partes, o advogado publicou onze delas no jornal com o título “Eu vi Berlim” e, com elas, procurou demonstrar como funcionava o socialismo ‘na prática’, como era o mundo socialista sem a interferência da imprensa burguesa.

As duras críticas direcionadas ao fisiologismo e incapacidade transformadora do PTB que vemos no periódico comunista catarinense não podem confundir o estudioso sobre o periódico. Em grande medida, as acusações construídas pelos redatores da *Folha Catarinense* aos petebistas são muito próximas das mesmas querelas compradas pelo trabalhismo brizolista de *Panfleto*. Assim como ocorre em *Panfleto*, o editorial da *Folha Catarinense* pedia ao executivo federal a construção de um novo governo que se afastasse de correntes retrógradas representadas pelo PSD e se aproximasse de grupos que pudessem criar um governo legitimamente nacionalista e democrático.<sup>73</sup>

Em outro momento, em matéria assinada pelo sindicalista Adão Lopes, *Folha Catarinense* atacava fortemente o PTB. Segundo Lopes,

---

<sup>72</sup>FOLHA CATARINENSE, Florianópolis, N°4, p. 4.

<sup>73</sup>FOLHA CATARINENSE, Florianópolis, N°4, p. 2.

O PTB é o pendulo nos resultados eleitorais, se fixando ordinariamente ao lado do partido grande de 'oposição'. Depois de cada eleição assume umas Secretarias, prestigia e prepara financeiramente alguns ocupantes desses cargos para mais tarde transformá-los em deputados; efetiva em altas e em modestas funções uma porção de desajustados: futuros cabos eleitorais ou simples eleitores e se dá por satisfeito quando leva o chute do governo que ajudou a subir. O Tempo que modela entre uma eleição e outra, a liderança petebista no Estado, ocupa para arrumar empregos públicos para os seus afilhados; melhorar as 'bocas' dos que já têm; brigar um pela 'boca' do outro; e, acacianamente, combater os 'extremistas' do partido, urdindo tramas muito engenhosas nesse sentido. Para ser taxado de 'extremista' basta que o sujeito lute pela aplicação do programa do partido, ou que se oponha às notórias bandalheiras que acima enumerados.<sup>74</sup>

Os ataques ao PTB são vistos inclusive nas imagens, quando, como no caso abaixo, o deputado Santiago Dantas é ironizado ao propor uma frente única de defesa do governo João Goulart. Dantas aparece mostrando um vestido com todas as siglas partidárias que poderiam fazer parte da frente, mas quando se vira, suas costas estão completamente despidas, desprotegidas.

---

<sup>74</sup>FOLHA CATARINENSE, Florianópolis, N°6, p. 2.

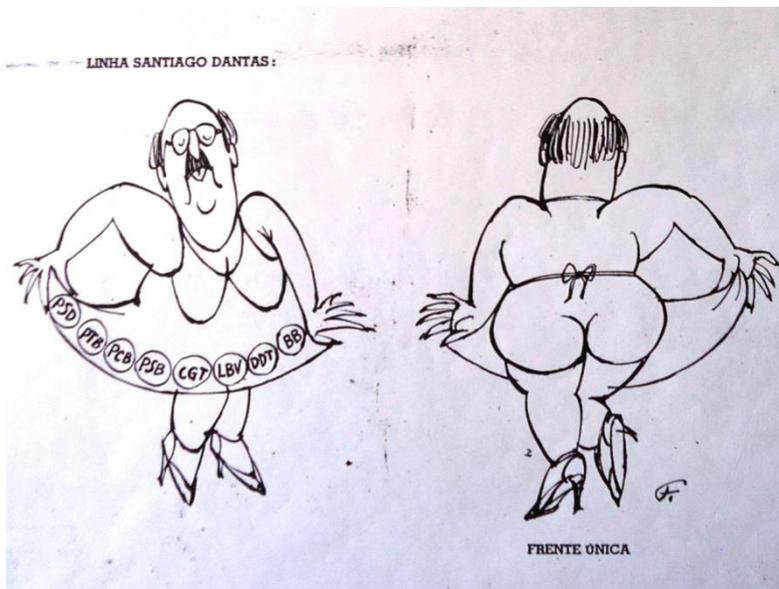


Figura 2 Crítica a Dantas e a Frente Ampla. Panfleto, Rio de Janeiro, NI, p. 5

Como vemos, o ex-ministro da fazenda, San Thiago Dantas, foi o alvo prioritário do jornal em seus primeiros números. Acusado de criminoso, de “lesa pátria”, de “politiqueiro” com grande “capacidade de manobra e engodo” e de “negociador”, nos primeiros meses de 1964, o petebista abre processo judicial contra *Panfleto* por calúnia. Em resposta, o periódico trabalhista afirmou

Infelizmente, o senhor Santiago será uma constante nas páginas de nosso jornal – não pelo que ele possa representar no momento, mas pela obrigação que temos de denunciar todas as manobras que tentam fazer contra a causa da emancipação do nosso povo.<sup>75</sup>

A aproximação entre os jornais e os projetos aqui são evidentes e em direção a uma orientação política nacional-popular. Criticando inclusive setores dentro do PTB, parte do trabalhismo, visto como radical caminhava nessa direção. Assim, durante os mais diversos

<sup>75</sup> PANFLETO, Rio de Janeiro, N°3, p.6.

números do comunista *Folha Catarinense* percebemos vinculações, elogios e chamadas de união e júbilo daquilo que podemos chamar de petebismo compacto, ideológico, autêntico ou mesmo radical. Além de anúncios do próprio *Panfleteo*, o que por si já indicaria forte fusão de valores, há utilização de matérias da já comentada Rádio Mayrink Veiga e, até mesmo, anúncio de formação de Grupos dos Onze que deixavam setores conservadores de cabelo em pé.<sup>76</sup>

Seria com Brizola que o PTB encontraria sua base ideológica, nacionalista, popular e verdadeiramente democrática. Fazendo coro com *Panfleteo*, *Folha Catarinense* deu um espaço considerável para o deputado gaúcho e para os que o cercavam, como Max da Costa Santos e Neiva Moreira. Um grande encontro da UNE que agitava Florianópolis no início de 1964 era o momento certo para demonstrar como “todos os reacionários estavam de um lado, e todo o povo do outro”.<sup>77</sup> As palavras de Brizola ecoavam e atraíam os comunistas para o trabalhismo. Cobravam Jango e até explicavam-no: “eu explico Jango – afirmou Brizola- ele vive encurralado pelo que há de mais reacionário nos quadros do governo sem que lhe deixem, sequer, uma réstea por onde ele possa ver a ‘fria’ em que está se metendo com essa gente.”<sup>78</sup>

A noção de cultura política não explica tudo. Ela nos dá elementos para a compreensão de determinadas correntes políticas e sua dinâmica histórica. Como vimos aqui, o trabalhismo esteve longe de significar uma cultura política estanque e homogênea. Dentro do trabalhismo situava-se leituras dissonantes do projeto e radicalizadas, tendiam a romper com quem buscasse estratégias diferentes. Com João Goulart no governo, os trabalhistas radicais procuraram atuar como mecanismo de pressão para aprovação das reformas, “na lei ou na marra”, enquanto os grupos trabalhistas que cercavam o presidente buscavam mediante a negociação com outros grupos a aprovação das leis.

Ainda assim, excluindo as estratégias, trabalhismo se configura como cultura política quando seus projetos, seus conjuntos de ideias,

---

<sup>76</sup>PANFLETO, Rio de Janeiro, Nº3, p. 5.

“BRIZOLA E OS COMANDOS NACIONALISTAS: - Estão funcionando em Itajaí e Navegantes nada menos que 78 Comandos Nacionalistas, com 11 pessoas cada um. O povo da cidade praiana se mobiliza para defender os destinos de nossa Pátria. Nossos parabéns ao bravo povo de Itajaí e Navegantes”

<sup>77</sup>FOLHA CATARINENSE, Florianópolis, Nº13, p. 5.

<sup>78</sup>FOLHA CATARINENSE, Florianópolis, Nº7, p. 3.

seus símbolos, seus mitos e suas leituras do passado são correspondentes. Como avaliamos, radicais ou fisiológicos, os grupos trabalhistas tinham leituras próximas das saídas para os problemas brasileiros. Isso fica ainda mais evidente na entrada de 1964, quando, percebendo que não teria mais espaço para as negociações políticas, o Presidente da República passou definitivamente para a conversa com sua base inviabilizando politicamente o governo.

Leonel Brizola não se transformou em Ministro da Fazenda como o *Panfleto* e a *Folha Catarinense* tanto propunham, mas no último número do periódico comunista a vitória do grupo de Brizola dentro do PTB<sup>79</sup> foi comemorada, deixando claro que o projeto nacional-popular compartilhado por comunistas e trabalhistas parecia, enfim, viável nas mãos do presidente Jango, que finalmente abandonara a tão condenada conciliação e partira em direção ao povo.

Assim como no caso dos tamanduás, a defesa da emancipação econômica para esse povo, agora unido em direção às reformas custaria caro. Mas foi em torno delas que gravitou boa parte das disputas e dos projetos de trabalhistas e comunistas nos meses que antecederam abril de 1964. Como vimos, *Panfleto: o jornal do homem de rua*, representava muito bem e, de forma bem organizada e didática, a cultura política trabalhista radicalizada em 1964. Como toda cultura política, o **t**rabalhismo demonstrou-se, durante as três décadas que se seguiram à sua formação, extremamente dinâmico. Alimentou-se de culturas políticas à esquerda e do nacional-estatismo, porém não perdeu suas bases filosóficas. Pelo contrário, com os novos ventos que sopravam do Vaticano, nutriu-se de humanismo cristão. Sem Vargas e através de sua carta-testamento, libertando-se da própria figura do criador, o trabalhismo construiu uma gama de inimigos, de projetos e de uma visão típica da sociedade e do homem brasileiro.

Se para a elite do PCB, o trabalhismo se tornara radical a ponto de seus membros serem considerados nacional-revolucionários nos momentos que antecedem o golpe. Após 1964, o trabalhismo passaria a ser visto como uma ilusão que teria atraído os comunistas e os colocara na inércia. Para alguns, a cúpula do PCB ao atrelar os trabalhadores ao “estado populista” teria se afastado das bases operárias e dado aos sindicatos um valor meramente instrumental.<sup>80</sup> Com o golpe, o

---

<sup>79</sup> *FOLHA CATARINENSE*, Florianópolis, Nº16, p. 3.

<sup>80</sup> Ver WEFFORT, Francisco. *Sindicato e Política*. Tese de Livre Docência, USP, São Paulo, 1975.

trabalhismo passou a ser visto como o que impediu as esquerdas de responderem a altura às marchas dos acontecimentos. Após o golpe, com os reacionários de um lado, o que se viu foi que à esquerda ou à direita os trabalhistas perderam seu estatuto de povo.

## Capítulo 2

### TESSITURAS ENTRECruzADAS

Francisco José Pereira e a relação entre o trabalhismo e o comunismo catarinense (1956 – 1964)

Advogado, jornalista, escritor, comunista. Francisco José Pereira nasceu na rua Crispim Mira, em Florianópolis, em 1933. Filho do simpatizante comunista Hildebrando Pereira, logo cedo, aos treze anos, iniciou sua formação política já voltada para o Partido Comunista do Brasil. Em 1946, com o término da guerra, funcionava, com a autorização e simpatia de seu pai, na residência da travessa Piedade, o núcleo do PCB Luiz Carlos Prestes.<sup>81</sup>

Chico realizou toda a sua formação fundamental no Grupo Silveira de Souza e, posteriormente, no Colégio Estadual Dias Velho, onde se credenciou para entrar na Faculdade de Direito de Santa Catarina em 1955. Foi na faculdade que as atividades políticas de Chico foram aprofundadas. Com o curso superior em Direito veio a possibilidade de trabalhar em periódicos acadêmicos e a participação na política estudantil. Entre os anos de 1955 e 1956 Chico foi representante da Faculdade de Direito, no conselho da União Catarinense dos Estudantes (UCE), além de, até o ano que se formou bacharel, editar o jornal estudantil *Folha Acadêmica*. Com o jornal, Francisco Pereira pôde aprofundar uma atividade que exercia desde o ensino secundário, trabalhando no jornal *Diário da Tarde* e com um periódico esportivo chamado *O Invicto*. A atividade exercida na UCE permitiu uma maior ligação do estudante de direito com membros ativos do Partido Comunista e com o movimento estudantil, formalizando uma relação que já estava sendo construída desde a infância.

A trajetória de Francisco José Pereira e do seu grupo social ajudam-nos a perceber que, para além de suas idiossincrasias, havia o compartilhamento de um conjunto de representações, projetos e ideias políticas entre o grupo de comunistas que o cercava. Entretanto, veremos também como esse grupo se entrelaçava a outros indivíduos e grupos que, apesar de não beberem das mesmas estruturas de referências, símbolos e ideologias políticas, estavam naquele período em grande aproximação com os comunistas.

---

<sup>81</sup> Entrevista concedida a Edison Lucas Fabrício em 8 de maio de 2005, p.1.

## 2.1 – A ilha vermelha: O comunismo da capital catarinense

Após o início de seus estudos na Faculdade de Direito, Chico vinculou-se oficialmente ao PCB. Sua filiação ocorreu depois da chegada a Santa Catarina de Fernando Pereira Cristino, carioca, interventor do Comitê Central nas disputas internas que aqueceram o PCB catarinense e provocaram a saída do então líder do partido no estado, o tipógrafo Aldo José Sagaz.<sup>82</sup>

O PCB catarinense surgiu apenas no final da década de 1930. Entretanto, após a vinda de centenas de operários para a construção da Ponte Hercílio Luz, o comunismo em Santa Catarina passou a contar com um grupo de militantes relativamente organizados. Não que essa cultura política não estivesse circulando pela população catarinense. O porto de Florianópolis, muito ativo no início do século XX, favorecia a proliferação de informações e propiciava certa formação política na capital, principalmente, entre os operários da estiva. Obviamente, que esse contato via marinha mercante também ocorria nos portos de Itajaí e de São Francisco. Assim, com a concentração de operários de diversas regiões para a obra de ligação entre a Ilha de Santa Catarina e o continente, nasceu em Santa Catarina um grupo de inspiração comunista inicialmente chamado de “Socorro vermelho”, cujo objetivo era arrecadar fundos para posterior envio à União Soviética.<sup>83</sup>

Somente na segunda metade da década de 1930 a ideia de formar um partido comunista começou a ganhar força entre os simpatizantes comunistas de Santa Catarina. Segundo um dos seus fundadores, Manoel Alves Pereira, o seu Mimo, o PCB de Santa Catarina foi fundado em 1939, tendo um grupo bem organizado já com a Aliança Nacional Libertadora, em 1935.<sup>84</sup>

Manoel Alves Pereira era, em Florianópolis, a figura política mais atuante do PCB. Por meio do Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros, Mimo conquistou uma vaga na Câmara dos Vereadores em 1959, substituindo o também comunista Genésio Leocádio da Cunha que havia sido eleito também pelo PSP em 1953. Era no escritório do então vereador Mimo que Chico Pereira, Fernando

---

<sup>82</sup> MARTINS, Celso. *Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27 / Fundação Franklin Cascaes, 1995, p. 184.

<sup>83</sup> VIEIRA, Jaci Guilherme. *História do PCB em Santa Catarina* – da sua gênese até a operação Barriga Verde. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em História da UFSC. 1994, p.5.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p.9.

Cristino e o restante do comitê estadual do partido costumemente se reuniam até 1963, ano em que Mimo deixou a Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Vinculado ao Sindicato da Construção Civil, Mimo nasceu em 1903 em Imaruá. Filho de operários, iniciou sua vida profissional como mineiro em Lauro Müller. Após um breve período como eletricitista em Tijucas, mudou-se para Florianópolis para trabalhar na construção da Ponte Hercílio Luz. Em Florianópolis, conheceu o estivador Álvaro Ventura. As conversas com Ventura sobre a situação na Rússia pós-revolucionária e o contato com marinheiros e outros operários atraíram Mimo para o socialismo e para os grupos comunistas que se organizavam na capital catarinense. “Orador extraordinário que se destacava nos comícios em praças públicas e nos plenários dos congressos sindicais”, Chico conheceu o líder comunista logo após a sua entrada no partido nos primeiros anos do curso de direito.<sup>85</sup>No momento em que Chico o conheceu, Mimo já era um respeitado comunista, líder sindical em Florianópolis e cristão. A religiosidade dessa primeira geração de comunistas catarinenses é algo a ser destacado. O próprio Álvaro Ventura, também fundador do partido no estado, se identificava como católico e engajado na tarefa de combater a tendência ateísta dentro do partido.

Eu era católico e professava o catolicismo. Fui irmão da Irmandade do Senhor dos Passos, no Hospital de Caridade. Ajudava a fabricar caixão de defunto, consertar canos de água e outros serviços. (...) Mas quando fui eleito deputado e fiz minha confissão de fé comunista, me expulsaram da Irmandade. Apesar disso eu continuei a lutar dentro do Partido contra o ateísmo, por entender que isso dificultava o povo a se aproximar do movimento revolucionário.<sup>86</sup>

Essa ligação com uma filosofia cristã, de “Cristo como o primeiro comunista”<sup>87</sup>, aproximava invariavelmente essa primeira geração do PCB catarinense a grupos que, mais tarde, formariam as fileiras do

---

<sup>85</sup> RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. Florianópolis: Garapuvu, 2001, p.7.

<sup>86</sup> MARTINS, Celso. *Os comunas – Álvaro Ventura e o PCB catarinense*.

Florianópolis: Paralelo 27, p.21.

<sup>87</sup> RIBEIRO, Manoel Alves, op.cit, p.105.

trabalhismo. Um bom exemplo disso foi o apoio que os comunistas de Santa Catarina deram aos “revolucionários” de 1930, contrariando o que ocorria no plano nacional. Para Mimo,

Na história do nosso País, foi o presidente Getúlio Vargas quem conquistou o maior apoio do povo. Foi o que deu alguns direitos aos trabalhadores. Ele sabia que se apelasse para o povo e, particularmente, para os trabalhadores, lhes falasse claro, desmantelava o complô que contra ele se articulava.<sup>88</sup>

Ainda assim, apesar de demonstrar certa simpatia por Getúlio Vargas, Mimo identificava que a origem burguesa do ex-presidente era seu grande problema e o que o levou a uma atitude desesperada em 1954.

Não querendo romper definitivamente com os banqueiros e latifundiários enquistados no aparelho de seu governo, preferiu suicidar-se, deixando uma carta enigmática, que até hoje as massas não conseguiram decifrá-la. Pertencia à grande burguesia e foi fiel à sua classe até na hora da morte. No diade seu suicídio o povo lançou-se às ruas aos milhões, numa demonstração que a sua atitude era desnecessária, pois ele contava com o apoio total do povo para continuar na Presidência da República.<sup>89</sup>

Diferente do que fez o trabalhismo, o comunismo catarinense, representado por Mimo, não conseguiria fazer sua interpretação da carta-testamento que iria, no final das contas, aproximar ainda mais os trabalhistas dos comunistas brasileiros no, final dos anos 1950, e, principalmente, nos anos 1960.

Elementos de aproximação dessas culturas políticas - até mesmo de base filosófica - já estavam presentes entre os comunistas catarinenses antes mesmo que o trabalhismo brasileiro amadurecesse. Não seria absurdo afirmar que, no caso catarinense, o trabalhismo

---

<sup>88</sup> RIBEIRO, Manoel Alves, op.cit, p.97.

<sup>89</sup> Ibidem, p.97.

cresceu de forma muito próxima do comunismo e tal proximidade se aprofundou após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a identificação do inimigo em comum, especialmente em Santa Catarina, onde a imigração alemã favoreceu a simpatia pelo nazifascismo.

Seu Mimo era, no início dos anos 1960, uma figura central e influente no PCB. Junto com Fernando Pereira Cristisno, liderava e dava coordenadas para a organização dos trabalhadores e as diretrizes políticas que poderiam criar laços entre diferentes culturas políticas no estado. Estando junto com Mimo no comitê estadual, Chico Pereira não destoava dessas posições. Como advogado trabalhista, Chico não descolava suas atividades profissionais de suas ações e de seus projetos políticos.

Não eram poucos os advogados relacionados ao Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina. Além de Chico Pereira, Carlos Adauto Vieira também participou da Juventude Comunista no final dos anos 1950, grupo que tinha a liderança de Mário Bastos e que, desde 1953, também editava a revista *Novos Dias*.<sup>90</sup> Carlos Adauto, assim como Chico, possuía fortes ligações com sindicatos e movimentos de trabalhadores. Formado em Florianópolis, seguiu para Joinville, onde fixou um escritório de advocacia e atuou de forma sistemática nos movimentos grevistas da região, especialmente, na greve da Metalurgia Joinville S.A, em 1960.<sup>91</sup> Vieira afirmou afastar-se do Partido em 1958, tendo fortes motivos para desligar-se. O primeiro e, mais sério, diz respeito à forma violenta com que a União Soviética procurou resolver o problema na Hungria, mas, não só isso, alguns problemas de ordem local acabaram desmotivando sua participação política no PCB.<sup>92</sup> Segundo Vieira, os frequentes pedidos para formar uma célula em Joinville, a solicitação para atuar em causas trabalhistas em Itajaí e as exigências de colaboração financeira ao partido fizeram com que ele deixasse de atuar no PCB. Assim, Carlos Adauto Vieira declarava no Inquérito Policial Militar em que foi investigado após abril de 1964 que:

Tais recusas se originaram do fato de ter feito análise sobre as atividades do Partido Comunista e

---

90 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº20, p. 59.

91 Ibidem, p. 59.

92 A União Soviética invadiu a Hungria em 1956 após um levante que era contrário ao governo soviético que estava estabelecido na região desde o final da Segunda Guerra Mundial. Após a retomada do controle por parte da URSS, os soviéticos aumentam a repressão em todo o leste europeu.

que, vistas agora com mais maturidade de espírito, revelam à insuficiência deste para realizar, em Santa Catarina, qualquer progresso social, dada a incapacidade dos que o dirigiam. A par destas razões, outras de ordem pessoal e familiar, além de profissionais acentuaram as divergências inclusive no terreno filosófico. De mil novecentos e cinquenta e oito em diante, tendo declarado que não exerceria mais qualquer atividade extralegal, mas unicamente no exercício da profissão de advogado, houve um total desligamento do partido Comunista, ruptura esta que provocou até campanhas contra sua pessoa e contra suas funções de advogado. Instado inúmeras vezes para participar outra vez do Partido houve da parte do declarante uma recusa definitiva. Esta recusa se mantém até hoje e continuará, pois agora, mais do que em qualquer época, se mostrou claramente que os caminhos perseguidos pelos Comunistas não tem condições de fazer realizado o sonho de todo o Brasileiro consciente e das suas obrigações patrióticas, ademais há a falta de um objetivo prático e imediato em relação à concretização de um Brasil soberano, afirmando-se pela sua potencialidade econômica, política e jurídica. Por outro lado o conhecimento do *modus vivendi* de certos dirigentes Comunistas traz uma total desilusão para qualquer um que, honesta e conscientemente tem a coragem de se proclamar patriota, pois a prática não corresponde de forma alguma à pregação doutrinária. O nosso país hoje tem condições humanas e naturais para extrair de si próprio aquelas soluções capazes de trazer ao povo brasileiro, segurança, tranquilidade e sobretudo confiança num futuro sem desequilíbrio ostensivo e aviltrantes. Não somos mais um país colonial. Os nossos técnicos em todos os setores da vida nacional tem demonstrado capacidade ainda que em experiências isoladas, para criar condições de vida dignas de nossa importância como nação e como povo. Daí a desnecessidade de encontrar-mos, além fronteiras, exemplos ou modelos para a nossa vida social as quais não podem de forma alguma divergir ou esmagar as

nossas tradições. Porque nenhum regime se importa, sob pena de descaracterizar o sentido patriótico de qualquer movimento. Diante destas considerações a proclamação de objetivos fora de tais postulados, não corresponde a verdade patriótica senão a embustes para fins até mesmo desonrosos. Contra eles, oponho-me com a mesma firmeza e responsabilidade que tive para com outros atos da minha vida, na pesquisa do que julgo indispensável para a grandeza do nosso país.<sup>93</sup>

---

Ao trabalharmos com fontes produzidas por pressões e violências, precisamos sempre atentar para as estratégias dos depoentes em aliviar as profundas violências, psicológicas ou físicas utilizadas pelos policiais e militares durante os exaustivos interrogatórios.

Portanto, mesmo com uma clara tentativa de agradar, do desejo de saciar os ouvidos dos militares interrogadores, fica evidente um rancor pessoal de Carlos por alguns membros do PCB catarinense. Em diversos momentos as condutas pessoais parecem ultrapassar os limites ideológicos da crítica. Ainda assim, Vieira se correspondeu frequentemente com membros do partido nos meses anteriores ao golpe. Vários dos contatos foram com Francisco Pereira. Nas cartas interceptadas pelos militares, o advogado de Joinville trocou informações e informou os comunistas sobre o movimento sindical da cidade e a situação política das cidades do norte do estado.

Além disso, no próprio periódico comunista *Folha Catarinense*, Carlos Vieira aparece como um “autêntico nacionalista, engajado na luta pela libertação nacional desde a mais tenra juventude”. No mesmo número do jornal, Vieira é citado na caravana que Paulo Stuart Wright e Padre Alípio de Freitas fizeram pelo estado, discursando na passagem do “sacerdote do povo” pela cidade de Joinville.<sup>94</sup>

O que fica claro após os depoimentos e relatórios militares é que Carlos Adauto Vieira rompeu com a Juventude Comunista após um desentendimento pessoal com o líder Mario Bastos, porém sua relação com o movimento não cessou em 1958. Vieira conheceu Chico Pereira, no período de atuação no movimento estudantil, assim como o advogado

---

93 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº20/1964, p.60.

<sup>94</sup>*Folha Catarinense*, Florianópolis, Nº16, p.4.

criciumense Aldo Dietrich. Políblio Braga, líder estudantil em 1964 e diretor da sucursal do jornal *Panfleto* em Santa Catarina, encontrou em Carlos Adauto uma boa referência para a distribuição do jornal na maior cidade do estado. Após abril de 1964, os militares encontram com Vieira, além do *Panfleto*, um grande número de periódicos comunistas do período, entre eles o *Voz Operária*, *Novos Rumos* e o próprio *Folha Catarinense*.<sup>95</sup> Vinculado aos fortes sindicatos da cidade do norte, Carlos Adauto Vieira fazia na região uma função muito parecida com a executada por Chico Pereira no Vale do Itajaí e por Aldo Dietrich na região de Criciúma: o trabalho como advogado trabalhista, a aproximação com os sindicatos e a formação política dos trabalhadores.

O direito trabalhista era, na década de 1950, um campo em ascensão entre os estudantes de direito. Com a consolidação das leis do trabalho, em 1942, e o fortalecimento da justiça do trabalho, o direito dos trabalhadores passou a significar uma área de atuação frutífera e promissora para os profissionais que projetavam sua carreira durante a década de 1950. O aprofundamento nos estudos sobre o direito trabalhista, fazia com que os advogados se aproximassem dos trabalhadores, dos sindicatos e ganhassem a antipatia das empresas. O resultado lógico foi a entrada desses profissionais nos profundos debates políticos aquecidos pela Guerra Fria. Não é por acaso que os advogados vinculados ao PCB de Santa Catarina vissem o campo trabalhista como sua área de atuação preferencial.

Outra figura próxima ao núcleo do partido catarinense foi José Adil de Lima, em 1964, líder sindical em Itajaí. Em seu depoimento aos militares podemos identificar algo raro em se tratando desse tipo de registro. Nos Inquéritos Policiais Militares (IPM) era comum procurar agradar os ouvidos policiais. No entanto, não foi isso que Lima fez no depoimento colhido após ser preso, no início de setembro de 1964. No final do interrogatório, Lima fez um resumo de seus projetos políticos:

Declaro no esclarecimento da verdade o seguinte:  
1º As minhas convicções se consubstanciam na defesa dos seguintes princípios: Pleno emprego e salário justo; socialização do ensino e da Medicina; Estatização dos setores de indústria pesada, energético, reservas naturais e transportes;

---

<sup>95</sup> Informativo do Estado-Maior do Comando do 5º Distrito Naval. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº 709/1964, p.11792.

controle estatal da aplicação do crédito; extinção do latifúndio; auto-gestão das empresas; liberdade de pensamento e de culto, assim como garantias e meios de expressão dessas liberdades. A defesa desses princípios me levaram a situar-me na conformidade dos meios que me são permitidos – Na área de ação dos movimentos sindicais e políticos janguista (na falta de melhor definição). Nessa situação preservei toda a minha independência, não aceitando acatar ou desempenhar atos, senão aqueles ditados pelo meu discernimento sobre os quais assumo a responsabilidade. Em Itajaí a minha convivência com pessoas ou entidades estranhas ao meu meio social ou de atividades normais, decorre do esforço que tenho feito e do acatamento que tenho encontrado conduzido minha vida profissional e de cidadã com lisura e probidade. Entretanto, em Florianópolis onde permaneço três ou quatro dias por semana, essa convivência determinada por circunstâncias outras resultou na focalização deformada de meus propósitos, aos olhos dos que me apresentam como agitador e subversivo. Na verdade todos os meus atos são, ainda nesta circunstância, endossados por mim. Tenho total convicção de que, a luz da legislação vigente nas datas que ocorreram os atos aludidos, e que, na contestura das razões e direitos de realizá-las, não incorri em crime e ações subversivas. A minha manifesta simpatia pela solução socialista se alicerça na visão que tenho do campo socialista e do mundo ocidental, partindo do ponto de vista da minha situação de operário, destituído de bens de herança, de numerosa família e homem de cor – fator preponderante na apreciação dos governos das Nações que lideram estes blocos. (...) Da minha parte, do meu ponto de vista, preferi a experiência do Socialismo do Capitalismo.<sup>96</sup>

---

96 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº20/1964, p. 24.

No depoimento de Lima aos militares, o operário de Itajaí se colocou entre os janguistas e os socialistas, porém, ao término há uma tomada de posição clara. A situação de José Adil de Lima após abril de 1964 deixava evidente que era necessário assumir-se, tomar partido e, se ainda não estava esclarecido de qual campo falava, era preciso mostrar que não havia nada de errado em defender suas convicções junto aos militares e, se assim o fizesse, ficaria claro que tais convicções, a proximidade de seus projetos nacionalistas e reformistas e mesmo o fato de ser “homem de cor” o levaram ao socialismo.

Em 1958 Lima se vinculou ao Partido Trabalhista Brasileiro para concorrer à Câmara de Vereadores de Itajaí. Após forte campanha do clero municipal em combater sua candidatura, Lima foi derrotado, retornando às suas atividades sindicais e, com isso, projetando-se ainda mais no sindicalismo estadual e no PCB. No decorrer dos primeiros anos da década posterior, o operário de Itajaí conheceu toda a cúpula do partido comunista. Chico Pereira, seu Mimo, Cláudio (Fernando Cristino), entre outros, passaram a fazer parte da vida do operário da construção civil. O vínculo de Lima com o partido se estreitou principalmente após sua eleição como delegado da Junta de Julgamento e Revisão do Instituto de Aposentadorias e Previdência dos Industriais (IAPI)<sup>97</sup>, quando passou a frequentar a capital do estado de duas a quatro vezes por semana.<sup>98</sup>

A afirmação de Lima, após sua prisão em 1964, foi exemplar dos projetos empreendidos pelos comunistas catarinenses naquele período. Além disso, torna-se ainda mais esclarecedora ao mostrar as aproximações entre trabalhistas e nacionalistas, mas, ao mesmo tempo, assegurando que a luta socialista é classista e internacionalista. O internacionalismo e uma tomada de posição de classe são provavelmente o que mais distanciara o socialismo/comunismo do trabalhismo. O forte conteúdo nacionalista e a defesa de um estado supraclassista, com momentos de negação das classes sociais, são marcas da cultura política trabalhista.

---

<sup>97</sup>Os Institutos de Aposentadorias e Previdência eram autarquias previdenciárias federais criadas no primeiro governo de Getúlio Vargas para reunir trabalhadores em categorias profissionais. Em 1966 todos os IAP's são fundidos no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), mas tarde, em 1990, após fundir-se ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) deu origem ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

<sup>98</sup> Sentença. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº 299/1964, p. 1464.

Com isso, classe e nação são diferenças marcantes mesmo no contexto pré-golpe. As declarações de Lima no IPM nos ajudam a perceber o quanto o debate de classe ainda não estava presente entre os trabalhistas que apostavam no debate sobre o “empresário nacionalista”, ou mesmo o “militar nacionalista”, em oposição aos “militares gorilas” ou as multinacionais sugadoras das riquezas nacionais. Já os que se consideravam socialistas ou comunistas levavam em consideração a questão de classe, colocando os trabalhadores no centro dos debates políticos.

Os grupos dos onze formaram-se no final do ano de 1963 através da iniciativa do então deputado federal trabalhista Leonel Brizola. Com a formatação da editora *Panfleto* e com sua participação semanal na rádio *Mayrink Veiga*, Brizola conclamou o povo, inspirado na popularidade do futebol e o bicampeonato mundial de 1962, a reunir-se em grupos de onze pessoas para

(...) consolidar e cimentar a unidade das forças populares e progressistas, de nacionalistas civis e militares, de todos os getulistas e trabalhistas que se consideram convocados pela CARTA DE VARGAS, de todos os brasileiros, homens e mulheres, que se disponham a lutar em defesa de nossas conquistas democráticas, por uma democracia autêntica, pela realização imediata das reformas de base e pela libertação de nosso povo da espoliação internacional.<sup>99</sup>

Os objetivos dos grupos resumiam com eficiência no que o trabalhismo havia se transformado, com eles os trabalhistas mais radicais e próximos de Brizola passaram a construir uma base política sólida e popular. Rapidamente os grupos espalharam-se por todo o país, especialmente, na região Sul, no Rio de Janeiro e no estado da Guanabara, onde o deputado gaúcho possuía grande popularidade.

O PCB utilizou-os de forma sistemática, percebendo-os como uma ideia a ser aproveitada em benefício do partido e do comunismo. Porém a articulação entre comunismo e trabalhistas nos grupos era mais frequente. Já vimos no capítulo anterior como a formação de grupos era comemorada pelo comunista *Folha Catarinense* o que já demonstrava grande afinidade. No caso de Florianópolis e do grupo dos onze que se

---

<sup>99</sup>PANFLETO, Rio de Janeiro, nº1, p. 14 e 15.

formou no Departamento de Correios e Telegrafos (DCT), a articulação se dá em vários níveis. O carteiro Nezio Jaques Pereira, antigo militante comunista, vinculado à célula Luís Carlos Prestes, liderava o grupo com o aval do diretor da repartição, o petebista Israel Caldeira que mantinha ligações muito próximas com o vice-governador do estado, o trabalhista Armínio Doutel de Andrade.

Rita da Costa Malheiros, também próxima de Chico Pereira e funcionária dos Correios de Florianópolis, possuía contato estreito com o diretor regional dos Correios, Israel Caldeira e com o carteiro Nézio Pereira, participante de um grupo dos onze de Florianópolis. O grupo de Florianópolis foi formado dentro dos Correios e sua atuação já foi discutida em textos anteriores. O que cabe aqui mencionar foi a forte aproximação que trabalhistas e comunistas possuíam no Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), gerando inclusive confusão no inquérito que apurou a atividade do grupo de Florianópolis.<sup>100</sup>

Neste grupo dos onze ainda figuravam simpatizantes de Brizola e getulistas, como os também carteiros Carlos Pedro Nascimento e Eduardo Pereira Xavier, além do operador postal Luiz João de Andrade e do vendedor de selos Walter Dias de Oliveira. Em depoimentos aos militares todos afirmavam desconhecer a proximidade do carteiro Nezinho com o comunismo, provavelmente, uma atitude de defesa simples, já que Rita Malheiros também era notória comunista na cidade e as frequentes reuniões de ambos com os líderes do PCB do estado apareceram em diversos depoimentos de outros funcionários dos Correios.<sup>101</sup>

Israel Gomes Caldeira foi indicado diretor do DCT regional por Doutel de Andrade e pelo deputado trabalhista Evilásio Caon. A atuação de ambos será avaliada no próximo capítulo, porém, a figura de Caldeira ajuda-nos a compreender como alguns atores vinculados ao trabalhismo, utilizando-se da máquina pública da qual dispunham, vinculavam-se a sindicalistas e a grupos de esquerda. Caldeira participava de reuniões sindicais, inclusive fomentando-as, nas instalações dos Correios, além de autorizar palestras e cursos com figuras conhecidas da esquerda nacional.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> PACHECO, Diego. *Os times do povo: os Grupos dos Onze Companheiros* em Santa Catarina. Curitiba: Prismas, 2014.

<sup>101</sup> *DIÁRIO DO PARANÁ*, Curitiba, 13/09/1966.

<sup>102</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº299/1964, p. 9.

Com a proximidade entre o Grupo dos Onze do DCT e o PCB, a tarefa de difusão dos impressos comunistas e trabalhistas em Florianópolis era facilitada. Impressos comunistas, como a *Folha Catarinense* e *O Semanário*, e trabalhistas, como *Panfleto* eram distribuídos e/ou realocados com a ajuda dos membros do grupo dos onze do Departamento de Correios e Telégrafos.<sup>103</sup> A função de carteiro é especial para esse tipo de tarefa. Com a entrada garantida em qualquer repartição, os funcionários dos Correios tinham a possibilidade de distribuir qualquer tipo de material de maneira rápida e segura. Além disso, em uma sociedade em que as notícias, os avisos e as ordens eram transmitidas basicamente por impressos e manuscritos, esses profissionais tinham o poder de controlar e, até mesmo, alterar o conteúdo e a velocidade dessas informações.

Por meio dos depoimentos, percebemos que uma das tarefas e maiores preocupações dos militares (e, possivelmente, a maior atividade dita subversiva pelo IPM) era a distribuição dos jornais *Panfleto* e *O Semanário*, este último também vinculado ao PCB. Os principais inquiridos no processo dos grupos dos onze de Florianópolis, Nezinho e o diretor Israel Caldeira, confirmaram a distribuição dos periódicos. Segundo os investigadores, tais jornais eram direcionados por Nezinho e outros carteiros, sob sua orientação, a vários pontos estratégicos da cidade. Um deles, a Livraria Anita Garibaldi, era inclusive um conhecido ponto de encontro entre membros da esquerda florianopolitana. Para os militares, a atuação de Seu Nezinho não parava por aí. Além da distribuição dos jornais de esquerda, o carteiro possuía livre trânsito pelos Correios, violando cartas e repassando bilhetes para pessoas vinculadas ao PCB em Florianópolis.<sup>104</sup>

As relações entre os comunistas e alguns trabalhistas nem sempre eram boas. O próprio Israel Gomes Caldeira, nessa confusão de violação de correspondências, foi acusado pelo *Folha Catarinense* por censura a cartas e envelopes críticos a autoridades ou direcionados a países socialistas. Para o periódico comunista:

Estava na hora de agir, de se tomar uma providência. Uma Comissão de Inquérito poderia facilmente apurar todos esses problemas, já denunciados a opinião pública por entidades

---

103 Ibidem, p.3.

104 SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. *Autos Findos 67964*, maço 1163 PO 298, p. 92.

estudantis e sindicais de Florianópolis. O diretor do DCT, Sr. Israel Caldeira deve uma explicação aos usuários dos serviços de correios e telégrafos.<sup>105</sup>

A articulação entre o vice-governador e o deputado Evilásio Cahon propiciou o nome de Israel à diretoria do departamento. Em cartas, percebemos que Evilásio fomentava a criação de grupos dos onze, o que nos leva a crer que o grupo de Florianópolis e outros grupos que se formaram no DCT tiveram, no mínimo, a conivência do diretor.

Outro deputado trabalhista, Agostinho Mignoni, também fiel à Leonel Brizola, trocava correspondências constantemente com Caldeira e Cahon, mas, além deles, buscava inspirar, no Oeste do estado, os trabalhadores em busca da formação de novos grupos dos onze. Em carta direcionada ao deputado, alguns trabalhadores de Xanxerê buscavam manter o político informado sobre os rumos dos comandos nacionalistas na região. A carta do agricultor Durval Delle é um exemplo.

Conforme ata (cópia) que mandamos fundamos nesta cidade o 1º Comando Nacionalista de Xanxerê, da qual faz parte vosso progenitor, eu, MusoKofp, Picoli, etc – O Filho do Musokofp está organizando um Comando Estudantil – Tavares na Cascata está organizando outro comando – bem assim nossos companheiros Fabiano no Campo Aviação, Ito, na Barragem – Janjão na área Indígena estão em organização com outros Comandos – Creio poder fundar um Comando Feminino, já contando com quatro (4) mulheres dispostas – Faltando convidar a vossa progenitora para tomar parte.<sup>106</sup>

A carta a Mignoni demonstrava que algumas mulheres participavam dos grupos trabalhistas, mesmo que não estando na liderança ou na organização dos grupos. Utilizando de forma sistemática a gráfica Maria Quitéria Mignoni passou a representar naquele momento uma figura central para a organização dos grupos dos onze no estado de

---

<sup>105</sup> *FOLHA CATARINENSE*, Florianópolis, nº8, p. 4.

<sup>106</sup> Carta de Durval Delle ao deputado Agostinho Mignoni. 6/12/1963. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº20/1964, p. 35.

Santa Catarina. Próximo a entidades estudantis na capital, a políticos influentes entre a esquerda catarinense, como Paulo Stuart Wright e Doutel de Andrade e com muito diálogo com Leonel Brizola, Mignoni fazia um bom trânsito entre os trabalhadores rurais do interior do estado, os estudantes, o PTB e o PCB através da amarração com a gráfica do partido. No dia nove de abril de 1964, a casa de Delle foi invadida pela polícia que acabou apreendendo sete telegramas “todos grampeados juntamente com um cartão referente ao Comando Geral dos Grupos dos Onze”. Além disso, Delle arquivava em sua residência documentos políticos que fazem menção tanto aos trabalhistas quanto aos comunistas, entre eles,

Três panfletos, tendo por títulos: “um esclarecimento ao povo de Xanxerê”, “frente de Libertação Nacional” e “Manifesto a Nação”; Um (1) bloco de papéis diversos (cartas, documentos e circulares) grampeado juntamente com um cartão referente ao Comando Geral do grupo dos Onze; Uma (1) pasta de capa de papel rosa contendo uma Ata de Fundação do Comando Geral e outras anotações; Seis (6) exemplares de caderno de título: “A posição dos Comunistas Diante das Reformas de Base”, um (1) exemplar da “Declaração do Governo Soviético Sobre o Acordo Atômico”, um exemplar de “Porque ser Comunista”....dois (2) exemplares do “Programa e Estatuto do Partido Comunista Brasileiro”, cinco (5) exemplares de: “Carta aberta do CC do PCUS” Dois (2) talonários de recibos de contribuições para o movimento dos GRUPOS DOS ONZE e dois (2) talonários de contribuição para um jornal semanário;

Tal semanário em questão era o *Panfleto*, isso fica claro, pois junto aos talões estavam cópias do número da *Folha Catarinense* que solicitava ajuda financeira para o início da produção, confecção e distribuição do jornal trabalhista. Ainda na relação de itens capturados na casa de Delle estão exemplares dos jornais *A Classe Operária*<sup>107</sup>, edição de 16 a 29 de fevereiro de 1964, três exemplares do periódico

---

<sup>107</sup> Periódico do Partido Comunista do Brasil de circulação nacional.

*Terra Livre*<sup>108</sup> e mais de dez exemplares de todas as edições do *Folha Catarinense* a serem distribuídos na cidade.

Os comunistas da capital catarinense transitavam em dois principais locais: a livraria Anita Garibaldi e a gráfica Maria Quitéria. A gráfica Maria Quitéria funcionou até a década de 1980, mas o período anterior ao golpe civil militar de 1964 foi o de maior engajamento e participação política em que as atividades da gráfica tiveram grande importância. Por ali passaram todos os líderes da esquerda de Santa Catarina e nela eram impressos praticamente todos os manifestos, panfletos, cadernetas, informativos e jornais das esquerdas que circularam pelo estado no período da democracia liberal encerrada com o golpe.

Dibo Elias, tipógrafo, era fichado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) desde 1945, quando fundou uma célula comunista em São José chamada "capitão Pedro Leite".<sup>109</sup> Em 1954, "foi preso em flagrante na cidade de Brusque, quando distribuía jornais comunistas". No mesmo ano vincula-se à gráfica Maria Quitéria e, segundo os depoimentos colhidos pelo IPM, era "visto constantemente na Livraria Anita Garibaldi, ora levando volumes, ora apanhando encomendas".<sup>110</sup> Em carta à João Goulart, representando a Frente Operário Estudantil Catarinense, Dibo Elias conclamou o presidente a agir contra os "estados reacionários" que, com auxílio dos estadunidenses, estavam se armando contra o governo federal. Anexada ao IPM, a mensagem foi utilizada pelos militares para mostrar como o gráfico estava vinculado ao "comunismo". Nela, Elias afirmava que "a hora é de ação. Que se raspem do Brasil essa gringalhada prepotente e sem vergonha".<sup>111</sup> A carta na verdade era uma chamada à ação do governo federal que, nas palavras de Elias, agia com uma "omissão impatriótica" permitindo abusos da "gringalhada yankee"<sup>112</sup>.

---

<sup>108</sup> Publicado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) a partir de 1949.

<sup>109</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº709/64, p. 11912.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Carta de Dibo Elias a João Goulart, 19/02/1964. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº709/64, p. 11916.

<sup>112</sup> Carta de Dibo Elias ao Comando Geral dos Trabalhadores, 19/02/1964, in: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº709/64, p. 11917.

O contato de Francisco José Pereira com o comunismo se deu muito cedo. Não podemos separar sua formação como comunista de uma aproximação com o trabalhismo. No momento de formação política de Chico essas tradições políticas passaram a se aproximar e, evidentemente, que as pessoas que bebiam desses conjuntos de referências não escapavam dessa área de fronteira. Isso ocorreu com toda a geração de Chico e as pessoas que o cercavam representavam muito disso. O grupo dos Correios que navegavam entre os grupos dos onze brizolistas e o PCB, a gráfica, os jornais e mesmo os sindicalistas que estavam próximos de Chico Pereira mostram as proximidades entre culturas políticas a princípio tão díspares.

## **2.2 – Laços na terra do ouro negro: sindicalismo mineiro e os laços trabalhistas em Criciúma**

Os grupos dos onze eram, sem dúvida, o principal vínculo de base entre trabalhistas e comunistas nos poucos meses que antecedem o golpe de abril de 1964. Mas obviamente não foi o único. Chico Pereira foi trabalhar em Criciúma logo após o término de seus estudos em Florianópolis. Um indivíduo serviu como ponte entre Chico e os trabalhadores de Criciúma, principalmente, da mineração. Tratou-se do advogado Aldo Dietrich, militante do PCB catarinense, que manteve contato estreito com Chico em Florianópolis durante seu engajamento na juventude comunista.

Aldo Pedro Dietrich era do grupo dirigente do partido em Santa Catarina no momento em que o secretário estadual do partido, Aldo Sagaz, foi acusado de autoritarismo. Dietrich e Mimo foram os dois membros do partido que exigiram a saída do líder. Este por sua vez foi retirado pelo diretório nacional após o IV Congresso do PCB, em novembro de 1954, e enviado para Minas Gerais. Em 1955, sob a liderança de Fernando Pereira Cristino, além de Dietrich, compunham o comitê estadual do partido em Santa Catarina, Mimo, Manoel Valentim, Mário Bastos, Eglê Malheiros e Rita Malheiros.<sup>113</sup>

Em 1952 uma resolução do PCB sobre os meios sindicais indicou que seus militantes deveriam buscar uma infiltração no meio sindical, mapeando os desejos e as angústias dos trabalhadores e montando

---

<sup>113</sup>MARTINS, Celso, op.cit, p. 140.

alianças, principalmente, com os trabalhistas, mais precisamente com os petebistas.<sup>114</sup>

Com a orientação do PCB, o Sul de Santa Catarina, especialmente, a região de Criciúma que possuía um forte, porém, “domesticado” movimento de trabalhadores, era visto como um importante foco de atuação do PCB. Não por acaso, alguns advogados trabalhistas passaram a ser enviados para a cidade. Aldo Dietrich foi um deles. Na chegada de Chico à cidade, Dietrich já estava vinculado ao Sindicato dos Mineiros de Criciúma e região e já fazia circular, sob sua propriedade, o jornal *A Unidade*.<sup>115</sup>

No mesmo ano, com o auxílio fundamental de Dietrich, Antonio Parente conseguiu chegar à liderança do sindicato, destituindo, nas eleições sindicais, a corrente considerada “pelega” que comandava o sindicato dos mineiros há décadas. A diretoria encabeçada por Parente ficou no sindicato até o golpe de 1964, liderando um momento que parte da historiografia de Criciúma chamou de “fase da combatividade” do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.<sup>116</sup>

O PTB catarinense tinha em Criciúma seu reduto eleitoral. Apesar de demonstrar pouca força nos embates eleitorais a nível estadual, os petebistas de Criciúma eram considerados aguerridos e combativos. Segundo Maria Luiza Fernandez, a grande maioria dos mineiros do período eram petebistas, ou seja, votavam em candidatos do PTB, compartilhando boa parte de uma cultura política trabalhista.<sup>117</sup> Em grande medida, a influencia do PTB entre os mineiros se deu desde 1945, quando o sindicato foi formado por iniciativa da Delegacia

---

<sup>114</sup>VINHAS, Moises. *O Partidão: a luta por um Partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982, p. 13.

<sup>115</sup>LENCINA, Daiana Castoldi. *Camarada Aldo Pedro Dittrich: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)*. Florianópolis, 2011. 164 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011, p.55.

<sup>116</sup>FERNANDES, Maria Luiza; ALMEIDA, Rufino Porfirio. *Partidos e sindicato: um estudo de caso: o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma*. 1992. 160f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas, p. 55.

<sup>117</sup>Ibidem, p. 65.

Regional do Trabalho da cidade.<sup>118</sup> Após a vitória de Antonio Parente, a cúpula do sindicato, mesmo estando ligada oficialmente ao PTB, passou a ter forte influência comunista. O período da “combatividade” era, dessa forma, dominado pela aliança -muito estreita- entre os comunistas e os trabalhistas.

Durante o período da “combatividade” passaram três diretorias pelo sindicato. Antonio Parente ficou até 1961, quando passou o cargo para Manoel Ribeiro. Este, por sua vez, ficou na presidência do sindicato até 1963, quando assumiu a diretoria o comunista Jorge Feliciano. Em dezembro de 1961, durante a presidência de Ribeiro (não confundir com o líder comunista de Florianópolis, seu Mimo), após uma manifestação de mineiros em Criciúma, os manifestantes resolveram invadir a sede do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas (IAPETC). O evento interessou muito os militares que investigaram o comunismo de Criciúma e chegaram a montar uma relação de pessoas que participaram do movimento. Antes disso, a campanha da Legalidade aproximou o sindicato do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Mais tarde, após o chamamento brizolista, Manoel Ribeiro e Jorge Feliciano montam grupos dos onze entre os mineiros de Criciúma e passam a colaborar financeiramente com a “imprensa livre” brizolista.<sup>119</sup> A dupla, já no período do golpe, voltou a entrar em contato direto com Brizola em Porto Alegre, levando um documento de apoio a ele e ao presidente João Goulart.<sup>120</sup>

A estratégia de atrair os trabalhadores para o partido, ajudando em causas trabalhistas e fortalecendo o já influente sindicato dos mineiros de Criciúma, levou o advogado de Florianópolis a participar de forma profunda do processo de produção do jornal *A Unidade*. Já experiente nas tarefas jornalísticas, Chico escreveu e colaborou com Aldo Dietrich no periódico que circulou nos últimos anos da década de 1950 por boa parte do litoral de Santa Catarina.

Repercutiu no jornal de Aldo Dietrich um fato ocorrido em uma manhã em Florianópolis: um grupo de militantes anticomunistas colocou em plena Praça XV, no centro da capital, uma faixa com a mensagem “Jornal Unidade é Traição”. Impedido pela polícia local de

---

<sup>118</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis, 1982. x, 322 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, p. 216.

<sup>119</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº709/64, p. 9351.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 9353.

retirar a faixa, Aldo Dietrich acabou criando uma confusão distante da praça para atrair os policiais e, só depois disso, acessou à faixa para incluir a letra “D” entre a palavra “traição”, deixando na faixa a frase “Jornal Unidade é tradição”.<sup>121</sup>

Tal evento demonstra como o periódico dos comunistas circulava em grande parte do território de Santa Catarina e como, de certa maneira, incomodava setores conservadores do estado. A historiadora Daiana Lencina defende que o periódico foi a publicação comunista mais regular até o golpe de 1964. Segundo Lencina, o quinzenário chegou a ter uma tiragem de cinco mil exemplares, tendo entre seus redatores o mesmo grupo que escreveu, mais tarde, o *Folha Catarinense*: Chico Pereira, Fernando Cristino, Samuel Dutra da Silva e outros membros da cúpula do PCB catarinense.<sup>122</sup>

Diversas matérias de cunho puramente jornalístico não eram assinadas. O que vemos, no entanto, é que a verve literária de Chico Pereira aparece muito forte no periódico comunista, o que nos leva a concluir que ele pode ter escrito muitos desses textos. Em um número de abril de 1958, Chico Pereira publica um texto chamado “Ensaio Geral”, um conto sobre um crime passionnal, o samba e o carnaval.<sup>123</sup>

Egresso da Faculdade de Direito, Chico Pereira passou a vincular sua atividade jornalística com uma profunda atividade literária. Durante o ano de 1957 foi o responsável por um caderno cultural no jornal *O Estado* chamado “Letras e Artes”. No ano de 1958, além de publicar contos no *Unidade* e nas revistas *Sul* e *Litoral*, passou a redigir o jornal de arte *O Roteiro*. A verve literária de Pereira ganharia importância considerável na sua vida. Durante todo o exílio e após sua volta ao país, continuou escrevendo obras de ficção e ainda resolveu participar diretamente do mercado editorial, fundando a Editora Garapuvu em Florianópolis.

O ano de 1960 começou com um grande movimento reivindicatório da taxa de insalubridade entre os mineiros. Aldo Dietrich, percebendo que não daria conta de todo o apoio jurídico aos

---

<sup>121</sup> LENCINA, Daiana Castoldi. *Camarada Aldo Pedro Dittrich*: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964). Florianópolis, 2011. 164 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011, p.50 e 51.

<sup>122</sup> Ibidem, p.60.

<sup>123</sup> *UNIDADE*: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 4 de abril de 1958, p. 6.

trabalhadores, pediu para que Chico Pereira se deslocasse à cidade para colaborar com o movimento dos mineiros. O movimento grevista que eclodiu no dia primeiro de janeiro durou vinte e nove dias e resultou na demissão de dezenas de mineiros. Com isso, mesmo após o fim da greve dos mineiros, de 1960, Chico Pereira permaneceu em Criciúma atendendo os trabalhadores e, assim como Dietrich, buscando sanar todos os problemas trabalhistas gerados pelo movimento.

Após o término do movimento, teve início dentro do sindicato um grande debate em torno dos resultados da greve. As lutas em torno da taxa de salubridade, grande objetivo da greve, estavam, naquele momento, sendo travadas no âmbito da justiça do trabalho, sendo gerenciadas pelo Ministério do Trabalho, com João Goulart, vice-presidente da república, tomando a frente nas negociações. Em junho, foi aprovada a resolução que colocava Chico na mesa de negociação no Rio de Janeiro. O comunista foi enviado ao Rio de Janeiro, onde permaneceu representando o sindicato junto a Jango e às mineradoras.

No Rio de Janeiro, Chico Pereira pôde se encontrar com o marechal Henrique Teixeira Lott, com quem dialogou sobre os desmandos do empresário Diomício Freitas e os atos arbitrários praticados pelo 14º Batalhão de Caçadores em relação aos trabalhadores do movimento de 1960.<sup>124</sup>

---

<sup>124</sup>MARTINS, Celso, op.cit, p. 198.



*Figura 3 - Chico Pereira com Henrique Lott em 1960. Acervo particular da família de Francisco José Pereira.*

Os mineiros acabam perdendo parcialmente a batalha, a taxa de insalubridade acabou sendo incorporada no salário. As negociações haviam emperrado o dissídio coletivo e revoltado os trabalhadores que acabaram aprovando tal incorporação. Para Aldo Dietrich a fusão da taxas aos salários seria uma forma de provar “que insalubridade não é lei”.<sup>125</sup>

Avaliados como uma derrota por parte dos trabalhadores, os resultados das negociações fragilizaram a imagem de Chico Pereira junto aos mineiros de Criciúma. Após o término do processo de diálogo com o governo e com os patrões, Chico Pereira se afastou do sindicato e de Criciúma. Em diversos depoimentos para os militares, trabalhadores

---

<sup>125</sup>LEMOS, Gustavo Perez. *Mineiros e sindicalistas na cidade do carvão: Criciúma (1952-1964)*. Florianópolis, 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, p. 88.

afirmam que o “dr. Francisco” não era mais bem visto após o movimento de 1960. Segundo alguns, Chico “foi obrigado a deixar a região carbonífera por pressão dos próprios mineiros” que não viam mais nele um aliado.<sup>126</sup>

A força do trabalhismo entre os mineiros em Criciúma impulsionou o PCB de Santa Catarina a agir na cidade e a buscar maiores laços com o PTB na cidade. A forte participação no sindicato no final da década de 1950 até 1964 e as frequentes mobilizações encabeçadas pela diretoria pecebista/petebista faziam de Criciúma um interessante laboratório da aliança entre comunistas e trabalhistas em Santa Catarina. Aldo Dietrich e Chico Pereira, advogando entre os mineiros e participando ativamente dos rumos das greves e das manifestações, tinham voz ativa e influenciavam decisivamente as ações dos trabalhadores da cidade. Porém não era apenas o PCB que tinha planos para os trabalhadores da cidade e para a aliança com os trabalhistas, como veremos no próximo capítulo, o PTB, sob a liderança de Doutel de Andrade, também assim o fazia.

### 2.3 – O vale secreto: comunismo, trabalhismo e espionagem na região de Blumenau

A espionagem é um tema que começa a chamar a atenção dos historiadores que estudam o aparelho repressivo e seus tentáculos durante a Ditadura Militar iniciada em 1964. Os trabalhos do historiador Carlos Fico são exemplos desse campo de estudo que se demonstra frutífero a médio prazo e nos ajudará a compreender as instituições militares e a forma de atuação da inteligência dos órgãos da ditadura brasileira.<sup>127</sup>

Em trabalho anterior, tivemos a oportunidade de trabalhar com processos arquivados no Superior Tribunal Militar em Brasília.<sup>128</sup> A avaliação da atuação e formação de diversos grupos dos onze em Santa Catarina fez com que percebêssemos as fortes aproximações entre

---

<sup>126</sup> Informação N° 22/64 do CMT 5ª RM/5ª DI. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº 709/64, p. 9354.

<sup>127</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>128</sup> PACHECO, Diego. *Ecossistemas da Resistência: os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961 – 1964)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina., Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2012.

grupos trabalhistas e outros grupos da esquerda brasileira do início dos anos 1960. Um caso em especial, contudo, nos chamou a atenção: o do grupo de Blumenau.

Blumenau, durante a década de 1960, já era o grande centro urbano da região do Vale do Itajaí. Fundada por colonos alemães, em meados do século XIX, sua economia tinha uma forte inclinação para as indústrias têxteis, reunindo uma quantidade razoável de operários e, com eles, um grande número de questões trabalhistas a serem resolvidas pela justiça.

O grupo dos onze de Blumenau é interessante exatamente devido à sua complexidade e sua junção com uma nascente célula do PCB, mas igualmente atraente ao pesquisador é o conjunto documental reunidos no IPM e nas apelações referentes a atividades desses grupos. Além de acumular depoimentos, cartas, informes, panfletos, jornais e tudo mais que pudesse comprovar a atividade subversiva dos indiciados, relatórios internos eram anexados e um, em especial, juntado no dia 25 de maio de 1964, nos chamou a atenção: o relatório do agente R11.

R-11 era Horst Krischnegg, agente do DOPS, do Rio Grande do Sul, enviado a Blumenau em 1959 com a tarefa de acompanhar os comunistas da região e se fixar entre os simpatizantes do partido na cidade. Krischnegg fez mais do que isso, integrou-se à célula do PCB de Blumenau e, desde sua chegada, registrou ao DOPS/RS todos os passos dos comunistas e trabalhistas da cidade, em especial, de Francisco José Pereira, figura que para ele era de grande perigo.

Krischnegg por falar alemão foi escolhido para a missão de vigiar o grupo, os descendentes de alemães do Vale do Itajaí e, assim, acabou vinculando-se ao grupo. Sua avaliação foi de policial. Precisamos tomar cuidado quando utilizamos esse tipo de relatório. Nele, o agente faz suas avaliações políticas, definindo quem pertencia a determinada tradição. A seleção de fatos e processos que ele julga importante também parte, obviamente, da sua visão de mundo, de seus princípios e isso deve ser levado em conta quando utilizamos seus relatos.

O próprio agente nos deixou uma pista de como se dava o processo de seleção desse tipo de espião. Em carta de 19 de dezembro de 1960, Horst Krischnegg fez um relato de como se infiltrou no grupo de Blumenau. Além disso, afirmou que não sabia durante quanto tempo poderia ficar infiltrado devido à sua ligação com o DOPS da cidade de São Luiz Gonzaga e à “circulação da polícia interna do C.C.

do partido”. Para sanar esse problema, R-11 detalhou que selecionou um novo agente para a tarefa e que através dele poderia manter-se informado sobre as atividades do grupo, "um rapaz solteiro que até agora lhe prestou bons serviços", chamado RolfinoCaertner.<sup>129</sup>

Desempenhando o papel de segundo secretário do comitê municipal do PCB, participando ativamente das reuniões e colaborando diretamente para a divulgação de folhetos e comunicados, o agente R-11 fazia constantemente a tradução para o alemão de documentos do partido e de cartas que eram enviadas à República Democrática Alemã (RDA). Quando percebia que alguma ação era grave, Krischnegg agia imediatamente, deixando a investigação e procurando evitar que “ações subversivas” fossem levadas a cabo.<sup>130</sup>

Host Krischnegg foi eficiente nos relatos de reuniões do partido. Os debates internos sobre as relações com os trabalhistas foram registrados diversas vezes, demonstrando inclusive a tensão causada pela articulação entre comunistas e trabalhistas. Em relato de uma reunião do Comitê Estadual do Partido, no dia 3 de abril de 1961, R11 relatou que Aldo Dietrich criticou o partido por posicionar-se de forma ambígua com relação ao governo JK e que isso trouxe desconfiança para a população, inclusive resultando na derrota do candidato do PTB. O agente fez uma intervenção dizendo que as bases do partido não sabiam ao certo a postura em relação ao vice-presidente, João Goulart. O presidente estadual do partido, Fernando Pereira Cristino saiu em defesa do PTB e de Jango:

Jango Goulart foi sempre um grande líder em favor do proletariado e por menores que fossem os seus préstimos, sempre representavam algo. E pode-se citar que o P.T.B. foi o único partido que defendeu o direito de greve, além de outras atitudes frente a problemas da vida nacional.

Na mesma reunião, Cristino aproveitou para falar sobre o vice-governador de Santa Catarina e líder trabalhista, Doutel de Andrade,

---

<sup>129</sup> Relatório de Host Krischnegg. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº251/1964, p. 121.

<sup>130</sup> Em diversos momentos o R-11 registrou casos de interferência juntos a órgão como as Forças Armadas e o DOPS para evitar ações dos comunistas e até mesmo efetuar prisões.

(...)afirmou que o atual vice-governador do Estado, Doutel de Andrade está ganhando o integral apoio pois é elemento que mantém contacto contínuo com o Partido e que cumprir fielmente os compromissos firmados. Assim, como certos diretórios do P.T.B. estão nas mãos do PC, foram enviadas várias missivas ao vice-governador, comunicando-lhe a necessidade de participar da visita a República Socialista de Cuba. Isso significa que querendo ou não, o Sr. Doutel de Andrade viu-se obrigado a aceitar a imposição dos diretórios do PTB que estão dominados pelo PC e continuará no futuro obrigando-se cada vez mais, enterrando-se, concluiu.<sup>131</sup>

“Enterrando-se”, Doutel e os trabalhistas assumiriam cada vez mais compromissos com os comunistas e, aprofundando a relação política, os comunistas poderiam buscar fontes de pressão para obter resultados rápidos para os trabalhadores junto a cargos oficiais ocupados pelos trabalhistas. Para além de invenções do agente secreto, a fala de Cristino também poderia objetivar a deslegitimação do PTB, em nome de um PC forte e influente em Santa Catarina.

Assim, Francisco Pereira foi o enviado a Blumenau após o secretariado do partido definir que a atuação dos comunistas na cidade precisava ser intensificada. Lá o advogado de Florianópolis montou um escritório na sala número 4, do edifício *Nosso banco*, na rua XV de Novembro. Dormindo no escritório, Chico acumulou a defesa aos trabalhadores da cidade, as articulações para a consolidação do partido na cidade e ainda passou a ser o redator-chefe do jornal *Novos Dias* de Mário Bastos.<sup>132</sup>

*Novos dias* serviu para que ele pudesse dar para o público comunista do estado uma boa visão de como estava a classe operária de Blumenau. Celso Martins afirma que com a chegada de Chico Pereira na cidade, sua tendência a explicar os direitos trabalhistas aos operários da região e a avalanche de causas ganhas para os trabalhadores, começaram a ocorrer ameaças e retaliações por parte do

---

<sup>131</sup>Relatório de Host Krischnegg. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº251/1964, p. 121.

<sup>132</sup>MARTINS, Celso, op.cit, p. 200.

empresariado da região.<sup>133</sup>O caso da cooperativa montada por ele na cidade foi emblemático: discussões e ameaças passaram a ser feitas pelas pessoas que Chico havia confiado à participação na Cooperativa Geral de Consumo. O tesoureiro da instituição, após pedir demissão, foi à polícia acusando Chico de extorsão. O caso se complicou. Dias depois, o ex-tesoureiro invadiu o escritório de Chico furtando documentos, processos trabalhistas contra importantes empresas da cidade e ainda centenas de exemplares de *Novos Dias*. Depois, o que ficou claro é que vários trabalhadores estavam infiltrados na instituição para tentar intimidar ou mesmo frear as atividades do advogado comunista.<sup>134</sup>

A campanha contra o advogado, além de tomar os jornais da cidade, chegou à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, quando o advogado Sebastião das Neves, líder da oposição e “defensor da sociedade burguesa e das classes patronais” acusou Chico Pereira de afastar o empresariado da cidade.<sup>135</sup>Não conseguindo resposta nos jornais da região, mesmo pagando a publicação, Chico decidiu espalhar pela cidade uma espécie de carta, onde se defendia das acusações, falava com clareza aos trabalhadores e empresários da cidade e marcava sua posição política. Para Chico, as firmas da cidade

(...)procuram enriquecer, ilicitamente, através da exploração desapidada de menores, num desrespeito flagrante, criminoso, da legislação trabalhista. Para S.Excia. [o deputado], exigir respeito à Lei trabalhista, reivindicar Justiça na forma da lei – constitui subversão da ordem. Data vênha, ousou discordar de S.Excia. Subversivos, no caso, são os patrões de Blumenau que, imoral e criminosamente, burlam as leis do País.<sup>136</sup>

Endurecendo o discurso aos “inimigos da cidade”, Chico passou no manifesto a acusar o empresariado e a imprensa de atrasar o desenvolvimento social da cidade e do país, recorrendo, até mesmo, a

---

<sup>133</sup>Ibidem, p. 201.

<sup>134</sup>Ibidem, p. 202.

<sup>135</sup>A *GAZETA*, Florianópolis, 27/7/1961.

<sup>136</sup>“Esclarecimento necessário”. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº220/1964, p. 176.

uma retórica cientificista, teleológica, em que essa burguesia decadente seria exterminada pelos trabalhadores conscientes e fortalecidos por sua unidade:

Gostaria de dar a merecida resposta a cada um de meus detratores. Entretanto, sendo pobre e honrado, devo trabalhar para viver. As reclamações dos operários, junto a Justiça do Trabalho de Blumenau, são em número cada vez maior. Assim, falta-me tempo para responder a todos os desclassificados morais, verdadeiros rebotalho, produto do apodrecimento de certas camadas sociais. Com o progresso vertiginoso da sociedade, com o avanço da medicina, certos tipos de vermes estão fadados a desaparecer. De minha parte, sinto-me imunizado.<sup>137</sup>

Porém não eram só inimigos e vermes decadentes que Chico Pereira encontrou na cidade. Em jantar na casa do relojoeiro, Erwin Loeschner, demonstrava aos seus partidários que as pressões patronais e dos trabalhadores deixaram os trabalhistas preocupados. Era o caso de José Ferreira ou, Ferreirinha, agente do Ministério do Trabalho na cidade de Blumenau. Durante uma refeição, no dia 19 de agosto de 1961, com Krischnegg presente, Chico Pereira disse ao correligionário Ferreirinha:

Eu fui procurado pelo Sr José Ferreira do Ministério do Trabalho, e este queixando-se disse: “é preciso que o Sr explique aos seus clientes que tudo o que se dá no Ministério do Trabalho não sou eu o culpado, mas o Sr. Waldir Rosa. É de costume dizer aqui em Blumenau, em tudo o que se refere ao Ministério do Trabalho, que é o 'Ferreirinha'.” O Sr Ferreira prontificou-se naquela ocasião para ajudá-lo nas visitas aos bairros onde ele costuma fazer reuniões com os operários dando ensino, explicações, etc. sobre leis trabalhistas, e explicando ainda a exploração dos industriais e comerciantes à classe operária, dizendo que seu carro está à disposição e que ele se encarregava

---

<sup>137</sup> Idem.

de dar todos os processos trabalhistas a ele. O SrFerreira alegou que se a opinião do povo a seu respeito continuasse assim ele seria prejudicado na próxima campanha política"<sup>138</sup>

A influência de Chico entre os trabalhadores de Blumenau fica evidente na preocupação sobre a repercussão política que as ações do Ministério do Trabalho pudessem ter entre os clientes de Francisco Pereira. Chico havia se transferido de Florianópolis para Blumenau para atuar na defesa dos direitos dos trabalhadores da cidade. “Dr. Francisco” não só difundia o ideário trabalhista, como aprofundava os laços entre os trabalhistas e comunistas catarinenses e, com a ajuda do líder comunista, Fernando Pereira Cristino, procurou organizar o PCB em Blumenau.<sup>139</sup>

A ajuda dos trabalhistas passou inclusive a representar um maior número de clientes. Ferreirinha, em determinado momento, chegou a propor a Chico uma aliança pela qual pudesse fornecer ao advogado um maior número de “casos judicial-trabalhistas contra os empregadores”, após a fiscalização que este fizesse nas firmas.<sup>140</sup> Apesar de afirmar que “não havia afinidade ideológica entre ambos”, Chico confirmou aos militares que havia sim um bom entrosamento entre ele e Ferreirinha e que o trabalhista realmente encaminhava trabalhadores ao seu escritório.<sup>141</sup> Dessa forma, com a ajuda de trabalhistas que facilitavam o acesso aos operários da região, aumentando ainda mais a influência do advogado de Florianópolis, junto aos trabalhadores de Blumenau, Chico reuniu um grupo de simpatizantes socialistas e, além de organizar o Partido em Blumenau, fomentou reuniões diárias em seu escritório, o que, em curto prazo, gerou a formação do grupo dos onze naquela cidade.

Um dos grandes responsáveis pela formação do grupo foi Erwin Loeschner, relojoeiro e primeiro secretário do recém-criado PCB de Blumenau. Loeschner mantinha fortes laços com países que, na época, estavam sob o regime comunista. No ano de 1963, o relojoeiro viajou

---

<sup>138</sup> Relatório de Host Krischnegg. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº251/1964, p. 116.

<sup>139</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. *Apelação 37880/72*, fl. 49.

<sup>140</sup> Relatório de Host Krischnegg, op.cit, p. 117.

<sup>141</sup> Depoimento de Francisco José Pereira. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº251/1964, p. 55.

pela Tchecoslováquia e Alemanha Oriental, transformando-se em um entusiasta dos sistemas políticos daqueles países.

A viagem para esses países da chamada “Cortina de Ferro” só foi possível graças ao intermédio do advogado, Herbert Georg, que, além de levar Loeschner na viagem de 1963, convidou, mais tarde, outros três cidadãos de Blumenau para conhecer a República Democrática Alemã (RDA). Analisando a documentação referente ao processo de Herbert na Justiça Militar, percebemos que ele possuía ligações com o governo da RDA e que a ida aos países socialistas significava, também, a disseminação de valores e a tentativa de criar propagadores do regime socialista alemão - com o proveito do fator linguístico, facilitado pela grande colônia alemã em Santa Catarina.

A família de Herbert Georg morava na região conhecida hoje como o bairro de Fidélis. Filho de um agricultor alemão e de uma brasileira de descendência alemã, Georg havia prestado serviço militar em Curitiba, no Paraná, a partir de 1935, onde serviu durante seis anos. Durante esse período tornou-se motorista, concluiu os estudos ginasiais e, quando deu baixa no exército em 1941, ingressou na Faculdade de Direito do Paraná. De 1941 a 1945 cursou Direito e quando se graduou em 1945 voltou a Blumenau, onde se estabeleceu com a família e passou a atuar como advogado. Georg chegou a se eleger vereador pela União Democrática Nacional, a UDN, na legislatura 1947-1950, e tornou-se delegado regional de polícia nomeado pelo governador do estado até 1952.

Se autoproclamando “marxista autodidata”, Herbert Georg participava de debates para discutir filosofia política e escrevia em um boletim interno para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual era um dos fundadores em Santa Catarina. Em 1962, Georg foi eleito presidente do diretório do PSB em Blumenau e vice-presidente do diretório regional.

No período que antecede sua viagem, percebemos a inserção de um forte debate em Blumenau, principalmente, provocado pela construção do muro de Berlim. Tal debate tinha como cerne a divisão da Alemanha e a aplicação do dito “socialismo” no leste da nação. Provocador, costumava destacar a diferença entre o socialismo e o comunismo, chegando a escrever no anticomunista *Jornal Ronda* para discorrer sobre questões como “O que é o socialismo?” ou “O que é a justiça social?”, ocasiões nas quais argumentava que o socialismo como “uma doutrina científica” defende a “evolução natural da sociedade humana”. Para ele, “alguns poucos homens se apropriaram das riquezas

que, se aplicadas racionalmente, poderiam salvar da morte ou da miséria milhões de outros seres humanos”.

Após a viagem de Georg e do relojoeiro Loeschner à Europa, Georg escreveu um relato de viagem com treze capítulos, todos datilografados e anexados ao IPM que investigava a formação da célula do PCB em Blumenau. Dos treze capítulos, onze foram publicados no comunista *Folha Catarinense*. O relato mostra, claramente, que a experiência de viagem proporcionou a Georg ferramentas para, através dos relatos, aprofundar o debate com os anticomunistas de Blumenau. Neles, o que mais nos chama a atenção é a insistência na defesa do estado alemão, justificada por ele como uma forma de disseminar a verdade no Brasil sobre os regimes comunistas.

Para além do debate, o jornal e o relato ajudavam a consolidar entre os catarinenses uma imagem do que seria o comunismo real. Assim, cristalizava uma tradição comunista no ideário dos trabalhadores e dos trabalhistas, sempre em constante interação com jornal. Herbert Georg torna-se, portanto, um ator no manejo desse conjunto ideário, colaborando na construção e na adaptação desse imaginário entre os catarinenses.

A viagem dos brasileiros não era isolada. Tratava-se de um grupo de turistas, todos com passagens, estadia e alimentação financiadas pelo governo da República Democrática. Além dos blumenauenses, Georg relatou a presença de mais três brasileiros, um estadunidense, dois argentinos e um uruguaio. O grupo ficaria coeso durante todo o “passeio” e viajaria por Praga, Berlim e Dresden.

Toda a organização e coordenação da viagem e dos trajetos ficaram a cargo de um órgão cultural vinculado ao governo da Alemanha Oriental chamado “*ArbeitskreissurPflege der DeutschenKulturundSprache*” ou “Circulo para zelar pela Cultura e Língua Alemã”, sediado em Berlim. Em Santa Catarina, o advogado Georg era representante do instituto e no Brasil o intermediário entre Herbert Georg e o *Arbeitskreiss* era, segundo o IPM, um “tal de Sr. Alfredo”, homem que frequentemente fornecia dinheiro ao advogado catarinense.

A oficialidade da visita foi tamanha que grande parte da imprensa alemã oriental cobriu diariamente a evento. Após o primeiro dia, o grupo inchou com a presença de um jornalista alemão e um representante do *Arbeitskreiss*. Logo na chegada a Berlim foram recebidos pelo presidente do instituto, professor Ludwig Renn, escritor conhecido, autor do romance *Krieg*, de 1928. A reunião que apresentou

o plano de viagem foi dirigida por ninguém menos que Manfred Feist, irmão de Margot Honeker, Ministra da Educação e esposa de Erick Honeker, Secretário Geral do partido e futuro presidente da Alemanha Oriental.<sup>142</sup>

Todo o dispendioso esforço do governo alemão em receber esses “estrangeiros” não para por aí. Após toda essa grandiosa recepção, o grupo foi levado ao legislativo alemão e foram recebidos pelo presidente da casa, Johannes Diechmann, com quem conversaram por mais de duas horas.<sup>143</sup>

É interessante notar que toda a viagem se passou entre os dias em que, coincidentemente, o presidente estadunidense John Kennedy visitou a República Federal e declarou que “*Todos os homens livres, onde quer que vivam, são cidadãos de Berlim, e, portanto, como um homem livre, eu me orgulho pelas palavras 'Ich bin ein Berliner!'.*” Georg chegou a relatar o momento exato da visita. Nos seus escritos, ele discorre sobre um ataque peculiar da RDA a visita de Kennedy ao outro lado do muro. Segundo o advogado, no momento em que os alto-falantes pararam de funcionar para que o presidente estadunidense começasse seu discurso

Kenedy pronunciava as primeiras palavras de saudação, aquele “algo” começou a suceder. No lado oriental de Berlim, paralelo ao muro e bem defronte a tribuna, começaram a desfilar caminhões, com imensos cartazes vermelhos. Encostando um cartaz no outro, formaram uma imensa parede, que interceptava o orador e o auditório. Nessa parede vermelha, já agora parada, achava-se escrito, em língua inglesa e em letras garrafais, o texto do Tratado de Potsdam. Com isto queriam lembrar a Kenedy, que havia assistido todas negociações, as violações desse Tratado. Como tudo tinha sido preparado para levar aos telespectadores o esperado sucesso dessa demonstração, os operadores, perplexo com o que vinha acontecendo, esqueceram-se a interromper as transmissões, levando a seus milhões de espectadores, a prova de como é

---

<sup>142</sup> FOLHA CATARINENSE, Florianópolis, N°3, p. 7.

<sup>143</sup> FOLHA CATARINENSE, Florianópolis, N°4, p. 2.

possível, inteligentemente, castigar os provocadores.<sup>144</sup>

Assim, Herbert Georg, utilizando da visita de Kennedy e a “pegadinha” do lado oriental do muro, faz uma longa defesa da recente construção do Muro de Berlim, dialogando com críticos brasileiros sobre a “violenta resolução do problema de fronteira” por parte da Alemanha do leste. Defendendo a posição de Stalin nas negociações durante o fim da guerra e o não cumprimento dos acordos firmados por França, Inglaterra e Estados Unidos, Georg afirmava que o muro nada mais era do que uma resposta aos impulsos violentos e militaristas do lado ocidental que, com o fim da guerra, não desmobilizou as forças militares alemãs e não extirpou o nazismo da sociedade derrotada, ao contrário do que fez a União Soviética.

Numa clara resposta aos debates que ocorriam nos jornais brasileiros, em especial os de Blumenau, o texto é repleto de menções à paz e ao esforço dos países soviéticos em lidar com as “provocações” e, assim, evitar uma Terceira Guerra Mundial. Em determinado momento, Georg expõe “que os capitalistas americanos, ingleses e franceses, como seria de esperar, aceitaram cada “barganha” por parte das empresas que haviam colaborado com Hitler. “Os trusts e monopólios ficaram intactos”, um exemplo foi que:

O grupo Rockefeller [que] associou-se a August Thyssen-Huette e à Siemens. Agora já não será tão difícil compreender a razão de teriam sido empregadas, pelo Plano Marschall, tantos bilhões de dólares naquelas zonas da Alemanha, que hoje formam a Republica Federal Alemã. O povo americano, como sempre, acontece nos países capitalistas, pagou impostos, para que os seus magnatas pudessem auferir lucros fantásticos na Europa, mesmo que fosse com a evidente intenção de preparar mais uma carnificina, a terceira guerra mundial.<sup>145</sup>

As provocações capitalistas são listadas, dentre outras, como a criação de uma moeda nas suas zonas de ocupação, o não respeito à Comissão Central de Controle da Alemanha, órgão administrativo

---

<sup>144</sup> *FOLHA CATARINENSE*, Florianópolis, Nº6, p. 6.

<sup>145</sup> *FOLHA CATARINENSE*, Florianópolis, Nº8, p. 2.

firmado durante o tratado, e a conseqüente criação de um estado nas suas regiões.

A difusão e realocação de um tipo de tradição comunista através de agentes como Herbert Georg deve levar em conta seu caráter internacional, sem perder sua dimensão nacional, ainda mais quando pensamos no Brasil pré-1964, quando um forte nacionalismo de esquerda unia trabalhistas, socialistas e comunistas. Aqui a noção de transnacionalismo nos é útil, pois seu pressuposto é de que os processos transnacionais são realizados em articulação com os processos desenvolvidos no plano nacional. Assim, a experiência de viagens e contatos frequentes com países socialistas europeus, o conhecimento de estados socialistas reais, a propaganda desses estados e o contexto social e político encontrado na Europa não podem explicar as viagens e seus resultados, sem pensarmos no momento político e econômico brasileiro, na experiência política e social desses indivíduos e os projetos políticos de que faziam parte no Brasil.

Os relatos de Herbert Georg nos são importantes para compreender as respostas dadas às críticas no Brasil em relação ao regime comunista, críticas que eram direcionadas tanto pelos conservadores e anticomunistas quanto pela esquerda recém traumatizada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Seu retorno ao Brasil, com materiais de propaganda e repleto de experiência no socialismo real, foi um momento em que ele junto com outros camaradas organizaram o PCB na cidade de Blumenau e propagaram ideias, símbolos e histórias oficiais que se misturaram a projetos e culturas políticas próprias do Brasil.

Na volta, os cursos foram ministrados em várias cidades do Vale do Itajaí. Assim como fez em 1961, Chico Pereira liderou nas cidades de Brusque e Rio do Sul, por exemplo, cursos sobre o comunismo, sobre o socialismo e sobre os direitos trabalhistas que agora têm novas informações, trazidas pelos viajantes Georg e Loeschner. Por meio destas instruções, o público alvo poderia ser apresentado aos países do leste europeu “como realmente são”.

Aqui, a disseminação didática de propostas políticas alcançavam trabalhistas e comunistas. A tradição comunista, inclusive manifestada de forma oficial, por documentos trazidos pelos viajantes e agora professores, era difundida pelo Vale do Itajaí e dialogada com diversos trabalhistas. A viagem de Georg e Loeschner e, principalmente, a volta de ambos, mostra o esforço do PCB em não só atrair simpatizantes e partidários, mas, sobretudo, utilizar os meios oficiais, inclusive dos

governos satélites da União Soviética, para se apresentar e assim possibilitar que o seu projeto passasse a ser verdadeiramente internacional. Valores, ideias, mitos, símbolos e projetos. Um diálogo entre culturas políticas, entre referências. Trabalhismo e comunismo estavam aqui em frequente trocas e, nelas, difundiam-se na região de Santa Catarina.

Para isso, uma sala, acima do Bar Café São Luiz, em Brusque, chegou a ser alugada pelo Sindicato Imobiliário da cidade para que o advogado pudesse interceder junto aos trabalhadores da região.<sup>146</sup> Francisco Pereira aproveitou as idas à cidade para dialogar e fomentar o PCB na região. Em depoimento aos militares, registrado no IPM 251 de 1964, o operário nacionalista Paulo Werner afirmou que todos os encontros políticos em que esteve presente em Brusque haviam sido convocados por "Chico Socialista", a quem conheceu em meados de 1963, por intermédio do estudante Esaú Laus. Para essas reuniões eram chamados outros trabalhadores nacionalistas, como o também operário, Ariberto Souza, que se declarou aos militares como "petebista e apoiador de Jango"<sup>147</sup> e o consertador de bicicletas, Aliatar da Silva.<sup>148</sup>

Werner relatou aos militares que os assuntos que Chico trazia para as reuniões normalmente eram alusivos à organização social dos países socialistas e em algumas palestras estavam presentes Erwin Loeschner e o advogado Herbert Georg. Ainda segundo Werner, com os debates sobre outros regimes políticos discutia-se a necessidade de uma reforma social e política no Brasil e que "Chico Socialista" e Herbert Georg insistiam em um governo proletário para a nação.<sup>149</sup>

De fato, os trabalhistas participavam das reuniões e estavam próximos de Chico. O consertador de bicicleta Aliatar da Silva, líder da Frente Nacionalista de Brusque, que chegou a se confessar como um "democrata nacionalista ou nativista", com a ajuda do "ouvinte assíduo de Brizola", Anilton Zanon,<sup>150</sup> passou a vender os jornais *Novos Rumos*, *Panfleto* e *Folha Catarinense* enviados pelo comunista a Brusque e depositados em uma caixa postal no nome de Aliatar.<sup>151</sup> Segundo o

---

<sup>146</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº251/1964. p. 857.

<sup>147</sup> Ibidem. p. 861.

<sup>148</sup> Ibidem. p. 858 e 859.

<sup>149</sup> Depoimento de Paulo Werner. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº251/1964, p. 856.

<sup>150</sup> Ibidem. p. 863.

<sup>151</sup> Ibidem. p. 870.

combinado entre Chico e Aliatar, todo o dinheiro recebido deveria ser enviado para a capital do estado e direcionado para a gráfica que produzia o jornal comunista catarinense, provavelmente, a gráfica Maria Quitéria de Samuel Dutra da Silva e de Dibo Elias (presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de Santa Catarina).<sup>152</sup>

Entre 1960 e 1964 viajaram para esses países, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro, além de Herbert Georg e Erwin Loeschner, o estudante Esaú Laus, que estava na RDA durante o golpe de 1964, José Adil de Lima, o engenheiro civil, Victor Otto Schaeffer, o fotógrafo e músico alemão, residente em Blumenau, Alfred Wilhelm, Sérgio Conceição Faraco e o trabalhista Otto Werner Mariath, este último funcionário público muito próximo do vice governador Doutel de Andrade.

A lista demonstra que não apenas comunistas iam para o leste europeu com as passagens e a estadia paga pelos países anfitriões, simpatizantes socialistas e pessoas declaradamente trabalhistas que eram convidadas a conhecer e mesmo estudar em países do bloco comunista. Funcionário da Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Blumenau em 1963, Sérgio Conceição Faraco, após aprofundar uma relação de amizade com Chico Pereira, recebeu um convite para estudar filosofia na União Soviética. No mesmo dia Sérgio aceitou o convite e em imediato viajou para Florianópolis, onde, por intermédio de Samuel, na Gráfica Maria Quitéria, conheceu Cláudio – codinome de Fernando Cristino.<sup>153</sup> Cláudio, por sua vez, após esclarecer como seria o curso na URSS, passou o endereço no Rio de Janeiro do local, onde Sérgio retiraria as passagens e esclareceria suas últimas dúvidas sobre a viagem. No Rio de Janeiro, Sérgio foi recebido “cordialmente” por Luiz Carlos Prestes que de imediato perguntou se ele era comunista. Em resposta, Sérgio informou a Prestes que “nunca havia participado de reunião nenhuma do PC e que as relações que mantinha com o Partido se resumiam na amizade que mantinha com “dr. Francisco”. Afirmando que era simpático ao PCB, Sérgio recebeu do líder comunista a informação de que

Os tempos estão mudados, pois antigamente eles encaminhavam para tirar estes cursos somente

---

<sup>152</sup> Ibidem. p. 861.

<sup>153</sup> Depoimento de Sérgio Faraco. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº 709/1964, p. 14803.

pessoas de mais responsabilidade e que agora está diferente, eles estão mandando jovens porque o Partido precisa de sangue novo, de renovação e que o mais importante era a condição do declarante de simpatizante do Partido Comunista e que, embora não sendo militante, voltaria da Rússia comunista convicto.<sup>154</sup>

Mesmo considerando que o depoimento dado aos militares por Sérgio Faraco já tenha muito da ficcionalidade literária do premiado literato gaúcho, a fala do então estudante demonstrou que as viagens eram, acima de tudo, uma possibilidade que os comunistas possuíam de cativar novas pessoas para suas fileiras e aproximar ainda mais aliados. Este relato ajuda a compreender como se dava a logística dessas viagens e esclarece como tais empreendimentos poderiam servir como um investimento do partido no crescimento de filiados ou mesmo no fortalecimento de seus simpatizantes.

Nas portas do Golpe de 1964, o grupo de Blumenau transitava entre a criação do PCB na região, a formação de grupos dos Onze de Brizola e a venda de jornais comunistas e trabalhistas. O grupo pode ser exemplar de como, naquele período, comunistas e trabalhistas dividiam e articulavam seus projetos na complexa política brasileira do pré-1964.

A influência que Chico Pereira conseguiu manter em Blumenau com suas redes entre trabalhistas e a formação do partido comunista da cidade foi decisiva para sua posterior perseguição política. Os contatos eficientes que o advogado de Florianópolis conseguiu estabelecer até mesmo com governos socialistas provocou um profundo interesse nas autoridades policiais e militares. A espionagem de R11 e os relatórios por ele produzidos ajudam a perseguir os passos do advogado na região do Vale do Itajaí, mostrando os laços estreitos entre um movimento trabalhista radicalizado e os planos do partido na região.

Chico Pereira estava, sem dúvida, mergulhado em uma cultura política comunista, típica do início dos anos 1960 no Brasil. Assim como ele, seu grupo nutria-se, reproduzia, difundia e adaptava um grande conjunto de referências ajustadas às respostas que deveriam ser dadas aos problemas específicos da sociedade brasileira do período. O vínculo com o trabalhismo, naquele momento à esquerda e hegemônico

---

<sup>154</sup> Depoimento de Sérgio Faraco. In: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº709/1964, p. 14804.

no conjunto do pensamento político nacional, refletia parte dessa forma de dar um retorno às “grandes questões nacionais”.

O comunismo de Chico e do grupo do PCB catarinense representava a proposta da Terceira Internacional, buscando uma aproximação com a burguesia nacional e uma revolução pacífica, porém o forte contato com os trabalhistas brasileiros não pode ser explicado somente por esse viés. A aproximação das bases partidárias do PTB e do PCB só foi possível porque desde o início da década de 1950 ambas as culturas políticas passaram a dialogar e a responder de forma parecida a problemas comuns da sociedade brasileira.

Com golpe de 1964, Chico Pereira e os integrantes do PCB afastaram-se do trabalhismo. O golpe, atingindo em cheio a construção do partido e a relação entre as bases trabalhistas e comunistas, acabou tornando todo o dialogo anterior algo estranho e condenado. Com centenas de militantes presos, fugidos e mortos, o PCB e o comunismo brasileiro passou a buscar novas respostas e elas normalmente passavam longe dos trabalhistas brasileiros.

### Capítulo 3

#### AO NASCER DA PRIMEIRA ESTRELA

Doutel de Andrade e o trabalhismo entre as bases e a cúpula.

Vimos que Chico Pereira nos ajudava a compreender como o trabalhismo e o comunismo se entrelaçavam nos anos que antecederam o golpe de 1964. O membro do PCB possuía contatos com o PTB e com os trabalhistas em diversos níveis, inclusive na elite do partido. Armino Marcílio Doutel de Andrade, vice-governador de Santa Catarina, deputado federal e líder do governo João Goulart na Câmara de Deputados era uma dessas ligações. O emaranhado social de Chico chegava a Doutel diretamente através de contatos eleitorais e profissionais – a *Folha Catarinense*, ambos eram jornalistas – por intermédio de Fernando Cristino, líder do PCB em Santa Catarina e, também, Aldo Dietrich.

Doutel de Andrade nasceu no Rio de Janeiro em 1920. Formado em Direito pela Universidade Federal Fluminense, aproximou-se do jornalismo ainda durante a graduação, trabalhando, entre outros, nos jornais *O Globo*, *Diretrizes*, *Diário da Noite* e *O Jornal*, estes últimos da cadeia dos Diários Associados. No último, assinou uma coluna por mais de 15 anos, chamada “Panorama político”, que era transcrita e retransmitida depois pelos demais jornais e emissoras do grupo.

Na cobertura das eleições presidenciais de 1950 e no contato frequente com líderes trabalhistas, acabou ficando íntimo de figuras como João Goulart, Leonel Brizola e Alberto Pasqualini. Tornou-se militante trabalhista com a vitória de Vargas e a partir do convite de João Goulart para colaborar na ampliação do Partido Trabalhista Brasileiro.

Ativo no Ministério do Trabalho durante a crise de 1954. Primeiro-secretário do partido, estava no Palácio do Catete na noite que Vargas pôs fim a própria vida. Utilizando uma sala pequena dentro do palácio, foi no corredor de acesso a ela que Doutel e Jango conversaram pela última vez com o presidente no momento que antecedeu a última reunião ministerial.<sup>155</sup> Com papel destacado no partido, especialmente, após o trágico desaparecimento de Getúlio Vargas, Doutel de Andrade transformou-se em secretário-geral do partido durante a campanha

---

<sup>155</sup> GOLLO, Luiz Augusto. *Doutel de Andrade*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006, p.14.

presidencial que levaria João Goulart a vice-presidência da República em 1955.

### 3.1 – **Uma estrela cadente:** entre o amor e a intervenção

Em 1958 Doutel foi convidado por João Goulart a integrar o PTB em Santa Catarina, dando sentido orgânico ao partido que, até ali, só era uma terceira força no Estado.<sup>156</sup> A estratégia do grupo janguista dentro do PTB era a de fortalecer os diretórios locais e dar liberdade à bancada na Câmara. Para o biógrafo de Jango, o historiador Jorge Ferreira, nesse momento, com a liderança de João Goulart, o PTB tornou-se “um dos partidos mais antidemocráticos e centralizados do quadro político brasileiro”.<sup>157</sup> Nesse interim, a vinda de um personagem tão próximo de Jango ao Estado só poderia significar uma grande intervenção no diretório estadual. Após a convenção que indicaria João Goulart à vice-presidência da República vários correligionários do diretório catarinense foram sumariamente expulsos.<sup>158</sup> Doutel sempre afirmou que o que o trouxe para Florianópolis foi uma menina que conheceu no Rio de Janeiro. Desistindo de suas aulas de piano, Lígia Moelmann voltou para a terra natal e atrás da jovem, o político Doutel de Andrade. E foi “atrás dos olhos verdes de Lígia”, portanto, que Doutel seguiu a risca as diretrizes janguistas e passou controlar e liderar o **trabalhismo** em Santa Catarina nos anos que se seguiram.

Assim, em seguida, Doutel se elegeu deputado federal pelo Estado. O deputado integrou logo de início uma comissão composta por ele, San Tiago Dantas e Osvaldo Lima Filho que possuía como objetivo central a construção de diretrizes para as reformas de base dentro do PTB, mostrando como o político estava no núcleo dos debates trabalhistas. A meteórica carreira de Doutel de Andrade em Santa Catarina consolidou-se com a presidência no partido, no Estado, em 1959 e a eleição para vice-governador na chapa de Celso Ramos, do Partido Social Democrático (PSD), em 1960. Ainda acumulando a função de vice-líder do PTB na Câmara Federal.

A força de Doutel de Andrade estava basicamente no sul do estado. Em Criciúma, ele aproveita-se das disputas políticas trabalhistas

---

<sup>156</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. p. 263

<sup>157</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 138.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 147.

para vincular-se a grupos mais ligados a comunistas e assim construir um poderoso sistema eleitoral.<sup>159</sup> O sindicato dos mineiros e a Rádio Difusora tornam-se os propagadores do sistema político trabalhista de Doutel em Criciúma e importantes máquinas de propagação do ideário trabalhista no Estado. Além disso, o IAPETC, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas, dava a sua diretoria grande capital político, já que dava poderes sobre aposentadorias, licenças médias e afastamento no trabalho. No estado o responsável pelo instituto era o próprio Doutel de Andrade. Quem estava na frente em Criciúma era Addo Vânio Faraco, filho do prefeito municipal, Addo Faraco, do PSD. A estrutura do IAPETC ultrapassava a da própria prefeitura, na década de 1960, possuía mais de dez ambulatórios, além de ambulâncias, serviços de raios-X e cerca de cem empregos diretos.<sup>160</sup>

Vânio acompanhava Doutel na sociedade da Radio Difusora. Em depoimento aos militares, Vânio Faraco afirmou que a sociedade entre ele e o deputado Doutel de Andrade era limitada, tendo cada um quinhentas quotas. A Radio Difusora foi instalada em 1962, pelos dois, com o capital inicial registrado no valor de Cr\$1.000.000,00, mas, na realidade, cada sócio entrou com Cr\$1.000.000,00, pois eram necessários dois milhões para a compra de equipamentos.<sup>161</sup> A rádio possuía dois diretores, um artístico e outro comercial. A direção artística cabia a Pedro Dittrich Junior, chefe de gabinete de Doutel.

A ligação de toda essa teia era feita por meio de programas, como “A voz do mineiro” e “Hora sindical”, nos quais Jorge Feliciano e o próprio Addo Vânio Faraco discutiam sobre direitos trabalhistas, sindicalismo e política. Em momentos tensos da política local e nacional, como na crise de 1961 e no golpe de 1964 a rádio serviu como resistência conclamando os trabalhadores da região em defender a legalidade e o governo de João Goulart. O próprio padre Alípio de Freitas, quando em visita a Santa Catarina e ao sul do estado, utilizou os

---

<sup>159</sup> LEMOS, Gustavo. *Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma, 1952-1964*. Programa de Pós graduação em História. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008, p. 96.

<sup>160</sup> CAROLAV, Carlos Renato; TRICHES, Janete; ZANELATTO, João Henrique. *Antíteses*. V. 9, n. 17, p. 200-221, jan./jun. 2016, p. 204.

<sup>161</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº11094, p.428.

microfones da rádio para alertar os trabalhadores sobre a necessidade das transformações sociais profundas na sociedade brasileira.<sup>162</sup>

Assim, *Radio Difusora*, Sindicato dos Mineiros e o IAPETC funcionavam como ferramenta de luta política e difusão de ideais. Trabalhismo e comunismo quase que sincronicamente se relacionavam político e ideologicamente. A *Folha Catarinense* e o Partido Comunista Brasileiro de Santa Catarina dependiam das fileiras do PTB e da liderança de Doutel de Andrade para correrem os cantos de Santa Catarina, Doutel e os trabalhistas tinham no PCB e nas lideranças comunistas o apoio sindical necessário para obter vitórias eleitorais e sustentação política. As ideias de transformação social desaguavam entre os militantes. Trabalhismo e comunismo, como as duas margens de um rio de ideias políticas que vazava em direção a um mar de mudanças.

A mudança viria. Não era a esperada. Em abril de 1964 os apelos por resistência da Radio Difusora de Criciúma não surtiram efeito.



Figura 4 - Paulo Stuart Wrighth, João Goulart e Doutel de Andrade em 1963.

---

<sup>162</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Inquérito Policial Militar nº709/1964, p. 16.

### 3.2 – **O espectro da violência:** Golpe civil e militar de 1964 e o deputado isolado

Se nos meses anteriores a tensão política estava a beira do caos, o mês de março deixou-a insuportável. O comício da Central do Brasil, a consolidação da conspiração civil e militar, a organização do movimento dos praças, das Forças Armadas e os conflitos no campo, transformaram a tensão em conflito aberto, o caos político, assim como em 1961, em ameaça real de guerra civil.

Precipitando os eventos, as tropas de Mourão Filho passaram a marchar em direção ao Rio de Janeiro no último dia do mês. Não encontrando resistências, foram reforçando a ideia de golpe imediato e aglutinando os conspiradores militares com os grupos das Forças Armadas que ainda hesitavam entre a destituição de Goulart e o legalismo.

Não vendo alternativa para a crise, Jango sai do Rio de Janeiro em direção à Brasília e, finalmente, à Porto Alegre, onde em uma reunião com alguns comandantes militares e com Brizola procurou achar uma solução razoável e pacífica para o conflito. Com o golpe concretizado pela declaração de vacância da Presidência da República no Congresso e as informações da movimentação da frota estadunidense, João Goulart preferiu aceitar a derrota e se retirar do país.

A inercia e apatia dos setores trabalhistas, comunistas e socialistas provocou um debate político e teórico que tomou conta das esquerdas nas décadas seguintes. A esquerda havia sido conquistada pelo “canto da sereia” trabalhista? Seriam estes demagogos que na hora que precisariam resistir deixaram suas bases à mercê da violência militar? Todo esse debate alimentou parte da historiografia sobre o golpe de Estado nos anos e décadas posteriores e, certamente, ainda não esgotou o assunto.

Porém, o que precisamos avaliar é que, após 1964, a relação entre comunistas e trabalhistas arrefeceu. Se, como vimos, nos anos que antecederam o golpe civil e militar, de 1964, a aproximação entre comunistas e trabalhistas estreitou-se a ponto de haver uma forte imbricação entre essas culturas políticas, após o golpe, com a imediata cassação aos comunistas e a trabalhistas radicais, a ligação entre essas bases políticas começou a se deteriorar. Da mesma forma que os comunistas passaram a fazer acusações a trabalhistas, estes últimos, presos,

imediatamente declararam-se iludidos ou mesmo coagidos por membros do PCB a participar de atos, eventos e listas de apoio promovidas por comunistas.

Da mesma forma que havia estado intimamente ligado com bases do PCB em Santa Catarina, Doutel de Andrade, como líder do governo João Goulart, na Câmara dos Deputados, foi protagonista desses últimos eventos do governo Jango. No famoso comício da Central do Brasil, em 13 de março, numa sexta-feira, o representante de Santa Catarina na câmara foi o oitavo a falar defendendo as reformas de base e o governo João Goulart.

Na segunda-feira, 30 de março de 1964, Doutel de Andrade ocupou a tribuna para refutar a tese de que o governo seria o culpado pela crise nacional. O discurso em tom de desabafo clamava pela conciliação e pela unidade política:

Subo a esta tribuna para fazer realmente um apelo a todos que aqui se encontram, sem distinção de partidos, sem distinção de credos religiosos, sem distinção de quaisquer espécies, no sentido de que encontremos, pelos menos agora, aquele denominador comum, aquele ponto onde nossas divergências possam ser superadas, e possamos nos apertar a mão e salvar a Pátria do desastre, para salvá-la, quiçá, do caos total, irremediável e definitivo.<sup>163</sup>

O líder do PTB na Câmara, empenhado em acalmar os ânimos, parecia não perceber que tais emoções não poderiam mais ser contidas. Na mesma segunda, Doutel distribuiu nota a imprensa asseverando que eram “inteiramente destituídos de fundamentos” os receios de alguns líderes de que Jango quebraria a legalidade democrática. No mesmo dia ainda sugeriu ao Presidente da República que não comparecesse ao Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, onde associações de sargentos promoveriam reunião, considerada mais uma provocação pelos líderes militares.<sup>164</sup>

No dia 01 de abril, de 1964 o Jornal do Brasil noticiou: “PTB lança nota de apoio a Goulart e diz que continua luta pelas reformas no país”. Na mesma matéria, Doutel apareceu fazendo severas críticas ao “novo

---

<sup>163</sup> GOLLO, Luiz Augusto, Op.cit, p.83.

<sup>164</sup> Ibidem, p.91.

Presidente” Ranieri Mazzilli, a quem classificou de “figura triste, atônita e perplexa, que não tem a condição do País e nem autoridade para coibir os atos de violência que estão sendo praticados”.<sup>165</sup>

Arrancados do poder naquele início de abril, os trabalhistas passariam a sofrer poderoso ataque dos setores que tomaram o governo federal. O presidente destituído João Goulart e outras dezenas de lideranças trabalhistas, vendo que não haveria solução política para o golpe, atravessaram a fronteira brasileira e procuraram asilo em países vizinhos.

O trabalhismo que naquele momento estava na ofensiva, buscando as reformas e mudanças substanciais para a sociedade brasileira, sofria um grande trauma. Se entre os personagens que manejavam o trabalhismo no topo da cadeia política o golpe significou a fuga, o afastamento, para as bases de trabalhadores que compartilhavam dessa cultura política não foi muito diferente. Muitos se afastaram definitivamente do debate ou passaram a defesa, buscando resignificar suas alianças, seus companheiros e suas estratégias de luta. Outros, inconformados com a facilidade na tomada do poder, também passaram a ver o trabalhismo como um engodo, buscando alternativas políticas para o país.

O golpe, sem dúvida, foi um momento de trauma para as ideias políticas e os projetos de nação no Brasil. Percebendo o trabalhismo como cultura política, precisamos avaliar 1964 como uma ruptura, uma mudança profunda, uma contenção violenta.

Doutel de Andrade, mesmo após o golpe, permaneceu no país. Sua voz ainda era importante na Câmara dos Deputados. Até 1966 ainda mantinha o cargo de vice-governador do estado e a liderança do PTB na Câmara. Como líder do governo Jango tinha a tarefa de defender as reformas, depois como representante do trabalhismo no Congresso pós-golpe tinha a difícil tarefa de defender o trabalhismo em um momento de profundo e violento ataque. Sofrendo investigações em IPM's e acusações de corrupção e subversão, o deputado permanecia ocupando constantemente a tribuna da Câmara. Em 12 de junho, sua voz seria a voz de um trabalhismo em convulsão:

Apeados do poder, com seus principais líderes exilados, cassados, perseguidos ou trancafiados em masmorras, era natural, repito, a curiosidade em saber como esse partido reagiria a tais

---

<sup>165</sup> Ibidem, p.93.

episódios. A posição do partido, Sr. Presidente, foi fixada no momento mesmo da crise, nos seus instantes mais agudos, quando eu, na qualidade de líder da sua bancada e interpretando o seu pensamento, ocupei esta tribuna numa vaga e desesperada tentativa de evitar através dos usos, costumes e praxes parlamentares o ato de violência praticado pela Mesa do Congresso, depondo o Presidente João Goulart, então no pelo exercício do mandato que lhe fora livre, democraticamente, soberanamente conferido pela vontade popular expressa no pleito eleitoral.<sup>166</sup>

Defendendo ainda os programas das reformas, os trabalhistas estariam decididos “a dar todo o seu apoio, todo o subsídio da sua experiência, e seus estudos e, até mesmo, de seus sofrimentos e vicissitudes”.<sup>167</sup> O desespero dos trabalhistas refletia ainda uma tentativa de conciliação com o governo golpista, buscando nas reformas de base o elemento de salvação do país.

Já como representante máximo do trabalhismo em território brasileiro, Doutel passaria a ser a voz dos líderes exilados, especialmente, de Jango. Avaliações políticas, negociações e as defesas públicas de Jango eram feitas por meio do deputado catarinense. Em visitas ao Uruguai, ou por cartas, Doutel comunicava-se com Jango e recebia orientações sobre os passos a seguir. Em mensagem, logo após o golpe, Jango pedia ao deputado que procurasse pessoalmente o ex-presidente da Eletrobrás, Paulo Richer, para obter elementos que servissem para o esclarecimento das acusações que vinha sofrendo no Brasil. Em outra, no início de agosto, desabafou: “o desapontamento dos meus inimigos, que na sua mesquinhez tanto procuram ferir-me, por não conseguirem indicar, após devassas e investigações sem conta, um despacho meu, um ato sequer do presidente constitucional que haja comprometido o interesse do povo brasileiro”.<sup>168</sup>

**3.3 – A voz do exilado:** Doutel de Andrade e a ação parlamentar de um presidente deposto.

---

<sup>166</sup> Ibidem, p.96.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 552.

O dia 24 de agosto era sempre especial para os trabalhistas. Os dez anos da morte do grande líder trabalhista seriam celebrados em 1964. Jango e Doutel planejaram uma forma especial de lembrar de Vargas. João Goulart, de Montevideú, enviou uma carta ao povo brasileiro que deveria ser lida na Câmara dos Deputados. A carta seria uma releitura da Carta Testamento. Vargas e Jango, “sacrificados em nome do povo brasileiro”, falariam ao povo pelo mesmo instrumento:

Nunca deixei de me dirigir a todos vós, neste dia, que está definitivamente incorporado à nossa História, marcando no Brasil republicano o instante heroico do saudoso Estadista que empenhou a própria vida para conter as terríveis forças do obscurantismo e para que pudéssemos prosseguir na dura caminhada da libertação do nosso povo e da nossa Pátria.

Assim, a saída do país, sua retirada da cena política seria uma forma, assim como em 1954, de conter a “sanha dos poderosos”, mas afirmava que “dominam a Nação o arbítrio e a opressão”. Lembrando a crise de 1961 e sua comparação com Vargas continua: “duas vezes preferi o sacrifício pessoal de poderes constitucionais à guerra civil e ao ensanguentamento da Nação. Duas vezes evitei a luta entre irmãos. Só Deus sabe quanto me custou, de força interior, a deliberação que impus e pude impor a milhões de patriotas.”

A carta, em pleno governo militar, passou ao ataque direto aos líderes das Forças Armadas, em pelo exercício do poder executivo.

Os tanques, os fuzis e as espadas que a Nação mantém com sacrifícios jamais, historicamente, conseguiram substituir, por muito tempo, a força do Direito e da Justiça. A função altamente honrosa que a Constituição rigorosamente lhes impõe é da defesa da soberania do País e de suas instituições, e nunca a tutela do pensamento do povo, para suprimir ou esmagar suas liberdades, como pretendem alguns chefes militares.

Agressiva, a Carta de Jango parecia ser a Carta-Testamento do próprio trabalhismo. Usando as referências varguistas, relendo o

passado, avaliando o próprio cadáver. Passagens como “recusei-me a Renúncia”, “não consenti com o massacre do povo” e “não aceitei trair os ideais que sempre defendi”, amparam a justificativa de assalto ao poder. A leitura de todo o processo anterior ao golpe, de cada uma das reformas de base, da execução de uma política externa independente “contra o colonialismo sob qualquer disfarce” e pela autodeterminação dos povos, dos investimentos em infraestrutura e a legislação trabalhista fazem da carta um manifesto real do próprio **trabalhismo**. Uma retomada de toda tradição, agora destruída pela força das armadas.

Declarando-se como um cristão e liberal, Jango, na voz de Doutel, fez, já em agosto de 1964, uma denúncia das arbitrariedades do novo regime. Depois de discutir todo o seu governo e o golpe, afirma que:

Não tardou a brutalidade da prisão e das perseguições desumanas de milhares de cidadãos; Baniram, ditatorialmente, o direito de defesa; humilharam a consciência jurídica nacional; suprimiram o poder dos tribunais legítimos. Invadiram universidades; queimaram bibliotecas; não respeitaram, sequer, as mesmas igrejas, conventos e seminários onde, antes, desfiavam as contas dos seus rosários para conseguir mobilizar, pela simulação dirigida, ponderáveis áreas da população contra o suposto risco, depois comprovadamente falso, de um governo que estaria em véspera de comunicar-se. Trabalhadores, estudantes, professores, jornalistas, profissionais liberais, artistas, homens e mulheres são presos pelo único crime da opinião política, da palavra ou das ideias.<sup>169</sup>

Doutel, com a carta de João Goulart, chegou a questionar os chefes do governo militar sobre os tratados assinados internacionalmente. Portanto, se antes a retórica de Doutel era de conciliação com o governo e com os setores conservadores, não mais será a partir da leitura da carta de Jango. Após o dia 24 de agosto, o governo passaria a marcar mais intimamente os passos do líder da oposição na Câmara.

---

<sup>169</sup> GOLLO, Luiz Augusto. Op.cit, p.100.

Investigado diretamente em mais de três IPM's, Doutel de Andrade também atacaria esses instrumentos de investigação. Em fevereiro de 1965 subiria a tribuna para mais uma vez denunciar os arbítrios do governo militar. Na fala terminaria dizendo que tinha “absoluta convicção, em que a Justiça apreciará um a um todos esses inquéritos, com exaçoão, com isençoão de ânimo, com equidade, e há de um a um, também, enterrá-los, e eles lá ficarão como símbolos mortos, apodrecidos, desta onda de insanidade e odiosidade que se abateu sobre o Brasil”.<sup>170</sup>

O ano de 1965 teria uma importância política fundamental. Nele seriam realizadas eleições presidenciais e para os governos estaduais. Em julho de 1964 o mandato do general Castelo Branco havia sido prorrogado até março de 1967, portanto, restaria as importantes eleições estaduais como resquícios de certa democracia no Brasil.<sup>171</sup>

Buscando o controle do PTB, Jango e Doutel articulam candidaturas em todo território nacional. Na Guanabara o embate pelo controle do partido, por meio das eleições de 1965, foi profundamente intenso. Doutel de Andrade procurou negociar a candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott, enquanto o grupo da família Vargas, representado por Lutero, defendia a candidatura do pessedista Negrão de Lima. Além das cartas, João Goulart conversou pessoalmente com Doutel, na fazenda de Tacuarembó, passando instruções sobre a eleição da Guanabara.<sup>172</sup>

Em carta enviada no dia 20 de junho, o ex-presidente afirmava a Doutel que “a situação política da Guanabara é extremamente importante para toda a vida nacional e para o futuro do PTB”, que enviara uma carta a Lutero Vargas para tentar diminuir qualquer desavença interna e que, para ele, os melhores nomes para concorrer ao governo eram o do Marechal Lott, Hélio e o dele, o próprio Doutel.<sup>173</sup>

O nome do “Marechal da Legalidade” era o ideal para mostrar à população um equilíbrio de forças políticas naquele momento conturbado. Ao mesmo tempo, a campanha ao governo da Guanabara

---

<sup>170</sup> Ibidem, p.110.

<sup>171</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.90.

<sup>172</sup> WILLIAN, Wagner. *O soldado absoluto*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.397.

<sup>173</sup> GOULART, João. [Carta] 20 jun. 1965, Montevideo [para] ANDRADE, Almino Doutel de, Rio de Janeiro. 2f. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

poderia significar uma espécie de plebiscito de avaliação do novo regime e o nome de Lott poderia ser forte demais para os avaliados.

O anúncio da possível candidatura de Lott já provocara frisson nos meios militares. O próprio almirante Silvio Heck declarou que “Essa candidatura não há dúvida alguma, é uma afronta, é um escárnio e, também, mais uma desmoralização para a Revolução de 31 de março”.<sup>174</sup>

A convenção petebista, realizada no dia 31 de julho, acabou em confusão e quebra-quebra. Partidários da candidatura Lott invadiram a convenção quebrando urnas e rasgando cédulas.<sup>175</sup> Os líderes precisaram se reunir para chegar a um consenso, mas firme em sua candidatura, Negrão de Lima, não retirou seu nome, apesar dos pedidos de Doutel de Andrade. No dia seguinte foi a vez de Lott afirmar que para assumir a candidatura desejava o consenso do partido.<sup>176</sup>

Remarcada para o dia 4 de agosto, a convenção decidiu pelo nome do marechal. Imediatamente o PSB apoia e festeja a candidatura de Lott que passou, junto com Doutel, a organizar a campanha ao governo. Como esperado, o governo militar não deixaria tal “provocação” permanecer nas ruas. Lott, durante todo o período que seguiu ao golpe, manifestou-se contrário a ditadura, chegando a afirmar em abril de 1965 que “A mais frágil das ditaduras é, exatamente, a ditadura militar, porque de um lado contribui para impopularizar as Forças Armadas e de outro as contamina com o micróbio da corrupção”.<sup>177</sup> Utilizando de forma retroativa uma lei de junho sobre o domicílio eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral impugnou a candidatura Lott no fatídico dia 24 de agosto, dividindo a oposição ao governo Carlos Lacerda e deixando as eleições da Guanabara entre o candidato governista Flexa Ribeiro da UDN e a oposição moderada de Negrão de Lima do PSD.

A vitória do grupo de Lutero Vargas, com a ação precisa do governo militar, deixou ainda mais evidente que as saídas políticas iam se esgotando. Se os grupos próximos a Jango ainda buscavam negociações e conciliações, os grupos trabalhistas mais radicais começavam a articular saídas alternativas para o sufocamento político.

---

<sup>174</sup> *Tribuna*, Rio de Janeiro, 31Jul./1Ago.

<sup>175</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01Ago.1965, p.7.

<sup>176</sup> *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 02Ago.1965, p.3.

<sup>177</sup> WILLIAN, Wagner. *Op.cit*, p.398.

As primeiras guerrilhas urbanas surgem exatamente entre o trabalhismo. Inspirados pela revolução cubana, grupos próximos do líder trabalhista exilado, Leonel Brizola, passaram a programar uma derrubada violenta do governo Castello Branco. Ainda em 1965, grupos militares cassados e agricultores tomaram a cidade de Três Passos, buscando receber apoio dos milhares de grupos dos onze formados na região gaúcha. Mesmo não tendo o apoio esperado, o grupo cruzou o noroeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, buscando chegar a Foz do Iguaçu, onde o general Castello Branco estaria no dia 26 de março. O exército conseguiu destruir o foco guerrilheiro quando o mesmo se encontrava no interior do Paraná, na região de Cascavel. Para o grupo restou a fuga ou experimentar as torturas já registradas do novo regime, como no caso do líder do movimento, coronel Jefferson Cardim.<sup>178</sup>

Em 1966, o Movimento Nacionalista Revolucionário, com inspiração e treinamento cubano, parte para efetivar seus objetivos, a partir da Serra do Caparaó. Contando com cerca de 22 guerrilheiros, o grupo obtém relativo sucesso, mas acabou desmantelado pelo governo militar no final de março de 1967.<sup>179</sup>

Com as articulações revolucionárias de Brizola, de um lado, a posição de João Goulart e seu grupo permaneciam as mesmas: o jogo político que ainda era possível. Mesmo com os ajustes jurídicos que impediam, como vimos, o surgimento de lideranças que pudessem ameaçar o regime, as eleições de 1965 são consideradas um fracasso para o governo federal. Nas eleições de outubro, grande parte dos candidatos da oposição são vitoriosos: se era encarada como um plebiscito, as eleições aos governos estaduais reprovaram a recém instaurada Ditadura Militar.

O resultado provocou uma reação imediata do governo central. O regime que antes mantinha um ar democrático se fecharia. Como solução para o problema o governo Castello Branco promulgou o Ato Institucional número dois: consolidação da eleição indireta para a presidente, dissolução dos partidos existentes com a definição do bipartidarismo, milhares de novas cassações, deposição dos governadores eleitos, decretação de eleição indireta para governadores e extinção de eleições para prefeitos de capitais.<sup>180</sup> No mesmo dia, 27 de

---

<sup>178</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 195.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>180</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro, 2014, p. 61.

outubro, o governo também editou o Estatuto dos Cassados, com normas rígidas de comportamento e manifestação pública. Todo esse novo arcabouço autoritário, vindo do governo é taxado por Doutel, na Câmara, como “diploma que só encontra similar, que só encontra matriz, com o mesmo objetivo desumano, anticristão, atentatório ao direito e às liberdades, emanados de Mussolini, emanados de Hitler”.<sup>181</sup>

No complexo e caótico meio político que se estabeleceu como consequência imediata do ato, só restou a Doutel participar da reorganização partidária do bipartidarismo: de um lado a base governista representada pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), neste o deputado ganhou a vice-liderança, como nos tempos do extinto PTB.

Nesse momento, sob orientação e conselhos do presidente exilado, Doutel passou a negociar com os líderes desejosos pelo reestabelecimento da democracia, mesmo que fossem antigos desafetos. É o caso, por exemplo, de Ademar de Barros, governador de São Paulo. Barros passava a integrar o grupo dos descontentes com o regime, especialmente, após o AI-2. Com isso, João Goulart sugeriu a Doutel que:

Aprofunde as *démarches* na área de São Paulo, hoje agredido em todos os seus setores de atividade. O seu governador, dr. Ademar de Barros, está fadado a representar relevante papel na crise brasileira. Suas posições têm sido corretíssimas. A sua luta, que se resume no restabelecimento das liberdades públicas e dos princípios de respeito à dignidade das pessoas, é também a nossa luta. Dize-lhe, se o encontrares, que, no momento adequado, ele terá nossa colaboração.<sup>182</sup>

A estratégia de Jango e Doutel seria sempre a mesma: ao contrário do que era pensado pelos mais radicais, só haveria uma saída para a crise: a negociação com setores políticos, mesmo conservadores. Na mesma carta Jango afirmava para Doutel que em breve se

---

<sup>181</sup> GOLLO, Luiz Augusto. *Op.cit*, p.117.

<sup>182</sup> GOULART, João. [Carta] 16 abr. 1966, Montevideo [para] ANDRADE, Almino Doutel de, Rio de Janeiro. 1f. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

“restabelecerão as franquias democráticas” e que as lutas deveriam seguir “sem radicalismos”.

### 3.4 – **A sombra trabalhista:** Cassação, conciliação e a alternativa política.

Para a maioria trabalhista a luta armada era uma aventura. A lógica de João Goulart e de vários setores políticos, inclusive do Comitê Central do PCB, era de que a saída seria política. Nas armas os militares eram fortes, em termos políticos eram ignorantes e fracos.<sup>183</sup>

Sem radicalismo, seguindo as negociações e mantendo contato estreito com o presidente deposto, Doutel de Andrade teve seu mandato cassado no dia 12 de outubro. Junto com ele outros cinco deputados federais e o juiz do TRE de Santa Catarina, Aldo da Luz, relator do processo para o registro dos candidatos do MDB no estado. Revoltado com a situação, já que vinha mantendo conversações diretas com Castello Branco, o presidente da Câmara dos Deputados, Aduino Lucio Cardoso, retornou imediatamente para Brasília para, durante a sessão, dar voz a Doutel, que também viajou para a capital federal, a fim de fazer seu discurso mais duro. Diante do fato, o Governo contra-atacou com a força das armas: no dia 20 invadiu o prédio da Câmara e retirou todos os parlamentares decretando o recesso parlamentar até o dia 22 de novembro.<sup>184</sup>

A vida parlamentar de Doutel de Andrade foi interrompida, mas a política obviamente não. Em 1967, elegeu sua companheira, Lígia Doutel de Andrade, como deputada federal e permaneceu nos corredores da política brasileira. Com a cassação do mandato de Lígia, em dezembro de 1968, com o AI-5, deixou de atuar inclusive nos corredores do parlamento brasileiro.

Entretanto, não deixou de articular e representar os setores trabalhistas nos meandros políticos do Brasil. O governo Castello Branco falhara na empreitada de aplicar seu internacional-liberalismo.<sup>185</sup> O programa não se realizara. As plataformas defendidas

---

<sup>183</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 608.

<sup>184</sup> GOLLO, Luiz Augusto. *Op.cit.*, p.123.

<sup>185</sup> O termo é adotado por Daniel Arão Reis Filho que defende que os golpistas se dividiam entre liberais conservadores, conservadores arcaicos, liberais internacionalistas, corporativistas-estatais e anticomunistas radicais. O grupo representado por Castello Branco saiu vitorioso e se tornou hegemônico no

logo depois do golpe só foram se concretizar vinte anos depois. Aos poucos, o projeto político inicial dos militares deslizou para uma espécie de nacionalismo autoritário, afastando antigos apoiadores.

Assim, Doutel não teve apenas a tarefa de negociar e iniciar conversações com Ademar de Barros. Golpistas de outrora passaram a ser vistos como prováveis aliados. Carlos Lacerda e Magalhaes Pinto, os governadores que não só apoiaram, como financiaram a derrubada de João Goulart, agora estavam descontentes com os rumos da tal “revolução” e se aproximavam do líder deposto com o objetivo de formar uma grande aliança contra o regime.

Juscelino Kubitschek também desejava formar uma frente contra a ditadura e, em fins de 1966, começou a se aproximar de Lacerda. Lacerda queria democratizar, Jango e Juscelino queriam a redemocratização, queriam de volta o regulamento jurídico da Carta de 1946. Sem assinatura dos últimos, Lacerda publicou, no final de outubro de 1966, um manifesto pela Frente Ampla e intensificou a aproximação com os antigos inimigos. Após um breve encontro em Lisboa, JK e Lacerda lançam um manifesto e continuam as negociações com Jango.

Com o ano novo as negociações se formalizam tendo Renato Archer representando Juscelino, enquanto Jango tinha José Gomes Talarico e Doutel na frente das conversações.<sup>186</sup> Ainda participaram representantes de praticamente todas as correntes políticas da oposição, de trotskistas a militares cassados, chegando ao MDB que oficialmente representaria todas essas correntes de forma oficial no Brasil.

O trabalhismo brasileiro, politicamente dissipado e organizacionalmente destruído, via um grande líder negociar com o “coveiro da democracia”, “o assassino de Vargas”. Jango chegaria a dizer que “o Dr Getúlio sairá do tumulto para nos condenar”.<sup>187</sup> Ainda assim a Frente Ampla teve a adesão de Jango, com a ajuda de Doutel de Andrade.

Em setembro de 1967 o encontro foi realizado em Montevidéu. Jango e Lacerda se reuniram durante três dias e definiram as bases da Frente Ampla. O encontro de figuras políticas tão díspares provocou uma reação social mais profunda do que os ganhos políticos esperados pela Frente. Apesar de mobilizar encontros de oposição e os primeiros

---

início do regime. Seu internacionalismo pretendia romper com as ambições autonomistas do nacional-estatismo, propondo um alinhamento estratégico com os Estados Unidos. O mote do grupo seria o saneamento financeiro.

<sup>186</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op.cit, p. 610.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 611.

comícios desde o golpe, as críticas dos setores trabalhistas foram profundas: os familiares de Vargas contrariaram completamente o acordo, enquanto Brizola afirmava que não se surpreenderia com o encontro de Jango com Lacerda já que “foi por essa mesma falta de fidelidade a seus princípios que Goulart acabou sendo deposto”.<sup>188</sup>

Com apoio relativo de Juscelino e Jango, a Frente Ampla na verdade foi um esforço do grupo próximo de Lacerda. Porém seu fracasso foi a derrota da última possibilidade de saída política para a Ditadura. Atropelada pelo radicalismo da direita militar e pelas estratégias armadas da esquerda, a Frente Ampla foi o último respiro político dos trabalhistas durante a Ditadura. Se o malogro das guerrilhas brizolistas encerraram as possibilidades dos trabalhistas radicais, a Frente Ampla sepultou as possibilidades do grupo trabalhista vinculado a João Goulart. E era ali que Doutel de Andrade podia atuar. Político, qualificado no diálogo e nas negociações, Doutel não via mais onde poderia atuar. Depois da Frente Ampla e da cassação de Lúcia, passaria a atuar apenas em seu escritório no Rio de Janeiro e na constante defesa nos vários processos que seguiam na Justiça Militar.

### 3.5 – **O retorno das estrelas:** reorganização e o retorno do grande líder

Com a morte de João Goulart, em 1976, Doutel de Andrade reaparece definitivamente na cena política brasileira. Ele e outros companheiros, aproveitando o clima de comoção, derivado da morte do presidente exilado, passam, logo depois do enterro de Jango, a operacionalizar uma retomada do trabalhismo brasileiro. O trauma gerado pela morte do líder provocou uma retomada dos debates sobre o trabalhismo. A derrota da esquerda armada e os debates acerca de uma reabertura política propiciam o retorno da política como possibilidade da oposição e neste momento Doutel poderia agir.

Com o retorno dos debates, José Gomes Talarico e Doutel de Andrade passam a liderar, no território brasileiro, a reorganização do trabalhismo, percorrendo o país e articulando com figuras históricas e políticos do MDB o reagrupamento dos trabalhistas brasileiros. Menos de um ano após a morte de João Goulart, foi lançado no Rio de Janeiro o Centro Cívico Getúlio Vargas, que teria nacionalmente a tarefa de aglutinar os setores que antes se vinculavam ao PTB.

---

<sup>188</sup> Ibidem, p. 616.

Os elementos da cultura política trabalhista estão ali redefinidos e atualizados. Com uma lista de apoiadores por estado, o documento foi entregue no início de 1977 para o Primeiro-Ministro de Portugal, Mario Soares. Nele os “novos” trabalhistas se apresentam para os socialistas europeus, buscando, não por acaso, aparecer como uma possibilidade real e harmônica para a redemocratização brasileira.

Lígia e Doutel de Andrade, além de integrar o grupo de Santa Catarina, estão na lista do conselho consultivo do Centro, junto com a família Goulart, representantes da família de Brizola no Brasil e, obviamente, membros da família Vargas. Talarico que, mais tarde, será o responsável por descrever o Encontro de Lisboa, de 1979, foi o responsável por assinar o documento de fundação da instituição e entregá-lo ao líder da Internacional Socialista

O documento começa com a lembrança do aniversário de morte do “grande líder trabalhista”, indicando, como sempre, a Carta-Testamento. Para retomar o significado dessa cultura política, o texto afirma que o trabalhismo:

Foi a bandeira democrática de Vargas em 1945. Erguida aos que lutavam pela defesa do bem-comum do povo, na socialização dos benefícios que a civilização trouxe ao mundo, principalmente na conservação do nosso estilo de vida, que é o da fraternidade e do sentimento cristão.<sup>189</sup>

Tal sentimento cristão que, como discutimos em capítulos anteriores, era a base do trabalhismo brasileiro, continua sendo lembrado no documento. Pois “o sentimento de solidariedade humana e as tradições cristãs do nosso povo sublinharam como uma de nossas diretrizes”.

Após discutir a história do trabalhismo, o texto analisa as tentativas de organização de certo trabalhismo no território brasileiro que não surtiram efeito por “não estarem superados obstáculos como a atual Lei Orgânica dos Partidos (aprovada pelo Congresso)”. Dessa forma,

---

<sup>189</sup> Ata de fundação do Centro Cívico Getulio Vargas. FUNDAÇÃO MARIO SOARES, Missão da Internacional Socialista à América Latina, viagem de MS. Pasta: 02111.002, p. 178.

O trabalhismo entende que os empenhos devam estar voltados, portanto, para as liberdades democráticas, progresso nacional, bem-estar social, exercício dos direitos individuais, liberdades fundamentais, humanização da estrutura social, reconciliação nacional e plenitude jurídica e constitucional.<sup>190</sup>

Por meio do apelo à tradição cristã dos brasileiros, a palavra conciliação, antes de 1964 considerada uma maldição, volta à tona como bandeira dos trabalhistas. O texto assinado por José Gomes Talarico lista os vários momentos de anistia da política brasileira para em seguida defender:

Adoção da anistia, da *pacificação* nacional, de *apaziguamento* constituiria medida de elevado alcance. Seria um chamamento, uma conclamação ao povo para olhar cada vez mais à frente, visualizando o futuro. São desejos veementes que através do *entendimento* e da *conciliação*, se restaure a paz na família brasileira. Que brasileiros irmanem-se *sem ressentimentos* pela grandeza da Pátria, porque o Brasil está acima de problemas episódicos, de interesses eventuais e de questões personalísticas.

A nossa tarefa – dos getulistas, trabalhistas e nacionalistas na hora presente – é a convocação de todos os brasileiros, indistintamente, para um amplo *entendimento* nacional, *sem apelos ressentidos, sem ódios, sem malquerenças*, mas inspirados tão somente nos exemplos consignados na história e deixados pelo grande estadista.<sup>191</sup>[grifos nosso]

O “grande estadista” morto com tiro no peito voltava a ser o símbolo da tão aclamada “conciliação nacional”. O recém-fundado Centro Cívico Getúlio Vargas propunha um Brasil que apagasse o passado, os ressentimentos, os ódios e olhasse para o futuro. O Brasil que valorizasse todas as suas potencialidades só seria possível sem desavenças, sem conflitos.

---

<sup>190</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 179.

O documento, hoje arquivado na Fundação Mario Soares, em Lisboa, foi entregue pessoalmente por José Gomes Talarico a Mario Soares. Aproveitando umas das missões à América Latina, por parte da Internacional Socialista, Talarico se aproveitou e entregou o documento diretamente ao líder português. Leonel Brizola só seria expulso do Uruguai em setembro daquele ano.

Doutel de Andrade, ativo no Centro Cívico, compartilhava do desejo de pacificação e retorno às atividades políticas. Com o sopro redemocratizante, principalmente, após o falecimento do líder João Goulart, Doutel voltou a aproximar-se de Brizola e se tornou um dos principais articuladores da organização do trabalhismo dentro do Brasil.

Líder do governo João Goulart na Câmara, vice-governador de Santa Catarina, líder trabalhista no Estado, principal articulador na relação em comunistas e trabalhistas em Santa Catarina, Almino Doutel de Andrade passou a ser uma das poucas figuras políticas trabalhistas quando tal cultura política passou a se contrair após o golpe, com o sufocamento que o trabalhismo passou a sofrer, com as perseguições, acusações e fugas. Até a morte de Jango foi a voz do ex-presidente no território brasileiro, pagando por isso o preço da fidelidade. Insistiu até onde pôde na saída política para a ditadura, se afastando quando não viu mais possibilidades para a ação pacífica.

João Goulart e Doutel de Andrade eram atores políticos que conseguiam manejar a cultura política trabalhista antes e depois do golpe. Cada um, a sua maneira, alimentava, sofria pressões e era símbolo do conjunto de ideias que representava o trabalhismo. Todavia, também com suas ações, interferiam na maneira com que o trabalhismo era disseminado e consolidado como referencial político.

Sem seu companheiro João Goulart, Doutel seria a assinatura número um da Carta de Lisboa, de 1979 que refundaria o Partido Trabalhista Brasileiro. Com ele, o trabalhismo brasileiro se reorganizaria e sairia da grande noite que começou naquela madrugada, do dia primeiro de abril, de 1964, quando irônico, Doutel havia ironizado o golpe, afirmando que o mesmo seria desmentido antes “a primeira estrela surgisse”.

## Capítulo 4

### A HISTÓRIA DOS ESPINHOS E DOS CRAVOS

O socialismo democrático e o Partido Socialista Português.

Até agora vimos como o trabalhismo se construiu e se modificou, principalmente, como uma cultura política nacional. Com o forte trauma causado pela Ditadura Militar, as diversas culturas políticas que foram marginalizadas violentamente pelo Estado brasileiro passaram por fortes transformações, tanto dentro do Brasil quanto fora, por meio das centenas de exilados que repensaram o seu fazer político.

Com o violento golpe chileno, de 11 de setembro de 1973, outra leva de exilados parte para a Europa em busca de asilo político, enquanto projetam um novo Brasil, uma nova sociedade brasileira. Os seguidos choques, as constantes perdas e as mudanças sensíveis que o mundo passava colaboram para que grande parte desses brasileiros reconstruíssem seus projetos de um novo Brasil. Uma grande fração dessas pessoas haviam passado pelos porões da Ditadura, após perceberem que, em termos de violência, os militares estavam muito a frente.

Chegando à Europa, o encanto de muitos pelo chamado “Estado de bem estar social” foi frequente. A relação deles com a política europeia passou a ser mais íntima, influenciando profundamente esse novo pensar sobre o Brasil e sobre o povo brasileiro. O meio universitário, os contatos com novos grupos de exilados e as articulações em torno da abertura democrática brasileira foram reforçando novos projetos.

Mas que projetos são esses encontrados na Europa? Como eles divergiam das propostas encontradas naquele momento no Brasil? Identificá-los como socialistas ou como um socialismo democrático não é suficiente. No Brasil, o socialismo democrático sempre foi uma cultura política marginal, emparedada entre o nacionalismo getulista mais à esquerda e correntes vinculadas ao comunismo. Precisamos assim, discutir que socialismo essas correntes políticas passam a dialogar intimamente na Europa a ponto de influenciar profundamente na reorganização do trabalhismo brasileiro, no final da década de 1960.

Já nos ocupamos parcialmente com a Guerra Fria e seus desdobramentos no Brasil, em especial, durante o período que acabou por gerar o golpe civil e militar de 1964. Obviamente que o clima de polarização que tomou conta do planeta na segunda metade do século

XX teve campos de lutas específicos. Em vários espaços o conflito se deu de forma diferente, a Europa, por ter sido o grande teatro da Segunda Guerra Mundial, condensou parte do conflito diplomático, econômico e político que se seguiu, de maneira particular e intensa. O desenvolvimento do conflito Leste-Oeste é fundamental para a análise do socialismo europeu e a influência deste na reorganização do trabalhismo brasileiro na segunda metade dos anos 1970.

#### 4.1 – **Aparando os espinhos:** o pós-guerra e a reconstrução política da Europa

O “teatro da hecatombe”, nas palavras de René Remond, é uma imagem que ajuda a compreender o impacto que a Segunda Grande Guerra teve no continente europeu. Ao término do conflito, o que se viu foi uma Europa devastada, com estruturas sociais diluídas, economicamente inerte e refém de escassa mão de obra para buscar minimamente uma recuperação. Os 50 milhões de mortos e desaparecidos, quatro vezes o número de mortos na Primeira Guerra, dão bem a dimensão da devastação do continente. Alemanha e União Soviética perderam 10% de sua população, a Polônia chegou a 15%. Na Europa ocidental a hecatombe foi menos intensa, mas não menos desesperadora: 600 mil pessoas na França, 500 mil na Itália e 400 mil no Reino Unido, isso para darmos apenas alguns exemplos.<sup>192</sup>

O que se seguiu à guerra foi uma diminuição drástica na taxa de natalidade, uma queda considerável na expectativa de vida, uma profunda crise na oferta de mão de obra e ainda um problema de deslocamentos populacionais ocasionados pelas migrações forçadas durante a guerra e pelo grande contingente de pessoas que deixaram suas regiões tentando se afastar da brutalidade da guerra que se avolumava e se aproximava de suas casas.

Como podemos imaginar, politicamente, o continente ficava a mercê dos grandes vitoriosos. Estados Unidos e União Soviética, além do Reino Unido, eram os grandes vencedores e na reta final da guerra passaram a discutir o futuro da Europa e sua reconstrução. Diferentemente dos EUA, a URSS tinha um grande problema interno

---

<sup>192</sup> BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História da Europa: Do século XIX ao início do século XXI*. Lisboa: Plátano, 2007, p. 225 e 226.

para resolver. Seu país sofrera grandes perdas materiais com o conflito e também um grande número de civis e militares mortos.<sup>193</sup>

Foi em Potsdam que as potências vitoriosas tentaram reorganizar politicamente a Alemanha, que ainda estava juridicamente em guerra com os aliados, dividindo o país em quatro zonas administrativas tuteladas por França, Reino Unido, EUA e URSS. Porém, logo em 1946, os projetos para ocupação política da Alemanha começaram a serem levados de forma diferente por cada uma das potências. As três zonas ocidentais gravitavam sob a órbita de influência estadunidense e, logo cedo, com receio de que a miséria alemã inclinasse seu povo para soluções próximas do comunismo, abandonaram o processo de “desnazificação”, acordado entre os vitoriosos. Já na zona de influência soviética, o processo de expurgo do nazismo, de desmonte do aparato industrial e militar do antigo inimigo se manteve profundo. Havia nesse projeto um receio de que aproveitando da fragilidade dos soviéticos, afetados socialmente, economicamente e militarmente pelo conflito, as potências ocidentais lideradas pelos Estados Unidos da América passassem a ofensiva, procurando eliminar o grande “Estado proletário”.<sup>194</sup>

A derrocada das tropas do Eixo e a ocupação das forças soviéticas deram o tom das novas formações políticas das nações europeias orientais. Na maior parte dos casos, o Exército Vermelho, ao expulsar os invasores, passou a dar as diretrizes dos novos governos de “Frente popular”. E, outros casos, como na Iugoslávia e Albânia, guerrilheiros tomam a frente do processo e acabam formando governos mais independentes de Moscou, mas ainda sob a influência do Kremlin.<sup>195</sup>

É nesse momento que vemos o início de uma ideia “pan-europeia”. O fim da grande aliança entre as superpotências e a dinamização de uma Europa, dividida por zonas de influências, fomentou a ideia de criação de um bloco político e econômico que ajudasse os europeus na reconstrução de seus países, tirando proveito, simultaneamente, da ajuda estadunidense e do desejo de união manifestado por alguns dos seus dirigentes.<sup>196</sup> Obviamente que o projeto

---

<sup>193</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: UNESP, 2003, p.111.

<sup>194</sup> BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História da Europa: Do século XIX ao início do século XXI*. Lisboa: Plátano, 2007, p. 235.

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 236.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 237.

não era o mesmo e isso vai dificultar a formação de um bloco durante boa parte dos anos que se seguem. Havia alguns líderes internacionais, como Winston Churchill, que apoiavam a criação de um “Estados Unidos da Europa” que gravitasse em torno da Alemanha e da França, sem a participação do Reino Unido. Outros comungavam de um projeto de Europa unida e forte, com governo centralizado e com verdadeiros poderes executivos.<sup>197</sup>

Os projetos de uma Europa unida não estavam afastados dos debates em torno da Guerra Fria. Ao final da década de 1940, com efeito, tornou-se claro para a maioria dos ‘unionistas’ e dos ‘federalistas’ que a constituição da Europa, independente do formato dado a ela, não poderia ser feita incluindo nela os Estados em vias de satelitização pela URSS e que, dessa forma, o projeto deveria aguardar dias melhores, ficando naquele momento confinado à Europa Ocidental. Para muitos, o projeto seria, ele mesmo, uma forma de bloquear as estratégias expansionistas dos soviéticos.<sup>198</sup>

Não por acaso, em 1947, ocorreu uma importante mudança na política estadunidense face à Europa. Uma doutrina de “contenção soviética” que comprometeu os EUA a levar ajuda financeira maciça aos países que pretendessem “continuar livres” e que resistissem “às tentativas de sujeição, quer se tratem de minorias internas armadas ou de pressões estrangeiras”. Inicialmente, voltada para os países orientais da Europa, como Turquia e Grécia, alargou-se por meio do “Plano Marshall”. Injetando cerca de 13 bilhões de dólares em 16 países, o plano objetivava, além da contenção do comunismo, o reaquecimento da economia europeia, gerando frutos futuros para a própria economia estadunidense.<sup>199</sup>

Se na Europa a contenção do comunismo passava pela reconstrução do continente, com a injeção de gorda quantia financeira, inclusive com o apoio, quando necessário, a reformistas anticomunistas, no Brasil, terminada a Guerra, as elites voltaram para seu comum anticomunismo e conservadorismo. Mesmo com a negação por parte dos estadunidenses de ajuda financeira como no caso europeu, o governo brasileiro manteve-se em total alinhamento a política externa dos

---

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 238.

<sup>199</sup> Ibidem, p. 240.

Estados Unidos, promovendo, inclusive, a cassação do registro do PCB em 1947.<sup>200</sup>

Do mesmo modo que os estadunidenses buscavam seu domínio sob a Europa e a América Latina, a URSS intensificou o controle sob seus estados satélites, buscando mais participação nos governos e uma maior influência nos partidos comunistas. A recusa por parte dos países da Europa oriental na ajuda estadunidense fez perceber um profundo alinhamento com Moscou. Com a formação do Kominform, com sede em Belgrado, em setembro de 1947, esse alinhamento institucionalizava-se, sinalizando aos países ocidentais que o cerco se fechava.<sup>201</sup>

No ano seguinte, a tensão no leste se agravou. Na Checoslováquia, após o término da Segunda Guerra, um regime parlamentarista havia se instaurado, o PC, com maioria parlamentar e percebendo um possível recuo nas eleições que se seguiriam, apelam aos trabalhadores e tomam o governo de Edvard Beneš. A ofensiva soviética também ocorreu em outros países em que o controle da URSS não dava por completo. A Iugoslávia de Tito também passou por pressões de controle de Moscou, acabando por se distanciar dos ditames da URSS.

Da mesma maneira, e influenciados pelos acontecimentos de Praga, as potências ocidentais aceleram, na sua zona de ocupação, a reconstituição de um Estado alemão, como maneira de impedir o avanço comunista na Europa. A reforma monetária, nas suas zonas de ocupação, provocou a saída do representante soviético do conselho de ocupação e adianta o processo de formação da República Federal Alemã, seguida de imediato pela constituição da República Democrática Alemã, ambas em maio de 1949.<sup>202</sup>

Os anos que antecedem a criação dos estados alemães são repletos de momentos de tensão e agravamento das divisões leste-oeste com a Europa no centro nervoso do conflito. Em 1948, o governo soviético suspende todos os acessos terrestres para Berlim ocidental.

Como forma de resolver o impasse foi criada uma grande “ponte aérea” para abastecer o lado ocidental da cidade, o que ainda serviu como uma demonstração de força pelas potências ocidentais. Entre 1947 e 1949, os ocidentais programam a criação de um bloco de autodefesa,

---

<sup>200</sup> MUNHOZ, Sidnei. *Ecossistema da Guerra Fria no Brasil (1947 – 1953)*. Diálogos, DHI/UEM, v. 6. p. 41-59, 2002, p. 48 a 50.

<sup>201</sup> BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Op.cit.*, p. 242.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 244.

repleto de organismos civis e militares que, nos anos seguintes, formariam a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).<sup>203</sup> Como resposta, o bloco soviético organizou todos os organismos e tratados no chamado Pacto de Varsóvia, em 1955.<sup>204</sup>

O momento de ápice do “conflito larvar” se deu, no entanto, logo depois. Com a Guerra da Coreia, o antagonismo EUA e URSS chegou ao período mais crítico. A violência gerada pelo conflito, os debates gerados mundialmente por ele e as repercussões deles internamente no EUA e na URSS, de um lado o macartismo<sup>205</sup> e, de outro, a paranoia stalinista, deixaram o mundo a espera de um novo conflito bélico mundial com potencial de destruição em massa, no início da década de 1950.<sup>206</sup>

Com a morte do líder soviético Josef Stalin, as relações entre as potências passaram por um breve período de arrefecimento. Apesar das grandes tensões ainda sentidas dentro dos blocos de influência, a diplomacia entre os dois grandes poderes econômicos e bélicos teve um momento de destaque. Tal esfriamento ainda foi potencializado com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e a divulgação dos crimes de Stalin, provocando desmobilização e divisão entre os comunistas.

Porém no final da década teremos uma nova fase de endurecimento nas relações Leste-Oeste. As diretrizes soviéticas em direção ao chamado Terceiro Mundo, ações militares da China, após o ano de 1958, e as pressões internas no Partido levam a URSS a mudanças na estratégia europeia. Kruschov propõem as potências ocidentais a criação, nas três zonas ocidentais, de uma cidade livre, com as forças militares controladas. Não tendo solução pactuada para o problema, a tensão vai aumentando, com reuniões infrutíferas e pressões por solução crescendo de lado a lado. Um sobrevoo de um avião espião estadunidense agravou consideravelmente o problema em 1960. Abatido, o caso do avião U2 colocaria em xeque as já decadentes relações amistosas entre as potências. Após uma reunião do líder soviético com o novo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, em

---

<sup>203</sup> Ibidem, p. 245.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 254.

<sup>205</sup> Uma “caça as bruxas” anticomunista que leva o nome do senador [Joseph Raymond McCarthy](#) (1908-1957) responsável por inquéritos repletos de acusações falsas, dossiês encomendados e paranoia anticomunista.

<sup>206</sup> BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História da Europa: Do século XIX ao início do século XXI*. Lisboa: Plátano, 2007, p. 246.

maio de 1961, em que o primeiro diz ao jovem presidente que até dezembro o acordo sobre Berlim deveria sair de qualquer modo, a “coexistência pacífica” vai por água a baixo. A solução dada pelas potências ocidentais, lideradas pelos EUA, foi aumentar consideravelmente as forças militares no lado ocidental de Berlim.<sup>207</sup>

---

<sup>207</sup> Ibidem, p. 270.

1961, dessa forma, também para a Europa, assim como para o Brasil e para a América Latina, seria um ano tenso e belicoso. Ao terminar o fatídico ano, a cidade de Berlim estaria dividida por um muro que separava o lado soviético do lado ocidental. A Guerra Fria dividiria, agora fisicamente, a Europa entre soviéticos e ocidentais.

Entre os ciclos de calma e tensão, os Estados europeus mantêm as conversações e os projetos de ajuda mútua e de criação de um bloco único. Principalmente entre os franceses, os projetos de trocas econômicas e de derrubada de tarifas alfandegárias ganham corpo entre o alto escalão dos governos franceses e alemães, no início dos anos 1950. O gabinete trabalhista britânico via a ideia de bloco europeu com ressalvas, achando que as premissas dessa união poderiam criar uma “Europa dos patrões”. Ainda assim, na Alemanha, na Itália e nos três países do Benelux a reação à proposta foi favorável. Politicamente, os partidários dessa Europa economicamente unida são recrutados nas fileiras da democracia cristã, do socialismo democrático e das diversas formações liberais, ou seja, das organizações políticas que formavam essencialmente as coligações no poder na Europa ocidental daquele período.<sup>208</sup>

A reconstrução pós-guerra da Europa se deu amparada numa profunda intervenção do Estado na vida econômica. Servindo como motor para o crescimento durante os chamados “Trinta Gloriosos” anos, até o início da década de 1970, os Estados destruídos pela guerra inspiravam-se em Keynes, visando assegurar o pleno emprego, lutar contra a inflação e manter o equilíbrio dos pagamentos externos. Em alguns países, essa tradição estatista e a forte influência dos socialistas fizeram com que esse intervencionismo fosse mais longe. Vejamos como exemplo o grande número de nacionalizações na França, imediatamente após o fim do conflito, e no Reino Unido, onde os trabalhistas, vitoriosos após a guerra, nacionalizaram entre 1946 e 1950 o Banco da Inglaterra, os transportes (aéreos, ferroviários, rodoviários e fluviais), parte do setor de energia e a siderurgia<sup>209</sup>

---

<sup>208</sup> Ibidem, p. 252.

<sup>209</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 260 a 263.

Além de uma direção econômica, tal intervenção do Estado se deu, sobretudo, no âmbito social, nas relações entre patrões e assalariados, na fixação de salários mínimos e nas condições de trabalho (duração, pagamentos de benefícios trabalhistas, etc), no desenvolvimento do ensino e na grande novidade do pós-guerra, os sistemas de proteção social que, inaugurados pelos britânicos, passaram a fazer parte das diretrizes da política na Europa central.

Afora os rumos dados pelo tipo de união que os europeus formariam, as tensões geradas pela Guerra Fria geraram mudanças mais profundas, resultando inclusive em alterações de comportamento e em novas relações de poder nas entranhas do mundo ocidental. Obviamente que essas modificações, sintetizadas pelos distúrbios sociais que atingiram a Europa em cheio, no ano de 1968, reverberaram no mundo político, na forma de disputar o poder e nos projetos de nação de todo o oeste europeu.

A Guerra do Vietnã acabou por reproduzir inconformações em relação ao desencadeamento da Guerra Fria e contra si passou a aglutinar setores da juventude que não mais reproduziam a equação anticomunista dos anos 1950 e que sofriam diretamente com as mazelas causadas pelo brutal conflito oriental entre os EUA e o pequeno e pobre país asiático apoiado pelos soviéticos. A contestação em relação à guerra passou, inicialmente, no próprio território estadunidense, a crítica profunda a toda a ordem mundial construída no pós-guerra. Logo em seguida, transbordou as fronteiras nacionais e começou a ser fomentada em grupos revolucionários para explodir no ano de 1968, no seio das universidades europeias.

A República Federal Alemã, sufocada entre os muros soviéticos e o sentimento anti-imperialista crescente, resultado da forte influência dos EUA e a Guerra do Vietnã, foi o teatro inicial do movimento de rebeldia, do final dos anos 1960, no continente europeu. Na Alemanha Ocidental a rejeição ao parlamentarismo e a grande coligação entre democratas-cristãos e sociais-democratas deu um peso político fundamental à inquietação naquela região. O movimento ganhou força sob a liderança de uma organização de esquerda dissidente do SPD, a Federação dos Estudantes Socialistas Alemães (SDS), extremamente ativa em universidades como a de Frankfurt. A Universidade Livre de Berlim, também do lado ocidental, do mesmo modo, agrupou boa parte do movimento, que congregava um contingente muito grande de estudantes que fugiam do serviço militar da RFA. Outro grupo, que em 1967 chegava a 5% da população berlinense, era compostos por estudantes, extremamente politizados, que atravessaram o muro nos anos anteriores e haviam experimentado uma dupla desilusão: “a do comunismo na sua primeira juventude e a do capitalismo à sua chegada a Berlim Ocidental”.<sup>210</sup> Até abril, as convulsões sociais na Alemanha foram profundas. Grupos de esquerda, vinculados principalmente ao SDS, passaram a organizar movimentos e a se confrontar com a polícia, gerando centenas de presos, entre eles, o filho do futuro chanceler do país, Willy Brandt.<sup>211</sup>

Isso posto, a Guerra Fria, e sua transformação até 1968, criou um grupo de pessoas, especialmente jovens, que rejeitavam todos os tipos de conformismos ideológicos. Estes grupos buscavam, acima de tudo, um socialismo “humano” e potencialmente libertário, marcas de um movimento que seria exportado da Alemanha para outros países naquele ano. Por consequência, as conturbações sociais, morais e políticas do final da década de 1960, especialmente, na Europa central, tiveram reverberações políticas muito fortes. A Itália, que passaria por anos de confrontos políticos, e, especialmente, a França que potencializaria o movimento, tornando-o uma insurgência de estudantes e trabalhadores, intensificariam o impacto mundial do fenômeno e deixariam marcas profundas na sociedade ocidental.

---

<sup>210</sup>BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Op.cit.*, p. 297.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 299.

## 4.2 – As flores também são vermelhas: O socialismo democrático europeu

Entendemos o socialismo democrático como corrente do pensamento socialista que apoia as instituições parlamentares ou, em última análise, avalia que o caminho ao socialismo deve ser feito por intermédio dos poderes constituídos pelo Estado democrático burguês. Desse modo, esse grupo defendem a existência de partidos políticos que operam legalmente para atingir tais objetivos.

As origens do socialismo democrático correspondem a noções de socialismo que não possuíam o menor vestígio de defesa de algum tipo de democracia. Tanto Robert Owen quanto Fourier pensavam que a sociedade poderia ser formada a partir de uma comunidade exemplar e a tal reforma social ser inteiramente independente da ação política e da tomada do poder. Neste caso, o socialismo negava a própria política.

Na França, com Luis Blanc, encontramos a definição mais satisfatória do socialismo democrático: para que pudessem ser criados ateliês nacionais destinados a substituir a exploração capitalista, era necessário que o Estado, que deveria garantir o seu funcionamento, fosse previamente transformado através da prática do sufrágio universal e representasse a totalidade da nação.<sup>212</sup>

A formação da I Internacional nos interessa como primeiro movimento internacional de trabalhadores que acabou por aglutinar diferentes projetos socialistas deixando-os, com os debates, evidenciados. Inicialmente, um arranjo entre os trabalhadores franceses e ingleses que possuíam interesses internacionalistas, mas não socialistas. As reuniões da Primeira Internacional passaram a serem ocupadas pelos mais diversos grupos socialistas, entre eles, blanquistas franceses, membros da Associação dos Trabalhadores alemães, muitos destes, seguidores de Lassalle e emigrados alemães, como Karl Marx.<sup>213</sup>

---

<sup>212</sup> DROZ, Jacques. *O Socialismo Democrático*. Luanda: Mulemba, 2014, p.16.

<sup>213</sup> Entre os franceses, a influência de Proudhon predominava. Completamente avessos ao Estado, os proudhonianos defendiam o seu fim imediato, negando assim, qualquer possibilidade de atuação política. Com a influência crescente de Marx, foram inicialmente os proudhonianos que fizeram frente às propostas marxistas durante as reuniões da Internacional. Entre os grupos não socialistas, os principais eram os britânicos, vinculados às *Trade-Unions*, que desejavam uma colaboração internacional entre trabalhadores, mas defendiam que tudo

---

deveria ser feito dentro do Estado de então. As regras liberais eram até mesmo defendidas, pois era por meio delas que os trabalhadores ingleses haviam conquistado algum tipo de direito. Nos debates entre marxistas e *proudhonianos*, os primeiros se aliavam aos *tradeunionistas* para aprovarem suas propostas.

Durante os debates e as decisões, Marx ficaria mais retraído, deixando os trabalhadores decidirem por conta própria. Apenas em dois pontos o filósofo era insistente: a emancipação da classe operária deverá ser produto dos próprios trabalhadores e que a classe operária não poderia permanecer indiferente à conquista do poder político. Era exatamente nessa última questão que residia as desavenças entre o grupo de Marx e os *proudhinianos*, que recusavam a participação em busca da tomada de poder.<sup>213</sup>

Diferentemente da Inglaterra onde a AIT, pequena, não conseguiu gerar grande influencia, no continente europeu a associação participou da política, agindo inclusive em momento críticos como greves e manifestações de trabalhadores. As ações em greves e a aproximação cada vez maior na organização dos trabalhadores faz os reformistas perderem terreno em benefício dos partidários da ação revolucionária, o que ficou particularmente claro nas seções francesas.<sup>213</sup>

Para ÉlieHavely, a Comuna de Paris e os seus debates gerados por ela nos grupos próximos a Marx iniciaram a derrocada da I Internacional. Lassalistas alemães, prodhianos franceses e anarquistas bakunianos passaram a disputar o projeto de comuna. Majoritários, os bakunianos inspiraram a redação do programa da comuna, abandonando a formula jacobina da supremacia de Paris, passaram a reclamar a liberdade de todas as comunas da França. Verificase aqui a adoção de uma linguagem ainda mais bakunianata que proudhoniana assustando os sindicalistas ingleses e os afastando da Associação Internacional de Trabalhadores.

Jacques Droz, por outro lado, não vê no acontecimento de 1870 e 1871 o que motivou a desagregação da AIT, mas sim nas divisões internas da associação. Para o historiador, até o conflito de Paris essas divisões tinham um papel secundário, mas que quando recolocadas nos respectivos contextos nacionais passaram a ser o principal fator desagregador do movimento socialista internacional. Droz afirma que esta divisão estava menos no debate entre marxismo e anarquismo e mais na crítica que os países mediterrâneos faziam em relação a uma suposta “ditadura” do Conselho Geral.<sup>213</sup>

O socialismo da década que se seguiu ao fim da AIT esteve sob forte influencia do anarquismo, somente com o fim da década de 1880 e o reaquecimento do debate em torno dos partidos socialistas nacionais foi que o marxismo voltou a ser hegemônico como movimento de massa. O socialismo pós-1880 seria impossível sem as diretrizes básicas e os debates que foram disseminados pela AIT. Mais do que suas realizações, são suas antecipações, seus impulsos, que devem ser valorizados.

A II Internacional surgiu no final da década de 1880. Desde o início da década as discussões sobre a reorganização da Internacional vinham sendo feitas por intelectuais e sindicalistas que desejavam reagrupar o marxismo internacional e refundar uma organização continental de trabalhadores. Tal empreitada se prolongou durante vários anos, pois o problema inicial era o de formar partidos nacionais fortes e, além disso, a tentativa de dar o mínimo de coerência ao plural movimento de ideias socialistas que levou a I Internacional à decadência. Ainda assim, o marxismo triunfou em apenas dois partidos nacionais, o alemão e o austríaco, encontrando rivais fortes entre os socialistas franceses e as tradições sindicais inglesas.

A Segunda Internacional foi fundada em Paris, em 1889, com o intuito de organizar uma espécie de federação de partidos nacionais. A negação durante sua primeira reunião em montar uma organização rígida demonstrava a preocupação com as críticas dos “antiautoritários” que provocaram fortes dissidências durante a primeira experiência da Internacional. Formada como uma federação de sindicatos, partidos e de grupos nacionais autônomos, a nova Internacional se recusou a atribuir uma estrutura centralizada e apenas previa congressos a cada três anos que se designariam “futuros parlamentos do proletariado”.<sup>214</sup>

Com a crescente tensão inraimperialista que passou a ocorrer na Europa, a aparente contradição existente entre a adoção de partidos nacionais de trabalhadores e um movimento internacional de proletários acabou se tornando fundamental. Junto a isso, outro problema de fundo passou a tomar conta dos debates socialistas internacionais: a divisão do movimento entre uma direita revisionista e reformista, a qual a direção dos partidos, mesmo querendo-se ortodoxos e marxistas, faz concessões cada vez mais significativas, e uma esquerda, heterogênea, é verdade, mas que proclama a sua fidelidade à tradição revolucionária.

Em 1914, a Internacional Socialista, principalmente, a social-democracia alemã, passou a defender a união internacional dos trabalhadores contra a guerra, inclusive com recurso à greves gerais em defesa da paz. Com as relações tensas, o governo imperial alemão preparou rapidamente medidas com o intuito de limitar o direito à greve e proibir o boicote. Demorando em perceber o perigo eminente do conflito, os sociais-democratas acabaram se convencendo do desejo de paz do governo e colocaram a possibilidade de greve geral em segundo plano. Assim, mesmo votando contra os créditos militares, parte dos

---

<sup>214</sup> DROZ, Jacques. *Op.cit.*, p.154.

socialistas europeus abraçaram o sentimento nacionalista e “recusam-se a abandonar suas pátrias na hora do perigo”.<sup>215</sup>

Evidentemente que grande parte dos representantes da Internacional ainda eram contra o conflito, outros ainda acreditavam que haveria uma saída negociada para a guerra, porém os líderes socialistas nos parlamentos europeus acabaram hesitando entre a união internacional dos trabalhadores e o sentimento nacional e, naquele momento, popular. O início da guerra passou a dividir os já divididos socialistas europeus.

Dando sinais evidentes de falência, a Segunda Internacional ainda procurava se manter ativa, convocando reuniões e, em último caso, procurando ser o baluarte do pacifismo europeu. Apoiada agora nos cambaleantes socialistas holandeses e escandinavos, neutros no conflito, a Internacional Socialista ainda procurou uma reorganização em torno de um pacto pelo fim da Grande Guerra, após o início da Revolução Russa, e um acordo entre Rússia e Alemanha pelo fim do conflito. A Conferência de Estocolmo acabou sendo uma tragédia para a Internacional. Vista como uma armadilha dos alemães, a reunião acabou boicotada pelos socialistas dos países aliados e significou o último suspiro da Segunda Internacional Socialista.

Portanto, se o nascimento da Guerra foi um golpe certo no movimento socialista internacional, a Revolução de Outubro foi o “tiro de misericórdia”. A divergência fundamental do socialismo europeu, dividido entre o reformismo e o revolucionarismo, praticamente deixara de existir, quando o movimento à esquerda passava a ter com o movimento bolchevique uma forte referência e um horizonte a seguir. Ou seja, se os revolucionários tinham um horizonte, os reformistas possuíam agora um modelo a criticar. Com a Revolução de 1917 a tomada de posição no debate central entre reformistas e revolucionários era imprescindível.

Não demorou para os partidos socialistas nacionais posicionarem-se em relação ao movimento russo. Na França, os socialistas, inicialmente, viam a revolução com entusiasmo, passou aos poucos para uma avaliação neutra, ou mesmo, para a acusação de que o que se passava na Rússia era uma ditadura. Ainda mais críticos à Revolução foram os britânicos. Apesar de grupos à esquerda do *Independant Labour Party*, das *Trade Unios* e do *British Socialist Party* se pronunciarem favoráveis à “ditadura do proletariado” e pela formação

---

<sup>215</sup> Ibidem, p.175.

de conselhos, a maioria dos membros dos partidos interpretava o regime dos Sovietes como uma ditadura terrorista<sup>216</sup>

O caso italiano era diferente. Neutros desde o início do conflito, os socialistas italianos em sua maioria viram a Revolução Russa com algo positivo e em setembro de 1918 aprovam no Congresso de Roma a rejeição de qualquer transformação no Estado existente e preconizaram a instalação de uma república socialista.

A formação do *Komintern* e da Terceira Internacional e as vinte e uma condições para a entrada no bloco consolidam a divisão no movimento socialista internacional, um erro político para alguns analistas históricos.<sup>217</sup> O período entre 1918 e 1920 foi o período durante o século XX em que a revolução não pareceu irrealista. Não por acaso, a grande maioria dos partidos comunistas surgiram nesse período. Com a virada de década a efervescência dos trabalhadores europeus passara e nem reformas e, muito menos, revoluções foram possíveis.<sup>218</sup>

Contudo, com a criação do *Komintern* o movimento socialista internacional teria outro estágio organizativo. Se a Primeira Internacional praticamente não tivera existido, a Segunda Internacional fora um pouco mais que um gabinete de informações e debates, a Terceira Internacional tornou-se, graças a sua ligação com um autêntico Estado, a única organização internacional da esquerda realmente organizada.<sup>219</sup>

Desse modo, com a consolidação do marxismo leninismo, como proposta política e a formação do *Komintern*, como organização internacional socialista, o socialismo europeu dividiu-se definitivamente entre os comunistas modernos, revolucionários e os reformistas, ainda vinculados aos antigos partidos socialistas que agora ao criticar o bolchevismo e o Estado soviético passavam cada vez mais à direita.

---

<sup>216</sup> Ibidem, p.184.

<sup>217</sup> HOBBSAWM, Eric. Op.cit .p.69.

<sup>218</sup> SASSOON, Donald. *Cem anos de socialismo: a Esquerda Europeia Ocidental no Século XX*. Lisboa: Contexto, 2001, p. 63 e 64.

<sup>219</sup> Ibidem, p. 64.

Com o que sobrou dos partidos socialistas ainda reformistas ou democráticos, ficavam duas grandes questões de fundo: as responsabilidades dos partidos socialistas frente à guerra e a atitude a ser adotada em relação ao bolchevismo. Após reuniões e diversas tentativas de reformulação da associação internacional, aproveitando as boas disposições da Terceira Internacional que propunha a frente única com os socialistas, o social democrata Friedrich Adler tomou a iniciativa de reunir na cidade de Berlim em 1922 as internacionais existentes. A reunião foi trágica, após o início do debate os socialistas passaram a exigir garantias por parte dos comunistas, em seguida, o congresso transformou-se num requisitório contra a Terceira Internacional. A ruptura mostrava-se definitiva.<sup>220</sup>

Não obstante, o resultado trágico da última tentativa de aglutinação do socialismo mundial trouxe a possibilidade de agregação entre os socialistas democráticos, após 1923, na Internacional Operária Socialista (IOS) e um contato próximo com a Internacional Sindical, que havia sido fundada em 1919. A inclinação das entidades obviamente partia da hostilidade em relação ao regime bolchevique, mas, apesar disso, faziam questão de se manifestarem contrários a qualquer intervenção das potências capitalistas nos negócios internos da Rússia e, além disso, mantinham uma ideia central anticapitalista e a crença no futuro socialista.

O despedaçamento definitivo dos socialistas europeus viria com a ascensão do fascismo. Suas avaliações do fascismo, em geral, não diferiam muito das feitas pelos comunistas. Tratava-se de um último suspiro de um sistema moribundo e de uma classe condenada. O social-democrata austríaco Otto Bauer, relator de tal interpretação no Congresso de Viena, chegou mesmo a professar um remédio: era necessário que a Internacional se dirigisse aos países capitalistas para que estes socorressem a economia alemã, sem pedir contrapartidas, estancando a extrema direita. Porém tal saída para a crise fascista não pôde ser aprovada no congresso. Tal solução requeria a tomada de posição da social-democracia alemã em favor do governo Brüning. As divergências políticas entre a social-democracia alemã e o governo impediam que os representantes alemães no congresso apoiassem a solução, mesmo após Leon Blum e Bauer defenderem que a Alemanha não estava entre Brüning e a social democracia e sim entre esta e Hitler.

---

<sup>220</sup> DROZ, Jacques. *Op.cit.*, p.209.

O fascismo ascendeu. Como solução ao agravamento do problema político, os socialistas europeus mergulharam novamente nos seus debates. A saída ficaria agora em torno de posicionamentos internacionais que levavam em conta a situação soviética. Com isso, era claro que os socialistas europeus precisavam se definir entre a ruptura total com os comunistas e o fortalecimento das democracias nacionais, a tática revolucionária e a tomada do poder sobre a inspiração do *Komintern* ou uma visão intermediária que visava uma reaproximação sem perder seus princípios socialistas democráticos. Ao avaliar incorretamente o fascismo, os líderes socialistas europeus cometeram erros parecidos aos cometidos em 1914. Ao ver o fascismo como uma forma de capitalismo decadente, não o viram como um movimento de massas sem precedentes na história e acabaram, assim como no início da Primeira Grande Guerra, pondo fim ao próprio movimento internacional.<sup>221</sup>

Portanto, com o crescimento das soluções de extrema direita pós-guerra, o socialismo europeu, sem conseguir dar as devidas respostas populares para os problemas sociais do período entra em profundo desmantelamento. O socialismo italiano, derrotado politicamente com a Primeira Guerra, passava a ficar, assim como os outros partidos socialistas nacionais, enclausurado na polêmica em torno das duas vias que lhe eram oferecidas: a da revolução violenta, inspirada pela Revolução de Outubro e o reformismo parlamentar, em colaboração com os partidos burgueses. O Congresso de Livorno em janeiro de 1921, com a vitória de uma facção intermediária, que defendia a solução comunista, sem o afastamento da corrente reformista, provocou a cisão do socialismo italiano, com o fim definitivo da solução parlamentar em 1924, após a falsificação das eleições e o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti.<sup>222</sup>

---

<sup>221</sup> Ibidem, p.212.

<sup>222</sup> Ibidem, p.227.

Na Alemanha a situação era ainda mais dramática. Acreditando fundamentalmente que a “Alemanha não era a Itália”, a esquerda alemã passou a digladiar-se internamente, através do crescimento dos comunistas que declaram os social democratas seus principais inimigos e não os fascistas. Os sociais-democratas, por sua vez, hesitam em tomar posição de defesa do governo Brüning, o fazendo na primavera de 1930 e passando a abandonos cada vez mais alargados e a humilhações que provocam ainda mais oposição dos comunistas. O fim chegou em 1933 quando foi votada no *Reichtag* a proposta de plenos poderes a Hitler. Com comunistas excluídos do parlamento, somente os sociais-democratas votam contra o esquema político já consolidado pela extrema direita.<sup>223</sup>

Com a experiência italiana, a decadência da social-democracia alemã e o perigo hitlerista, a esquerda francesa fomentou a criação da Frente Popular. Ainda com fortes dissidências e profundas críticas de lado a lado, os socialistas franceses apoiados por comunistas, mantém a ligação com a classe operária e elevaram Leon Blum a presidência do Conselho de Ministro por três vezes, nos anos que antecederam a Segunda Grande Guerra. A estratégia de “ocupação de poder” tinha para Blum o objetivo de impedir a ascensão do fascismo na França.<sup>224</sup> Entre tentativas de aglutinação política, até mesmo com republicanos e partidos burgueses, os socialistas franceses e a Frente Popular vão perdendo espaço nos anos que antecedem sua destruição final pela invasão nazista, passando por crises que prejudicaram ainda mais a unidade com comunistas, como a Guerra Civil espanhola, a desvalorização da moeda e as fortes crises sociais e econômicas.<sup>225</sup>

---

<sup>223</sup> Ibidem, p.240.

<sup>224</sup> SASSOON, Donald. *Op.cit*, p. 95.

<sup>225</sup> DROZ, Jacques. *Op.cit*, p.270 a 274.

O crescimento do fascismo continental também provocara discussões entre os trabalhistas, socialistas e comunistas britânicos em torno de uma aliança antifascista. Se a resistência ao fascismo havia se tornado um tema caro, os métodos para essa reação não eram unânimes. Aglutinados em torno da Liga Socialista, comunistas e socialistas britânicos tentavam construir uma unidade inspirada no caso francês. Para a infelicidade do grupo, que chegou a propor um pacto entre França e União Soviética e a união de todos antifascistas, criticando a indulgência do governo conservador britânico, o *LabourParty* não estava disposto a ir tão longe. Não admitindo as pretensões da Liga, os trabalhistas expulsaram o grupo do partido em 1937, provocando sua imediata dissolução.

Os pequenos e frágeis momentos de alianças antifascistas também podem ser explicados pelo pacto Germano Soviético de 1939. Em um momento em que a influência comunista crescia em todo o continente, o acordo de não agressão entre a União Soviética e a Alemanha nazista provocou fortes abalos entre comunistas e simpatizantes. Tanto a França quanto a Inglaterra são exemplos de como o pacto enfraqueceu a posição dos comunistas entre as esquerdas, em um momento em que a luta antifascista parecia, depois de muito tempo, voltar a unir os grupos progressistas. O socialismo escandinavo, muito influente no pós-guerra, só teve tal magnitude futura no socialismo europeu porque manteve uma história completamente diferente do que ocorreu no continente europeu e na Grã Bretanha. Uma industrialização tardia, a existência de partidos burgueses consolidados, provocando uma unidade entre reformadores e radicais e a dificuldade em chegar a maioria no parlamento provocou na Suécia, Dinamarca e Noruega um domínio da social-democracia, criando um bloco de pensamento social que praticamente excluiu o debate em torno da luta de classes. Com exceção da Noruega, onde a ideia de ação revolucionária despertou a atenção do partido socialista e conduziu-o por certo período para a Terceira Internacional, a Escandinávia foi território dos reformistas. Evoluindo suas hostes partidárias longe dos proletários, os sociais-democratas escandinavos vincularam-se primordialmente entre os agricultores e apoiavam-se na ideia, também defendida pela social-democracia alemã, de partidos acima das classes. Na verdade, em certo momento, um líder socialista norueguês, chamado P. Elster, chegou mesmo se indagar: realmente seria necessário “travar a construção do socialismo”?<sup>226</sup> A social-democracia, nesse aspecto, aproximava-se já nesse período, da noção supraclassista do trabalhismo brasileiro, nesse período, como já vimos, completamente alinhada à figura de Getúlio Vargas, em um Brasil recém-saído do regime autoritário estadonovista.

---

<sup>226</sup> DROZ, Jacques. *Op.cit.*, p.270 a 319.

Na Europa continental, durante a Segunda Grande Guerra, o socialismo se confundia em grande medida com a própria resistência. Líder do socialismo francês, Blum foi uma das principais figuras desse movimento de reformulação do socialismo. Preso, vai promover um exame de consciência e chegar à conclusão que o socialismo francês havia sido corroído pelo reformismo e pelo oportunismo, não sabendo dar a devida liderança aos movimentos dos trabalhadores. Dessa forma, com a visão de que a burguesia francesa seria a grande responsável pela derrota do país durante o conflito, somente um socialismo inteiramente renovado, sob a égide de um grande partido supraclassista poderia dar novas esperanças de um futuro mais solidário e humano não só ao povo francês, mas para toda a humanidade.

Leon Blum ainda afirmava da prisão que isso só ocorreria quando as divisões entre as esquerdas acabassem. Era aí que residia o grande problema. Com fim da guerra, ficaria claro que a maior resistência havia sido formada pelos comunistas e que tal unidade não seria possível sem que os apoiadores da Terceira Internacional tomassem a frente do debate.

Era assim que se desenhava a reconstrução da esquerda europeia após 1945. A paz na Europa destruída era mantida sob a influência de estrangeiros. A força da URSS na Europa e sua ocupação lhe dava uma situação inigualável no pós-guerra. Da mesma maneira, assim como crescia a influência militar e ideológica dos soviéticos no continente, a direita europeia caía em total descrédito popular, preocupando ainda mais os líderes dos países aliados ao final da guerra.<sup>227</sup>

---

<sup>227</sup> REMOND, Rene. *O Século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo, Cultrix, 1976, p. 143 a 147.

Ainda durante o conflito, foram estabelecidos contatos por membros do *LabourParty*, pertencentes ao governo Churchill para a reorganização da Internacional Socialista.<sup>228</sup> Esta, seria ao mesmo tempo uma possibilidade de fortalecimento de novas lideranças políticas da esquerda continental e um polo de resistência ao avanço do comunismo e seus simpatizantes. Em 1951, já com a Alemanha dividida em dois estados, sob a influência das potências antagônicas da Guerra Fria, o lado ocidental, representado pela Alemanha Federal, compartilhou do projeto inglês e o seu partido social-democrata passou a tomar a frente da formação dessa Internacional Socialista renovada e anticomunista.<sup>229</sup>

Organizada, a nova Internacional só aceitaria membros da OTAN, declaravam pertencer ao “Mundo Livre”, reforçando a crença no Estado democrático e seu principal inimigo não seria o imperialismo, mas sim, o comunismo stalinista. Os partidos que passaram a fazer parte dessa internacional, do ponto de vista de recrutamento social, estavam cada vez mais ligados a setores de classe média, ou seja, passavam a ser partidos de empregados e funcionários, afastando-se da classe operária.

Do ponto de vista ideológico, o socialismo europeu se distanciava do marxismo, considerado uma forma útil de análise social, porém, ultrapassado como projeto social. Esse aspecto vai influenciar fortemente o socialismo português, que na véspera da Revolução vai definir o seu marxismo apenas como uma ferramenta de análise socioeconômica e encarar a “aventura revolucionária” como um erro do passado.

Outra característica desse revigoramento socialista se deu com a aproximação do seu projeto ideológico com setores progressistas da Igreja. Uma espécie de revigoramento do passado romântico que trazia novamente para as fileiras socialistas membros de movimentos cristãos que reconheciam a necessidade de reformas sociais.

---

<sup>228</sup> No imediato pós-guerra, a maior força do socialismo europeu, como fica claro, estava no partido trabalhista inglês. Pertencentes ao gabinete de coalizão nacional de Churchill, os trabalhistas puderam se preparar para o poder de dentro dele. Tomando a frente do parlamento após 1945 ficaram no poder até o ano da reconstrução da Internacional sob sua liderança em 1951.

<sup>229</sup> DROZ, Jacques. *Op.cit.*, p.339.

Ainda assim, todos os partidos possuem setores internos polarizados. Direitas e esquerdas bem claras: uns dão identidade e personalidade ideológica, mesmo em minoria, reclamam para si a herança marxista e insistem que a ruptura com o mundo comunista será prejudicial à classe trabalhadora, outros, majoritários, são basicamente homens políticos dispostos a alianças e compromissos que os aproximem cada vez mais do poder.<sup>230</sup>

O partido que mais nos ajuda a compreender esse processo é o Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Com a experiência do Terceiro Reich, de um lado e um regime comunista repressivo, do outro, os alemães da República Federal mostravam um recuo das ideias “radicais”, o que acentuou os efeitos de uma crescente afluência e da homogeneização social que enfraqueceram as identidades de classe na maior parte dos países ocidentais.<sup>231</sup> Principalmente após 1952, o SPD começou a abandonar sua antiga orientação marxista para um projeto mais eclético. Deixou de ser o “partido dos trabalhadores” para tornar-se o “partido do povo”. Tal transformação teve três dimensões básicas: uma programática, uma organizacional e, por último, uma eleitoral. Abandonou a herança marxista para enfatizar um conjunto de fontes para o socialismo democrático no seio da ética cristã, da filosofia clássica e da tradição humanista.<sup>232</sup>

Organizacionalmente, o partido social democrata alemão modernizou-se e centralizou sua estrutura, estreitando o campo da democracia interna, objetivando uma forte mobilização eleitoral. Assim uma cultura de “comunidade solitária” e o recrutamento eleitoral do SPD ampliou-se na direção de profissionais liberais e “colarinhos brancos” da nova classe média.<sup>233</sup>

---

<sup>230</sup>Ibidem, p.342.

<sup>232</sup>PADGETT, Stephen; PATERSON, Willian. Alemanha: estagnação da esquerda. In: ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 144.

<sup>233</sup>Ibidem, p. 145 a 150.

Assim como no caso do trabalhismo britânico, o revisionismo do SPD era essencialmente determinado por uma sequência de derrotas eleitorais. O inimigo, deixando de ser o capitalismo em geral, passava a ser um capitalismo não regulado, de *laissezfaire*. Como afirmava Richard Crossman, um pensador trabalhista do período, os socialistas não estavam em posição de mapear a nova via para o socialismo, seu revisionismo seria um realinhamento das doutrinas políticas com as novas realidades prevaletentes. No caso alemão, os socialistas se aproximaram inclusive dos liberais, questionando as nacionalizações e passando para o lado dos conservadores quando as questões de ordem econômica eram votadas no parlamento.<sup>234</sup> Enquadrados perfeitamente no capitalismo reformado do pós-guerra, os partidos socialistas europeus passavam a buscar seus objetivos apoiando-se em uma economia capitalista forte e criadora de riqueza. Para os movimentos trabalhistas e socialistas europeus um capitalismo reformado que reconhecesse a importância da classe trabalhadora e das aspirações sociais democratas bastava.<sup>235</sup>

A característica fundamental de todo o revisionismo dos partidos europeus era a desproletarização. Como no caso alemão, em que durante toda a década de 1950 o partido buscava afastar-se da ideia de partido dos trabalhadores, chegando, ao final da década, a se identificar como “partido das pessoas”. Da mesma maneira, o restante dos partidos socialistas europeus também tinha a aproximação com a nova classe média como objetivo fundamental. Tal visão era contextualizada eleitoralmente não pela diminuição da classe trabalhadora, o que definitivamente não ocorreu, mas, sobretudo, pela modificação da estrutura de classe com uma forte redução das camadas rurais e um inchaço das classes médias.<sup>236</sup>

Nos países onde os partidos socialistas tinham vida eleitoral mais tranquila o revisionismo foi menos profundo. No caso dos partidos da Escandinávia, também muito influentes no futuro da Internacional Socialista, o debate eleitoral e a busca por votos não alterou os programas e a simbologia dos partidos socialistas e os manteve, pelo menos oficialmente, como partido de trabalhadores.

---

<sup>234</sup> SASSOON, Donald. *Op.cit*, p. 344.

<sup>235</sup> HOBSBAWM, Eric. *Op.cit*, p. 267.

<sup>236</sup> SASSOON, Donald. *Op.cit*, p. 346.

Obviamente que a tarefa de desproletarização era mais fácil nos países onde o Partido Comunista tinha pouca influência, como no caso alemão. O partido socialista francês e, principalmente, o italiano, tinham, na estreita aproximação com os partidos comunistas, uma amarra para revisionismos, pelo menos até 1956. Até o Vigésimo Congresso do PCUS os impulsos reformistas dos comunistas ocidentais eram contidos por Moscou. Porém o momento para a reformulação das políticas dos partidos comunistas europeus se deu com o relatório de Nikita Kruchchev, em fevereiro de 1956.

Assim, no caso francês e italiano, onde os partidos comunistas mantinham forte influência eleitoral e política, não foram os insucessos eleitorais que provocaram o afastamento da política dos socialistas com o marxismo e a retórica classista, e sim, debates de ordem política e econômica travados com comunistas.<sup>237</sup> Na França, a Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO) defendia que não houvera pauperização dos trabalhadores durante o pós-guerra, posição contrária a defendida pelo Partido Comunista Italiano (PCI) e que acabara por distanciar tais partidos. Já na Itália, o relatório de Kruchchev e a invasão da Hungria tornaram definitiva a ruptura entre socialistas e comunistas, deixando o terreno livre para que o revisionismo socialista atravessasse os Alpes e mergulhasse na bota.

Porém, mesmo mergulhado em reformas, o socialismo europeu não resistiu impune ao final da década de 1950. Os diversos casos de governos liderados pelos partidos socialistas na Europa deixaram evidente para o seu eleitorado e, principalmente, para a classe trabalhadora o pragmatismo do exercício do poder. No caso do PFIO, o partido manteve-se curiosamente fiel, na teoria, à doutrina marxista, inclusive fazendo referências à ditadura do proletariado, porém, no governo, mostrava-se completamente despojado de conteúdo socialista. Apesar de algumas reformas trabalhistas importantes, quando assume o governo, em 1956, o partido, sob a liderança de Guy Mollet, promoveu uma escalada da guerra na Argélia e enfiou-se de cabeça no conflito perdido de Suez. Depois de 1957 o partido vai entrar em profunda decadência política e vai acompanhar o regresso de De Gaulle, inclusive aceitando a participação no governo depois de um momento de antagonismo e oposição.<sup>238</sup>

---

<sup>237</sup> Ibidem, p. 362 a 365..

<sup>238</sup> SASSOON, Donald. *Cem anos de socialismo: a Esquerda Europeia Ocidental no Século XX*. Lisboa: Contexto, 2001, p. 369 a 371..

O Caso francês é emblemático da crise vivida pelos socialistas no final da década. No final deste período, a Europa Ocidental ficaria dominada pela democracia-cristã e por várias formas de “conservadorismo iluminado”, como no caso da França. As diversas tentativas de revisão das plataformas socialistas eram sintomas óbvios de uma profunda crise de direção: mesmo em suas melhores formas, o revisionismo só conseguia se manifestar pela negativa, procurando abandonar sua bagagem ideológica que, para muitos, tinham tornado o socialismo disfuncional.

Donald Sassoon avalia que no caso francês, o socialismo enfraqueceu quando esmagado, de um lado, pelo nacionalismo gaullista e, de outro, pela força do Partido Comunista. Tal constatação talvez nos ajude a pensar o caso do socialismo brasileiro e as tentativas de crescimento do PSB. A história do socialismo brasileiro esteve sempre marcada pelas pressões do nacionalismo getulista e pelo domínio do PCB. O tom socialista brasileiro, sempre minoritário, foi, durante toda a sua história, a ligação com o trabalhismo e/ou com o comunismo, deixando, assim, o projeto socialista sempre em segundo plano na política nacional. É exatamente esse espaço que o trabalhismo vai procurar ocupar no final da década de 1970.

Chegada a década de 1960 e os distúrbios sócios culturais que dela emergiram, o socialismo não se via preparado para dar respostas devidas à sociedade. Despreparado para enfrentar as implicações estratégicas do renascer da militância da classe trabalhadora, assustado com o novo radicalismo representado pelo movimento feminista, surpreso com o renascimento de um marxismo acadêmico revigorado, os socialistas ainda abalados pelos insucessos eleitorais e a manutenção de uma aparente imutabilidade do crescimento capitalista do pós-guerra respondiam com mais reformismo.

A maioria verdadeiramente reformista do movimento socialista comportou-se de acordo com as regras do jogo e, ao lado do “consenso conservador”, segundo o qual o sistema político não exigia reformas estruturais, acreditava apenas em uma maiorafinação nas políticas econômicas. Foi assim que, diferente dos anos 1950, o socialistas começaram a obter um maior sucesso eleitoral na década seguinte. Próximos dos sindicatos, aplacando-os e controlando-os, o movimento socialista conseguia vitórias importantes, aproveitando a curva descendente do ciclo econômico e o pretexto de reencaminharem o sistema capitalista para o rumo do desenvolvimento.<sup>239</sup>

Nos anos 1960, a dicotomia entre socialismo e capitalismo parecia ter saído dos debates políticos. Tanto esquerda quanto direita debatiam sobre a forma de organização da sociedade capitalista. Assim poderíamos avaliar que os partidos de esquerda europeus estavam cada vez mais satisfeitos com a organização do sistema político. Alinhados perfeitamente ao status quo, os sociais democratas pareciam concordar com a afirmação de Lenin de que o Estado democrático seria a melhor estrutura política para o capitalismo e o caminho mais curto para o socialismo. A diferença parecia residir em que os socialistas europeus “não desejavam livrar-se de uma carapaça tão confortável e não viam qualquer vantagem na revolução”.<sup>240</sup>

---

<sup>239</sup> Ibidem, p. 383.

<sup>240</sup> SASSOON, Donald. *Cem anos de socialismo: a Esquerda Europeia Ocidental no Século XX*. Lisboa: Contexto, 2001, p. 391.

### 4.3 – Os cravos sem espinhos: O socialismo português e a Revolução de 1974

Desde meados da década de 1930, sob uma ditadura que mesclava traços militaristas e roupagens civis, Portugal se libertaria das amarras autoritárias, em abril de 1974, na chamada Revolução dos Cravos. O socialismo português, antes confinado a debates entre exilados pela Europa, passou a organizar-se no final da década de 1960. Uma desgastante guerra colonial iniciada em 1961 provocou um frequente descontentamento popular e um esforço de guerra que estraçalha a economia já decadente do Estado português.

Nesse ínterim, os projetos políticos sufocados pelo autoritarismo salazarista passam a buscar novamente espaço, mesmo que o ambiente ainda fosse externo. Nesse empenho organizativo, a Ação Socialista Portuguesa (ASP) passou a espalhar núcleos pelo mundo. Em 1967 inaugurou-se em São Paulo e Rio de Janeiro grupos vinculados à ASP que são reanimados no início de 1970.<sup>241</sup>

A política internacionalista é um fator propulsor da organização, e o aprofundamento das relações com os “partidos irmãos” é o centro das atividades dos socialistas que passaram a dialogar com o Partido Socialista Italiano, com o Partido Social Democrata Sueco, o Partido Social Democrata Alemão, o Socialista Suíço, o francês e o Trabalhista Inglês.

Com o contato, os apoios também passam a vir das mais diferentes formas. Auxílio financeiro por parte dos suecos e alemães, ou ajuda política e técnica nos casos dos outros principais partidos europeus. Em 1966 a ligação da ASP passou a ser diretamente com a Internacional Socialista, culminando com a aceitação do grupo no XII Congresso da organização, realizado em Viena, entre 26 e 29 de junho de 1972.<sup>242</sup>

---

<sup>241</sup> MARTINS, Susana. A fundação do PS em 1973. In: CANAS, Vitolino. (org.) *O Partido Socialista e a Democracia*. Oeiras: Celta, 2005, p. 5. P. 34.

<sup>242</sup> MARTINS, Susana. A fundação do PS em 1973. In: CANAS, Vitolino. (org.) *O Partido Socialista e a Democracia*. Oeiras: Celta, 2005, p. 35.

Entre outros fatores, a motivação principal para a transformação da ASP no Partido Socialista foi a “necessidade de consolidar a posição dos socialistas portugueses no teatro internacional. Acima de tudo na Internacional Socialista (IS), organização que haviam sido aceitos como membros de direito em 1972, no pressuposto da sua partidarização num futuro próximo”.<sup>243</sup>

Com a Revolução de 1974 o Partido viu-se obrigado “a um verdadeiro salto de fins estratégicos”, com inevitáveis consequências no plano ideológico e programático. Com isso, viu-se a supremacia da tradição liberal e do socialismo reformista sobre a influência do neomarxismo.<sup>244</sup> No relatório apresentado por Mario Soares, no Congresso do Partido Socialista, em 13 de dezembro de 1974, o líder afirmou que:

No plano ideológico, temos insistido em que há três componentes originários principais no nosso Partido: os que reclamam do socialismo humanista, que teve Antonio Sergio um dos seus grandes expoentes portugueses; os que se reclamam do marxismo – entendido este não como um catecismo, mas como essencialmente um método de análise; e os que se reclamam do humanismo cristão, vindos ao socialismo após a Revolução sofrida nos últimos anos pelas igrejas católica e protestante.<sup>245</sup>

As ligações com o trabalhismo brasileiro mostram-se na relação com o cristianismo e no afastamento do marxismo. Mais a frente, o secretário geral do partido português falaria sobre o “socialismo em liberdade”, expressão que veremos na Carta de Lisboa de 1979, produzida pelos trabalhistas brasileiros. Mario Soares indica que o “socialismo em liberdade” seria “uma meta por que lutam milhões e milhões de seres humanos, na Europa e no mundo, procurando abrir caminho, de forma original, para atingir o socialismo com rosto humano”.

---

<sup>243</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>244</sup> CANAS, Vitalino. O OS: que partido é? In: CANAS, Vitolino. (org.) O Partido Socialista e a Democracia. Oeiras: Celta, 2005, p. 5.

<sup>245</sup> RELATÓRIO DO SECRETARIO GERAL MARIO SOARES AO CONGRESSO DO PS. 13/12/1974.

O socialismo “em liberdade” é uma referência contrária ao modelo aplicado no Leste europeu e na União Soviética. Como já vimos, as experiências da social-democracia e dos socialistas democráticos se fortalecem quando passam a utilizar do imaginário anticomunista em todo o mundo. Não foi diferente em Portugal, pelo contrário, no país ibérico, as forças socialistas aparecem como uma aposta moderada para conter o avanço dos comunistas no domínio do Estado português.

Apresentando-se como um partido moderado, o PSP só conseguiu um mínimo de implantação e funcionamento nesta conjuntura de crise, com o apoio financeiro e de formação de quadros, não só das organizações internacionais da “família política” europeia da qual fazia parte, mas também por parte da administração estadunidense.<sup>246</sup>

Assim, a “opção europeísta” dos socialistas portugueses foi o símbolo disponível para as elites democráticas darem uma clivagem moderna e legitimarem a nova origem interna depois de um período de ruptura conflituoso dentro de Portugal. Deixando para trás as alternativas de cunho socialista radical e terceiro mundistas, disponíveis naquele momento no cenário político mundial, os socialistas portugueses passaram a hegemonizar a política nacional pós-revolucionária.

O socialismo português, assim como vimos de forma geral na história dessa corrente política, passou a representar alternativa moderada para a saída de crise política profunda pela qual passava Portugal nas últimas décadas.

Vistos internacionalmente como a solução para os “radicalismos”, os socialistas voltavam a fazer o papel de apaziguadores de crises e contenção do comunismo do leste. Obviamente que isso nos interessa profundamente. O socialismo português não só irá abrir as portas da Internacional Socialista para o trabalhismo brasileiro, como vai integrar tecnicamente e em formação política o grupo trabalhista que foi à Europa em busca de apoio financeiro e político para a reconstrução do partido.

---

<sup>246</sup> PINTO, Antonio Costa. O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa. Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº5, Abr/Jun, 1999, p. 205.

Como veremos, os quadros socialistas europeus tiveram um papel fundamental nas negociações e na logística para a organização do **trabalhismo**. Os cravos nascidos na primavera de 1974 em Portugal ajudariam a cultivar as rosas brasileiras, ainda que importadas, tais flores teriam vidas próprias, entre espinhos e arranhões.

## Capítulo 5 OS CRAVOS E AS ROSAS

Uma cultura política renovada entre conflitos, interesses e projetos.

Em abril de 1978 o jornal *Anistia* apresentava um Portugal dos exilados brasileiros. Após 1974 com a abertura política portuguesa e o clima de euforia revolucionária que tomou conta do país lusitano, Portugal tornou-se o destino favorito dos políticos brasileiros que estavam banidos, cassados e exilados do seu país durante a ditadura brasileira.

Exílio. Volta? Exílio. Tristeza. Alegria. Tristeza. Saudade. Difícil. A volta? A maior parte dos exilados, sem dúvida, tem sua vida voltada para a perspectiva de regresso. Uns mais, outros menos, dependendo as vezes da sua menor ou maior integração social, profissional e econômica. Em Portugal, do ponto de vista subjetivo, a vida oferece facilidade. A mesma língua, uma enorme solidariedade, a grande receptividade ao brasileiro. E ainda a paisagem de Lisboa, que bem lembra Ouro Preto ou Salvador. Além do feijão preto, da carne seca que se encontra no supermercado, do frio mais ameno e tanta coisa. Se pensarmos nos exilados da Suécia, Portugal seria quase um paraíso de calor (humano e climático) para os brasileiros.

Em Lisboa, também é farta a informação sobre o Brasil. E os ventos de mudança logo ressoam lá, revolvendo a comunidade de asilados. De repente, por exemplo, a volta entrou na ordem do dia.<sup>247</sup>

O golpe de 1964 havia tirado de cena uma grande quantidade de políticos trabalhistas e comunistas brasileiros que banidos acabaram se direcionando principalmente aos países vizinhos. Membros do Partido Trabalhista Brasileiro, então no governo, tiveram que sair às pressas do Brasil, assim como as principais lideranças comunistas e trabalhistas que, como já vimos, pressionavam o governo Jango à esquerda. Darcy Ribeiro e Leonel Brizola estavam nessa primeira leva de exilados.

---

<sup>247</sup> *AMNISTIA*. Lisboa. Abril de 1978, p. 43.

Uma segunda onda de exilados surgiu após 1968. Com a guerrilha urbana, a proliferação de grupos da esquerda armada e após o Ato Institucional número cinco, passou a crescer consideravelmente a quantidade de exilados brasileiros entre jovens universitários. Estes, encontraram no Chile de Salvador Allende, entre 1970 e 1973, o refúgio mais significativo e um lugar onde a esperança revolucionária era alimentada por um governo de cunho socialista. Nesse momento é hora de voltar com a discussão de Cultura política com força

Em 1973 a esperança socialista chilena também chegou ao fim. Assim como no caso brasileiro, também com o apoio fundamental do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o governo de Salvador Allende caiu de forma violenta. A crítica feita ao governo de Jango lá não poderia existir: Allende procurou resistir, conclamou o povo chileno ao combate e, ainda assim, foi derrotado.

Com o bombardeio em *La Moneda* novamente um grande número de exilados brasileiros precisou buscar novos lares. Não seria mais na América Latina. As ditaduras sul-americanas aparecendo ano após ano nos países vizinhos mostravam que o destino mais seguro para a maioria seria a Europa e alguns países africanos, onde a descolonização já adiantada e a simpatia dos governos pelo socialismo mostravam-se mais claras. No velho continente, Alemanha, Suécia, França e alguns países do Leste europeu eram os destinos preferidos.

Porém, para os brasileiros que haviam escolhido a Europa ocidental, um fator mudaria a geopolítica da Europa, alterando as opções políticas e sociais dos exilados brasileiros: a Revolução dos Cravos, em abril de 1974. Para todas aquelas pessoas que haviam tido fortes decepções políticas na década anterior, sua expectativa no governo nacional popular de João Goulart destruída por um golpe sem reação, sua luta por um horizonte socialista revolucionário sendo sangrada nos porões da Ditadura brasileira e a esperança no socialismo democrático de Allende aniquilada pelos tanques de Pinochet, Abril de 1974 reoxigenava o horizonte utópico e atualizava suas propostas políticas.

## **5.1 Depois da tempestade, o sol: exilados brasileiros, diplomacia e diálogos de culturas políticas**

Deodato Rivera, exilado em Portugal em 1975, resumiria bem esse espírito entre os brasileiros comparando Abril de 1974 com Abril de 1964 na sua poesia “Retorno”:

Dez anos-sombra jazem sepultados  
Do abril primeiro à bela primavera  
Do abril do cravo em Portugal, quimera  
De flores e fuzis conciliados;

Decênio de desgostos renovados  
A cada abril vencido, a cada mera  
Visão feita certeza pela espera  
Baldada, pelos sonhos condenados.

Se triste abril levou, abril radiante  
Devolveria ao desterrado errante  
- já quase a consumir-se de saudade-

Aquilo que encontrar não mais previa:  
Num pátrio lar igual, toda a alegria  
Da vida entre irmãos e em liberdade.<sup>248</sup>

A comparação do Brasil com o país europeu, este sendo visto como “um lar igual”, apresenta-nos um lugar especial para as pessoas que viviam exiladas e com a saudade de seu idioma, sua comida, sua gente. Nos primeiros meses após a revolução, grandes líderes políticos brasileiros passaram a solicitar passaportes portugueses. Em outubro de 1974, uma lista de brasileiros chegou às mãos do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Nela constam além do juiz Carlos de Sá e da socióloga Maria José Jaime, os nomes dos ex-ministros de João Goulart, Almino Afonso e Darcy Ribeiro.<sup>249</sup>

Não obstante, Américo Freire, analisando os dados sobre pedidos de asilo político de brasileiros a Portugal, aponta que entre 1974 e 1979, dos 48 requerimentos de asilo político, nenhum deles foi aprovado. A política de protelamento, no caso dos brasileiros, era para evitar a imigração em massa dos exilados na Europa para Portugal, e, mais do que isso, poderia incentivar os que estavam em Portugal a ir para outros países da Europa, dado o alto grau de mobilidade dos exilados brasileiros no continente. Tais dados demonstram o volume dos exilados

---

<sup>248</sup> CAVANCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino (org.) *Memórias do Exílio: Brasil 1964/19??*. V.1. Lisboa: Arcádia, 1976, p. 276.

<sup>249</sup> MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS, PEA 13, processo 313, p. 25, 1974.

interessados em Portugal e a preocupação crescente das autoridades portuguesas com a entrada dos exilados brasileiros em território luso.<sup>250</sup>

Ainda assim, a utilização de intelectuais brasileiros pelo Estado português foi frequente durante toda a segunda metade da década de 1970. Darcy Ribeiro chamava a atenção do governo português. Para o gabinete do Ministro, o intelectual brasileiro poderia ser útil, já que sua tese sobre o “lumpem” poderia ajudar o governo português na politização dos desempregados.<sup>251</sup> Assim, intelectuais brasileiros ligados ao trabalhismo passariam também a alimentar teoricamente as discussões do socialismo português, o exilado não só passaria por influências, influenciaria o país que o recebeu produzindo e estudando.

Não foi apenas Ribeiro que chamou a atenção de uma nova elite política, diversos professores exilados políticos passaram a integrar as fileiras do Estado português em universidades ou até mesmo no governo. Ainda no ano de 1974, o professor Paulo Freire foi convidado pelo Ministério da Educação e Cultura para colaborar com grupos de dinamização sociocultural, em especial para integrar a campanha para a aniquilação do analfabetismo em Portugal. Ernani Maria Fiori, que já havia colaborado com o governo chileno na reforma da Universidade Católica do Chile, também foi convidado pelo Instituto Superior de Economia para ministrar o curso de Filosofia. Outro intelectual importante do Brasil já havia estreitado laços com Portugal. Plínio de Arruda Sampaio viajou no fatídico ano de 1974 a Lisboa com o objetivo de dialogar com o novo governo português para que professores brasileiros exilados fossem integrados à estrutura da educação superior portuguesa. Toda essa movimentação obviamente era vista com muita preocupação pelos órgãos de segurança brasileiros.

Os novos ares democráticos de Portugal permitiam que todo aquele caldo progressista construído no período anterior ao golpe de 1964 passasse a interessar substancialmente para os europeus. Recém-saídos de uma ditadura violenta e sufocante e de uma revolução empolgante, as referências à educação brasileira, ao cinema, à música e aos projetos políticos do Brasil democráticos chamavam a atenção da elite cultural e política de Portugal pós-revolucionário.

---

<sup>250</sup> FREIRE, Américo. Ecos da Estação Lisboa: O exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 64 | 2010, p. 46.

<sup>251</sup> MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS, PEA 1, processo 304, p. 22, 1975.

Em informes de dezembro de 1974, o serviço de informação da aeronáutica relatava ao Sistema Nacional de Informação (SNI) a preocupação com a corrida de exilados brasileiros a Portugal, em especial de políticos e intelectuais em busca de trabalho nas universidades portuguesas. Ao listar dezenas de exilados brasileiros que se interessavam por Portugal, o SNI também avaliava quais grupos dentro de Portugal auxiliavam na recepção e no convite a exilados brasileiros.

De boa fonte tivemos conhecimento que o Partido Comunista Português está diligenciando no sentido de promover o emprego em Portugal, de professores e intelectuais esquerdistas brasileiros, sobretudo especialistas no campo das ciências sociais e econômicas. Os contratos são oferecidos, mais especificamente, a brasileiros emigrados, banidos ou refugiados no exterior por motivos ideológicos. Nesse esquema, estaria atuando, notadamente, o professor Rui Luís Gomes, Conselheiro de Estado e Reitor da Universidade de Porto, que antes de 25 de abril viveu vários anos no Brasil e agora aparece, em Portugal, como figura de prestígio no meio universitário, mercê de suas ligações com o Partido Comunista Português.<sup>252</sup>

Naquele momento político de Portugal o Partido Comunista realmente tomava a frente das disputas políticas do país e ditava os rumos do governo provisório. Até o final de 1975, os comitês antifascistas ou que criticavam a ditadura no Brasil eram compostos em maioria por membros do PCP e com uma grande quantidade de ex-exilados no Brasil, o professor e matemático Ruy Luis Gomes foi um exemplo disso.

Dentre os grupos que começaram a surgir em Portugal, o mesmo informe já demonstrava preocupação:

Em setembro último, foi constituído em Lisboa, o Comitê de Apoio aos Refugiados Antifascistas, com o objetivo de prestar todo o auxílio a militantes

---

<sup>252</sup> MINISTERIO DA AERONAUTICA. Informação n° 582. 20 de dezembro de 1974, p.4.

estrangeiros da esquerda, que se venham a refugiar em Portugal. Fazem parte da comissão organizatória conhecidos dirigentes esquerdistas, tais como: o professor Rui Luis Gomes (já citado), Piteira Santos (ex-diretor de espetáculos públicos), Raul Rego (ex-Ministro da Comunicação Social, atual Diretor do vespertino “República” e figura proeminente do Partido Socialista Português) e a atriz Maria Barroso (esposa do Chanceler Mario Soares).<sup>253</sup>

A preocupação dos organismos da ditadura brasileira era, sem dúvida, por causa do espaço que o governo português daria à propaganda contra o regime no Brasil. A lista de exilados que entravam em território português era ainda mais assustadora ao governo brasileiro quando extrapolava os limites de atuação acadêmica. Figuras de ponta da política como o deputado Marcio Moreira Alves, o almirante Candido Aragão ou mesmo Apolônio de Carvalho e Miguel Arraes aproveitavam o clima revolucionário em Portugal para palestrar e dar entrevistas criticando o regime brasileiro, criando um clima ainda mais favorável à oposição brasileira na Europa.

Em maio de 1975 um novo grupo de críticos à ditadura brasileira: em uma conferência em Lisboa, com a presença de políticos portugueses que haviam se exilado no Brasil, alguns já participantes do comitê antifascista falado anteriormente, caso do jornalista e professor universitário, Piteira Santos, se formou o Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil.<sup>254</sup> O comitê apresentava-se como “apartidário, aberto à participação de todos quantos possam dedicar uma parte do seu tempo à solidariedade para com a luta do povo brasileiro contra a ditadura”.<sup>255</sup>

Foi basicamente o grupo que circulava em torno do grupo Pró-Amnistia Geral no Brasil que passou a produzir, um ano depois da fundação do comitê, o jornal *Amnistia*, periódico responsável por divulgar e denunciar os atos da ditadura no Brasil e, ao mesmo tempo, organizar e promover eventos e grupos da oposição que se articulava em Portugal e no Brasil com vistas à reabertura política. Os sete números de *Amnistia* publicados entre abril de 1976 e setembro de 1977 podem hoje

---

<sup>253</sup> Idem, p.5.

<sup>254</sup> Além de Piteira Santos, o grupo era composto pelo jornalista e escritor Miguel Urbano Rodrigues, José Felicidade Alves, Eugenia Moura, Cesar de Oliveira, David Baptista e do major Pedroso Marques.

<sup>255</sup> *AMNISTIA*, Lisboa, nº0, p.3.

ser encontrados no Centro de Documentação 25 de Abril, vinculado à Universidade de Coimbra. Neles é possível compreendermos quais as movimentações e os debates da oposição brasileira concentrada em Portugal e quais os grupos políticos portugueses que a articulavam.



*Figura 5- O comitê Pró Amnistia Geral promoveu eventou em Portugal com exilados brasileiros, ajudando a fomentar um clima a unidade de oposição contra a ditadura brasileira. Nessa foto vemos Miguel Arraes e Leonel Brizola. Arquivo Editora Abril.*

Em sua maioria o grupo que girava em torno do comitê possuía vínculos com PCP ou com o PS, tendo alguns dos seus membros inclusive assento na Assembleia da República, como Vasco da Gama Rodrigues e Antonio Reis, ambos fundadores do Partido Socialista Português. Rodrigues foi o primeiro presidente da Assembleia da República após 1976 e teve papel destacado no vínculo entre os exilados brasileiros e a política portuguesa, sendo responsável pelo convite de ida a Portugal a grande parte dos trabalhistas brasileiros.

Culturas políticas são dinâmicas e dialógicas, se cruzam, se chocam e se retroalimentam. Com a abertura portuguesa isso fica claro: o fluxo de intelectuais brasileiros vai levar o pensamento do país para um Portugal que se repensava e que acabaria também pensando o Brasil. Porém isso não se dá no nível abstrato. A dinâmica é feita por pessoas,

por grupos, que leem, discutem, dialogam, negociam e acabam produzindo efeitos na leitura de novas pessoas. Isso não se dá sem conflitos, sem interesses e sem resistências.

Essas movimentações de exilados brasileiros e os vínculos destes com o governo e com o sistema político português geravam ruídos na diplomacia brasileira. Nos primeiros anos do regime democrático português as reclamações da embaixada brasileira em relação a comícios, entrevistas, programas televisivos ou conferências foram frequentes. Durante o governo provisório, especialmente, no período em que Mario Soares chefiava a pasta de Negócios Estrangeiros, o clima diplomático era razoavelmente cordial, porém, em 1975, ainda sob o governo do Vasco Gonçalves, as reclamações brasileiras tornaram-se constantes. Para a diplomacia brasileira os exilados em Portugal tiveram muito mais facilidade para se manifestarem, principalmente em órgãos oficiais, como a Emissora Nacional, a Televisão e outras dependências do Ministério da Comunicação Social e do MEIC:

Protesto de 10 de janeiro de 1975, contra o programa da Televisão portuguesa do dia 8, sobre o Brasil; protesto de 8 de maio de 1975 contra o programa transmitido no dia 7 pela Emissora Nacional e anunciado como tendo sido organizado pela 5ª Repartição do EMFA; protesto de 7 de Janeiro de 76 contra a exibição do filme 'Onvous parle Du Brésil', no salão de Cinema do Palácio Foz e na Sociedade Nacional de Belas Artes; protesto de 9 de junho de 76 contra uma Sessão na Aula Magna Reitoria da Universidade de Lisboa.<sup>256</sup>

A tal Aula Magna teve como personagem central o presidente da Assembleia Nacional, Vasco da Gama Fernandes, e a mesa era composta por outros membros do comitê Pró-Amnistia. Com ampla repercussão na mídia lisboeta a aula acabou por ter um caráter de denúncia do regime brasileiro, irritando o governo ditatorial. O protesto do dia 9 de junho de 1976 contra Vasco Rodrigues mostrava como o comitê, a movimentação política portuguesa e a abertura às manifestações contra o Brasil incomodavam o regime brasileiro.

---

<sup>256</sup> MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS. PEA 8, processo 33/BRA/10, p. 23.

O governo brasileiro considera inaceitável que manifestação desse teor tenha lugar em instalações estatais, como o caso da Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa. Cabe lembrar, a propósito, que o Governo português, através de seu Embaixador em Brasília, prometera, em janeiro último, tomar medidas tendentes a impedir que edifícios públicos fossem utilizados para atividades antibrasileiras, como fora o caso na exibição do filme “Onvous parle du Brésil”, em 5 de janeiro último, em dependência do Ministério da Comunicação Social.<sup>257</sup>

O líder do movimento e deputado nacional português não se intimidava pelas frequentes reclamações brasileiras. Presidindo ainda a Assembleia da Republica, em junho de 1977, liderou um voto de repúdio da casa aos acontecimentos de maio no Brasil. Votado por unanimidade o texto foi encaminhado diretamente ao Embaixador do Brasil e afirmava que

Mais uma vez o governo brasileiro reprimiu com violência o protesto dos estudantes, como o tem feito a todas as manifestações do povo brasileiro, que vão no sentido de restaurar as liberdades democráticas. A Assembleia da República de Portugal manifesta uma vez mais a sua solidariedade ao povo do Brasil e exprime o seu protesto pela repressão e a tortura que continua a atingir os que se batem pelas liberdades democráticas e pelos direitos do homem, apelando para a libertação imediata dos estudantes presos.<sup>258</sup>

A grave carta foi recebida de uma maneira interessante. A embaixada brasileira não aceitou o documento afirmando que não respeitava os trâmites diplomáticos e o devolveu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. A carta de desagravo parece ter sido o ponto

---

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS. PEA 8, processo 33/BRA/10, p. 10. Ofício nº 583/SL/77.

mais alto dessa tensão que vai se apaziguando com a aproximação do então primeiro ministro Mario Soares com o governo brasileiro.

Durante todo o período do chamado “pragmatismo responsável” da diplomacia brasileira foi mantida uma postura ofensiva, a qual se expressaria tanto no acompanhamento direto das atividades dos exilados, como na cotidiana cobrança às autoridades lusas para a adoção de medidas contrárias à livre ação dos exilados (na imprensa, na Universidade, nos meios de comunicação).

Já por parte da diplomacia lusa, manteve-se a política defensiva, normalmente, respondendo aos ofícios brasileiros com algumas explicações acerca das dificuldades encontradas por um governo de caráter democrático para intervir em instituições livres e autônomas da sociedade portuguesa. Não foi diferente durante o caso de Vasco da Gama.<sup>259</sup>

Na segunda metade de 1977, um relatório da Divisão de Serviços de Estrangeiros para o Ministro da Administração Interna mostrava que “Do total geral de 228 estrangeiros, havia 60 brasileiros ocupando cargos em funções públicas. Em órgãos do Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC), por exemplo, dos 162 estrangeiros, 41 eram brasileiros. O mesmo relatório registra ainda dados profissionais de estrangeiros referenciados como, de algum modo, ligados à atividades suspeitas”. Do total de 20 nessa situação, 13 eram de brasileiros.<sup>260</sup>

Como vimos, os atores políticos portugueses que mais se aproximavam da oposição brasileira eram os vinculados ao PCP e ao PS. Os comunistas do PCB e do PC do B, os primeiros próximos ao PCP e o segundo grupo muito mais ligado aos maoístas portugueses, preferiam não se ligar as organizações de exilados brasileiros.<sup>261</sup> Os socialistas, que aos poucos dominaram a cena política de Portugal passam a dialogar mais sistematicamente com o governo brasileiro. Trocas de visitas e uma maior aproximação diplomática vão arrefecendo as respectivas diplomacias e deixando o clima que, em muitos momentos, era tratado como de “disputa ideológica” para um segundo plano. Se durante o chamado “período gonçalvista” as relações pioraram consideravelmente, como vimos com diversas reclamações formais por

---

<sup>259</sup> FREIRE, Américo. Op.cit, p. 43.

<sup>260</sup> Ibidem, p.46.

<sup>261</sup> Ibidem, p.38.

parte da diplomacia brasileira, inclusive com interrupção de contato a não ser para protestos, com o I Governo Constitucional de Portugal, com a liderança do Primeiro Ministro Mario Soares, passou a reforçar e dar prioridade para as relações Luso-Brasileiras, inclusive com visitas oficiais.<sup>262</sup>

Não obstante, foi esse mesmo grupo, que mais tarde, passou a apostar numa estratégia política para a abertura brasileira. Os socialistas portugueses tomariam a frente e apadrinhariam parte da oposição brasileira em sua reformulação e internacionalização como partido político.

Ainda assim, não era apenas nos grupos de Portugal que nosso interesse reside. Os exilados brasileiros, afastados dos debates políticos nacionais, passaram a interagir e dialogar com a realidade brasileira tendo novos parâmetros e experiências como balizas para suas avaliações e reformulações de projetos. Os intelectuais, políticos e estudantes que naquele momento, banidos do Brasil, atualizavam seus pensamentos políticos e tinham contato com novas culturas políticas, reviam suas diretrizes para o Brasil e construíam um novo arcabouço de ideias, símbolos e valores políticos que refletiriam nos debates em torno da abertura política e os novos caminhos da vida política brasileira.

Estava claro que não tardaria para que eleições nacionais diretas voltassem a ocorrer no Brasil. Como vimos, a Europa possuía um profundo interesse nos mecanismos políticos que atualizariam os rumos da América Latina. Os grupos políticos que tomariam as rédeas das nações precisariam ser vinculados aos interesses europeus, afastados do Segundo Mundo e alinhados a um determinado projeto político capitalista. Assim como na formação do Partido Socialista Português, a Internacional Socialista não desejava passar longe dos novos projetos que liderariam a abertura brasileira.

Aproximações entre o PTB e membros da Internacional Socialista já foram registrados antes de 1964. Na sua X Convenção, realizada em 1957, o partido trabalhista brasileiro assumiu um projeto de cunho claramente reformista e decidiu convocar para o ano seguinte o I Congresso Mundial Trabalhista, convidando membros do *LabourParty* inglês e de partidos socialistas e trabalhistas de vários países.<sup>263</sup> Mesmo

---

<sup>262</sup> MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS. PEA 8, processo 34/BRA. Informe sobre a situação brasileira, 1977, p. 24.

<sup>263</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Oci,cit, p.185.

Brizola, quando prefeito de Porto Alegre, manteve contatos com o então prefeito de Berlim e futuro líder da IS, Willy Brandt.<sup>264</sup>

Em setembro de 1977, em meio ao clima de terror gerado pela Operação Condor, o ex-governador foi expulso do Uruguai, onde estava exilado desde a década de 1960. Com cinco dias de prazo para sua saída, Brizola e Neusa Goulart avaliaram suas possibilidades: uma delas era o retorno ao Brasil.

Com informações desencontradas, ainda hoje, o caso da expulsão de Brizola não está claro. A crise no governo brasileiro com as desavenças entre o Presidente Geisel e o Ministro da Guerra Sylvio Frota, desde o início pareciam mais óbvias. Frota representava o grupo mais radical de militares e a campanha presidencial parecia ser seu objetivo. Próximos de Frota e pressionados, os militares uruguaios resolveram expulsar o político brasileiro com a justificativa de que ele havia desrespeitado as obrigações de sua condição de exilado.<sup>265</sup>

O retorno ao Brasil, apesar das inclinações do Presidente Geisel em aceitá-lo, não parecia inteligente devido às disputas internas no governo militar.<sup>266</sup> Surgira a ideia da Argélia, onde já estava Miguel Arraes, ou mesmo, direto para Portugal, onde a aproximação com o Partido Socialista Português já tinha iniciado. Contudo, a escolha foi os Estados Unidos, com a política de direitos humanos de Jimmy Carter.

**5.2 Os ventos vermelhos da democracia:** o trabalhismo brasileiro se refaz rumo ao socialismo democrático.

Alguns eventos antecedem e preparam o terreno para os trabalhistas brasileiros em Lisboa. Como já vimos, a fundação do Comitê Pró-Anistia geral no Brasil, em 1975, iniciou um processo de aglutinação de forças políticas brasileiras exiladas em Portugal. Evidentemente que tal empreendimento também era visto em outros países, como no caso da França, através do Comitê de Solidariedade França-Brasil. Porém, no caso português, o comitê e sua revista passaram a servir de ferramenta para o debate político brasileiro acerca da democratização de forma direta.

---

<sup>264</sup> BRIGAGAO, Clovis; RIBEIRO, Trajano. *Brizola*. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 115.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>266</sup> FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 487 e 488.

Em abril de 1977, o Comitê promoveu a “Semana de solidariedade com o povo brasileiro”. Iniciado no dia 13, na Universidade de Lisboa, o evento tinha como objetivo levar ao conhecimento da sociedade portuguesa diversos aspectos da realidade brasileira ao longo dos 13 anos de ditadura militar no Brasil. Sua programação continha desde causas e consequências do golpe de Estado no Brasil, passando por discussões sobre setores da sociedade brasileira como Igreja, movimento operários, estudantil, camponês, chegando ao debate sobre a anistia, a retomada das liberdades democráticas e o fim da ditadura.<sup>267</sup>

Após várias tentativas de aproximações, os trabalhistas brasileiros e os socialistas europeus passam a ter diálogo profundo na segunda metade da década de 1970, principalmente, devido a lideranças portuguesas. O dirigente socialista Rui Mateus nos ajuda a compreender essa aproximação. Mateus, fundador e dirigente do Partido Socialista Português e integrante da direção da Internacional Socialista, até os anos 1990, produziu, em 1996, um livro cujo objetivo era mostrar as entranhas do PS português.<sup>268</sup>

Nele, a ex-liderança socialista nos detalha como se deu a aproximação da internacional Socialista com a América Latina. Por intermédio do governo venezuelano de então, a Internacional Socialista passou a articular sua política no território latino-americano pensando nas influências da abertura política da península ibérica e os impactos dela nas ditaduras latino-americanas. Mostrando uma mudança nas perspectivas de atuação dos dirigentes da IS, enquanto em Portugal a iniciativa de aproximação da Internacional com a revolução se deu com

---

<sup>267</sup> PEZZONIA, Rodrigo. *Exílio em Português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974 – 1982)*. 2016. 296p. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016, p. 171.

<sup>268</sup> Em voltas com a construção do aeroporto de Macau – até 1999 território português -, Rui Mateus sugeriu ao grupo alemão Weidleplan – responsável pela construção – o envio de um fax pedindo a devolução de 50 mil contos doados ao governador de Macau, Carlos Melancia, pelo fato de não cumprir o contrato com a empreiteira. Como o governador não respondeu ao fax, Mateus faz o impensável: envia uma cópia do fax ao jornal *O Independente*. O caso envolvia dinheiro que havia sido doado para o grupo de comunicação social *Emaudio*, ligado ao PS, e provocou um grande escândalo de corrupção atingindo em cheio o então presidente Mario Soares em plena campanha pela reeleição.

Olof Palme, a ideia de reunião de Caracas partira de Klaus Lindenberg, representante da Fundação Friedrich Ebert. Nesse momento, a fundação já investia consideráveis meios no continente americano e possuía representantes alemães em quase todas as capitais latino-americanas.<sup>269</sup>

Eleito no XIII Congresso da Internacional Socialista, Willy Brandt estava determinado a

Combater o eurocentrismo numa organização que tradicionalmente tinha o nome de Internacional Socialista, que representava um mito que não correspondia ao seu poder, alargando-a a partidos de países de Terceiro Mundo e indicando 'as relações Leste-oeste, Norte-sul e direitos humanos como as áreas prioritárias da nossa organização.'<sup>270</sup>

Assim a construção de uma Internacional Socialista preocupada com países para além do continente europeu passou a significar uma possibilidade real de fortalecimento das lutas nacionais pela democratização da América Latina. Porém, como podemos imaginar, a IS também possuía suas idiosincrasias. Com a influência estadunidense no PS português e os fortes laços entre Mario Soares e o Departamento de Estado dos EUA:

Eu [Rui Mateus] conveceria o Bureau da IS onde entretanto adquiria uma posição de amizade e respeito, fortemente subsidiada pelos nórdicos, de que Mario Soares era o chefe ideal para amissão na América Latina, derrotando as naturais expectativas de Felipe Gonzalez. Era evidente que, numa perspectiva cultural, nem o Brasil é bem América Latina, nem Portugal conhece bem os vinte e dois países daquele subcontinente que falam castelhano. Mas em matéria de defesa dos interesses de cada partido cada um 'puxa a brasa à sua sardinha' e seria precisamente isso que eu faria.<sup>271</sup>

Se Rui Mateus era a figura chave na força que Portugal teria dentro da Internacional Socialista, Luiz Alberto Moniz Bandeira era a

---

<sup>269</sup> MATEUS, Rui. *Contos proibidos*. Lisboa: Dom Quixote, 1996, p. 114.

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>271</sup> *Ibidem*, p. 153.

figura que tentava fundir os interesses dos trabalhistas brasileiros no exílio com a social democracia representada pela IS. Em 1977, Bandeira lançou seu livro *O Governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)*, nele o intelectual defendeu que o governo de Jango aplicou um projeto social democrata no Brasil e que, não preparada para um modelo desse porte, parte da sociedade brasileira com apoio internacional passou a combatê-lo até sua derrubada.<sup>272</sup>

A tese de Moniz Bandeira fica mais evidente quando pensamos no contexto de sua produção. Nos momentos finais da escrita de seu texto, o autor encontra-se com os principais líderes trabalhistas no exílio para defender a reestruturação do trabalho brasileiro, mostrando como tal cultura política se encaixava no momento político mundial. Após a morte de Jango, em 1976, Moniz Bandeira visitou Brizola em Montevideo, onde discutiram a reorganização do partido e a liderança do ex-governador:

Falei com ele, mostrei o livro para ele – levei uma cópia desses originais do livro – e, juntamente com o Carlos Olavo, eu disse que ele devia assumir a liderança do Partido Trabalhista, para reorganização do PTB que, como eu disse, já estava sendo pensada por várias pessoas. Que ele assumisse a liderança e colocasse como um partido social democrata...definiu como um partido social democrata, porque era uma forma de neutralizar perante os Estados Unidos, buscando uma aliança com a social democracia europeia. Eu disse que o grande erro do Allende foi ser de um partido socialista e querer fazer um governo democrático tocando os tambores de Cuba.<sup>273</sup>

O livro consolidava uma leitura do passado que aqui serviria como baliza para a reorganização do partido. Um PTB socialista abriria as portas da Europa para uma corrente política forte o suficiente para pressionar o processo de abertura política e alçar uma velha liderança reconfigurada: Leonel Brizola.

---

<sup>272</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>273</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, p. 79.

A proposta de Bandeira parece ter sido acatada. Ainda segundo o historiador, Brizola pediu-lhe imediato contato com Doutel de Andrade, Almino Afonso e José Gomes Talarico para fazer as articulações internas. Lembramos que setores trabalhistas já estavam se articulando, como no caso da União Trabalhista.

Após sua expulsão do Uruguai, em sua primeira entrevista à imprensa estadunidense, Brizola afirmou-se ocidentalista, social democrata e pluralista. Bandeira, em depoimento publicado na FGV, registrou seu contentamento na época: “Ele tinha aceito. Ele é muito arguto nessas coisas. Ele percebe”.<sup>274</sup>

As articulações de Bandeira estenderam-se entre acadêmicos e políticos dentro dos Estados Unidos. Brady Tyson, professor da *George Washington University*, amigo pessoal de Jimmy Carter, que havia sido embaixador dos EUA na ONU, passou a integrar o círculo político de Leonel Brizola e junto com Moniz Bandeira passou a engrossar o coro de que Leonel Brizola era um social democrata.

A pedido de Brizola, Bandeira passou a correr a Europa em busca de articulações políticas. Lisboa foi o ponto de partida, já que o PS português havia sinalizado a liberação de passaporte para o líder trabalhista. Entretanto, nem tudo foi um mar de *rosas*. “Eu fui lá, e aí tratei de fazer contato. O Márcio Moreira Alves veio falar comigo, telefonou e disse: ‘eu quero um contato com o Brizola’. Ele disse: ‘mas eu falo’. O Marcio era uma coisa horrorosa. Naquela época estava no ultra-radicalismo comunista. Ele chegou para o Brizola, ligou e disse: ‘você se vendeu por um prato de lentilha, indo aí para os Estados Unidos!’”<sup>275</sup>

Com Doutel de Andrade fazendo as articulações e as conversas dentro do Brasil, Luiz Alberto Moniz Bandeira passou a articular com grupos europeus. Na Alemanha com o SPD e exilados, como Maurílio Ferreira Lima, na Holanda com Paulo Medeiros e, finalmente, na França quando passou a aproximar-se dos socialistas franceses. Régis Debray era um personagem chave nessa trama, já que era sabido pelos trabalhistas brasileiros que a Internacional Socialista já ensaiava uma aliança com o MDB.

Também nesse sentido, Rui Mateus afirmou que grupos da direção da Internacional Socialista prefeririam o Movimento Democrático Brasileiro, como parecia ser o caso de Brandt e do SPD,

---

<sup>274</sup> Ibidem, p. 82.

<sup>275</sup> Ibidem, p. 84.

enquanto os partidos mais radicalizados do norte europeu já defendiam ligações da Internacional com Luís Inácio Lula da Silva.<sup>276</sup>

Com negociações com os socialistas franceses e, principalmente, com o apoio de Bernt Carlsson, Moniz Bandeira e Brizola voltam a Portugal para reiniciar suas conversações com os portugueses. Para Mateus:

O nosso apoio seria determinante para Brizola, que compreendeu a necessidade de reorganizar o seu ‘velho’ partido, o Partido Trabalhista. Assim, com o apoio individual dos militantes do Partido Socialista e algumas verbas que tive que pedir a partidos da IS e a Siegfried Bangeert, responsável pelas relações internacionais da Fundação Ebert, dado que, não me seriam concedidas pelo Partido Socialista para esse fim.<sup>277</sup>

Parece que as desconfianças por partes dos organismos internos da Internacional ainda recaíam sobre os trabalhistas brasileiros. Como fica claro em seu depoimento, Rui Mateus sinaliza que apesar dos esforços do PS português, o encontro dos trabalhistas brasileiros em Lisboa contou com poucos recursos das fundações internacionais. Dessa forma, “foram os nossos militantes que deram todo o apoio logístico, desde datilografia, gravação de som, transportes e até as refeições seriam confeccionadas por nós durante o congresso”.<sup>278</sup>

No início de 1978, em avaliação da Internacional Socialista, líderes europeus percebem planos continuístas do general Geisel que já teria escolhido um novo general-presidente, João Figueiredo. Somente para 1979 é que seriam adotadas as primeiras medidas democratizantes. Para a direção da IS:

Se o governo militar conseguir executar o seu plano, não é fácil prever a intensidade das manifestações de inconformismo da sociedade civil, particularmente pela frustração de sucessivas gerações de jovens (cerca de 25 milhões de jovens até 35 anos nunca votou para presidente) marginalizados do processo político, e , pela

---

<sup>276</sup> MATEUS, Rui. *Op.cit.*, p. 167.

<sup>277</sup> Idem.

<sup>278</sup> Idem.

opressão salarial e estado de miséria dos trabalhadores e de imensas massas humanas, impedidas de se expressar. Tal situação é o ambiente propício ao surgimento de forças incontroláveis e atos de desespero.<sup>279</sup>

Tais atos incontroláveis de desespero significavam para a IS a escolha de correntes políticas “radicais” que impossibilitassem que a transição brasileira fosse controlada por organismos internacionais, afastando as possíveis interferências de blocos políticos, como a própria internacional socialista.

Pensando nesses horizontes políticos, a Internacional organizou uma missão para tratar dos processos de democratização em toda a América Latina. Entre 15 e 25 de março de 1978, encontraram-se em Caracas, líderes da Internacional Socialista. Esta missão na América Latina visava pensar projetos para o processo de democratização do continente. Com a presença de Brizola na abertura do evento, os líderes europeus e latino-americanos davam importância significativa ao contexto brasileiro e à reformulação do PTB. Na fala de abertura, Aniceto Rodriguez cumprimentou a delegação brasileira e “expressou a sua solidariedade em relação aos companheiros presentes do Brasil, considerando a ‘liberação’ daquele país como um catalizador” de esperanças ao continente.<sup>280</sup>

Em seguida, quem passou a falar foi exatamente o líder trabalhista brasileiro que de imediato agradeceu a Mario Soares por estar presente na reunião e fez uma análise retrospectiva do Brasil antes de 1964 e após o golpe de 1964. Esta fala de Brizola em Caracas é fundamental para percebermos como o líder brasileiro, entendendo os interesses na Internacional, passou a descrever os acontecimentos brasileiros que culminaram com o golpe e a leitura feita sobre o período. Para Brizola, “Foram várias situações desestabilizadoras que culminaram com o suicídio de Vargas e numa tentativa, em 1955, para que Kubitschek não tomasse posse do cargo de Presidente da

---

<sup>279</sup> INTERNACIONAL SOCIALISTA. Arquivos 1.1 internacional socialista – pasta 02111.002. *Avaliação da direção da IS em relação a situação brasileira*. Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em: 31 mar. 2016,

<sup>280</sup> INTERNACIONAL SOCIALISTA. Arquivos 1.1 internacional socialista – pasta 02135.000. *Missão da Internacional socialista na América Latina*. Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em: 31 mar. 2016, p. 46 e 47.

República.” Ele pediu a compreensão da IS para esse período, já que os militares hoje no poder ‘contam a história dos vencedores’. Segundo ele, não era verdade que haviam forças que objetivavam denegrir o sistema político da época e que assim se teria processado a infiltração comunista no país.<sup>281</sup>

Fazendo uma avaliação do momento atual do Brasil, Brizola afirmava que o país é semi-institucionalizado ou um regime democrático relativo que permite eleições de vez em quando, os direitos humanos são violados e há inúmeras pessoas no exílio. Continuando num tom cauteloso, considerou viver o regime militar brasileiro um período muito delicado, com contradições internas e pouco apoio internacional. Que não obstante haver ainda censura, a imprensa brasileira naquele momento teria mais liberdade. A Igreja, os sindicatos, a maioria do empresariado deseja o fim do projeto continuísta do regime. Finalizou sua fala dizendo que o período amargo por que passara lhe motivara o desejo de na *diversidade* encontrar a *unidade* para todos aqueles que desejam a paz e a democracia no Brasil.<sup>282</sup>

Antes mesmo do evento, em carta direcionada ao líder socialista alemão Willy Brandt, o líder brasileiro pediu que a IS fizesse chegar ao governo brasileiro uma mensagem de advertência para o restabelecimento de liberdades democráticas “que possa dar origem a um partido ligado a seus ideais. Este partido seria uma garantia de *estabilidade política*”. Reforça o pedido dizendo “que a tranquilidade futura do povo brasileiro será encontrada no pleno restabelecimento da democracia. Esta é a melhor forma de afastar o perigo do *ressurgimento de radicalismos*”. Finaliza o pedido solicitando que chegasse a informação aos dirigentes brasileiros “da garantia que a Internacional Socialista pode oferecer de que todos os setores da oposição com quem tem estado em contato são unânimes em desejar a redemocratização sem *nenhum espírito revanchista*, com firme propósito de *esquecer* sequelas do passado.”<sup>283</sup>

O tom conciliador e apaziguador era a apresentação de Leonel Brizola para os delegados da Internacional Socialista presentes na

---

<sup>281</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>282</sup> Idem.

<sup>283</sup> CARTA DE LEONEL BRIZOLA A WILLY BRANDT. 03 de março de 1978. In: INTERNACIONAL SOCIALISTA. Arquivos 1.1 internacional socialista – pasta 02111.002. *Missão da Internacional socialista na América Latina*. Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

missão em Caracas. O líder trabalhista brasileiro procurava o apoio da agremiação para a reformulação do trabalhismo brasileiro. Para isso, o anticomunismo da IS precisava ser levado em conta. Se houvera um passado alinhado com setores do Partido Comunista ele precisava ser esquecido ou reformulado. A senha para os socialistas europeus era, sem dúvida, a diversidade política e uma retórica de unidade dos setores democráticos. Leonel Brizola precisava parecer o líder de uma frente democrática que promoveria uma transição pacífica para um regime democrático no Brasil.

Interessante notar que ao final do evento a avaliação dos delegados presentes em Caracas registram que é extremamente urgente que se processe a expansão no número de partidos na América Latina, tal processo de inclusão deveria ser realizado antes do Congresso de Vancouver, quando tais entidades poderiam ter suas entradas na IS aprovadas pela assembleia.<sup>284</sup> Já o item 3 do plano geral da missão deixava claro que os partidos membros deveriam apoiar na América Latina uma política ativa de direitos humanos, apoiando publicamente a luta dos povos por libertação, e, especialmente, os partidos que se colocarem como socialistas democráticos.<sup>285</sup>

Ainda em 1978, dando continuidade a esse projeto de inserção nos processos de democratização na América Latina, realizou-se em Lisboa, entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro a *Conferência sobre Democratização na Península Ibérica e América Latina*. Dada praticamente como definitiva, a realocação do trabalhismo brasileiro no interior da Internacional Socialista ficava a prova com a presença de Darçy Ribeiro e Leonel Brizola representando o Brasil e de Pedro Uchoa Cavalcanti e Cibilib Viana como observadores. Ainda estavam presentes no evento Mario Soares, Rui Mateus, Felipe Gonzáles e Willy Brandt entre outras lideranças da Internacional.

Desse encontro ficaria a “tentativa séria de aproximação global entre socialistas dos dois continentes na perspectiva de um verdadeiro futuro democrático com origem na premissa inequívoca de que a

---

<sup>284</sup> A Internacional Socialista já estava com seu congresso marcado para dezembro daquele ano em Vancouver.

<sup>285</sup> INTERNACIONAL SOCIALISTA. Arquivos 1.1 internacional socialista-pasta 02111.001. *Plano geral da Missão da Internacional socialista na América Latina*. Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

liberdade dos povos da Península Ibérica atualizou a esperança dos nossos irmãos latino-americanos na democracia”.<sup>286</sup> Os debates mais uma vez serviriam na verdade para estreitar ainda mais laços políticos entre os partidos latino-americanos e os europeus, tendo em vista a aproximação do Congresso de Vancouver, da qual a Internacional sairia ainda mais fortalecida e influente em toda a América Latina.

No âmbito da crise no ISEB, desencadeada pela publicação do livro *Nacionalismo na atualidade brasileira*, de Hélio Jaguaribe, que resultou na saída do grupo que defendia o desenvolvimento do país associado ao capital estrangeiro, entre eles de Roberto Campos, Anísio Teixeira, Hélio Cabral e o próprio Jaguaribe, os isebianos nacionalistas passaram a ter a hegemonia do instituto atuando de forma mais incisiva na política nacional. A figura que se destacava nesse grupo era a de Nelson Werneck Sodré. Sodré ministrava o curso de Formação histórica do Brasil e contava com o estudante de história Pedro Celso Uchoa Cavalcanti como seu auxiliar. Formado, Cavalcanti passou a agregar o departamento de História do ISEB, mais tarde também integrado por Pedro Figueira, Maurício Martins de Mello, Rubem Cesar Fernandes e Joel Rufino dos Santos, todos provenientes da Universidade do Brasil.<sup>287</sup> A chamada História Nova surgiu nesse contexto: Roberto Pontual – diretor da Cases, órgão do MEC, e estagiário do ISEB – teve a ideia de publicar as monografias do curso de Sodré, identificando os materiais didáticos como de péssima qualidade. Essa preocupação levou ao convênio e Cases/Departamento de História do ISEB e a publicação de cinco monografias até março de 1964.

Após o golpe de 1964, um dos primeiros atos do presidente interino, Ranieri Mazzilli, foi a extinção do ISEB, considerado uma instituição de pregação comunista. Em seguida, a proibição da História Nova e sua apreensão, Nelson Sodré e Joel Rufino foram presos e interrogados e Pedro Uchoa Cavalcanti se exilou no Chile.<sup>288</sup>

Filho de uma família tradicional de Pernambuco, neto de Pedro Celso, professor e diretor do Ginásio Pernambucano, Cavalcanti se formou em História em 1961, ingressando no ISEB e, simultaneamente,

---

<sup>286</sup> FUNDAÇÃO MARIO SOARES. Processos de democratização na Península Ibérica e na América Latina. Conferência de Lisboa, p. 3 a 7.

<sup>287</sup> MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. Werneck Sodré, História Nova: contribuição pioneira ao ensino de História no Brasil. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro (Org). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006, p.335.

<sup>288</sup> *Ibidem*, p .339.

na Universidade Federal Fluminense. Com o golpe civil e militar de 1964 se exilou no Chile e, em seguida, na Polônia, onde conseguiu uma bolsa de doutorado.<sup>289</sup>

Pedro Cavalcanti teve um papel central na reestruturação política do trabalhismo brasileiro. No exílio, Cavalcanti acabou aproximando-se dos exilados que haviam pegado em armas contra a ditadura. Em Lisboa, essa aproximação e os frequentes diálogos resultaram em uma avaliação teórica sobre o socialismo e uma reordenação de projetos políticos. Tais grupos afastavam-se rapidamente do leninismo. Era o caso de Mário Osawa, Maria do Carmo, Carlos Minc, Alfredo Sirkis e Georges Michel Sobrinho, muitos dos quais ainda não tinham clareza sobre o pensamento do antigo líder trabalhista. Para Brigagão, “parecia que ambos, Brizola e o Grupo de Lisboa, queriam encontrar uma filosofia política que atualizasse as bases do trabalhismo brasileiro, agora em um mais amplo contexto internacional”.<sup>290</sup> Vizinho de Minc e Sirkis, o professor Pedro Celso Cavalcanti passou a conquistar a confiança do grupo próximo a Brizola e a fazer a ponte entre uma vontade política de aproximação com o socialismo europeu e a teoria. Cavalcanti discutiu incessantemente com Brizola sobre os rumos do socialismo brasileiro, sobre a reformulação do trabalhismo e sobre a ligação entre o socialismo democrático e o trabalhismo. Um texto de dez páginas, escrito pelo professor viria a servir como referência para Brizola em debates futuros.<sup>291</sup>

É interessante notar a aproximação de Leonel Brizola com os intelectuais. Antes de 1964, seus principais articuladores e assessores eram Paulo Schiling e Franklin de Oliveira, no exílio, Moniz Bandeira, como vimos, faz essa ponte, ligando Brizola a setores do governo Carter e da Internacional Socialista. Isso sem falarmos em Darcy Ribeiro que ao seu lado governou o estado do Rio de Janeiro durante a década de 1980. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti entrou nesse rol, passando a ter um papel importante durante a reformulação do partido e da reorganização do trabalhismo brasileiro.

Cavalcanti, na época professor extraordinário da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, avaliou, na época do encontro, o socialismo internacional e a relação entre a Internacional Socialista e a

---

<sup>289</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

<sup>290</sup> BRIGAGAO, Clovis; RIBEIRO, Trajano. Op.cit, p. 44.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 45.

América Latina. No artigo, publicado em dezembro de 1979, nos forneceu importantes subsídios para compreendermos o socialismo defendido a Brizola.

Cavalcanti entendia que não era “apenas uma questão do modelo russo perder o seu encanto. Acontece também que a ajuda estrangeira socialista é vista como não apropriada, ineficaz e incapaz de atender às necessidades dos países do Terceiro Mundo”.<sup>292</sup> Assim, o papel dos Estados Unidos seria o de isolar a URSS fomentando um mundo repleto de regimes liberais-democráticos operando dentro do quadro capitalista.

Já a Internacional Socialista funcionava como um meio termo às ações estadunidenses. Não necessariamente contrária, mas que com seu projeto próprio de socialismo passava a influenciar principalmente as regiões que estavam saindo de governos autoritários em busca de regimes democráticos. A economia europeia precisava de um aquecimento e os países latino-americanos eram mercados gigantescos e com tendência a expansão.

Há obviamente muitos interesses econômicos, juntamente com ideais. Envolvidos na expansão da Internacional Socialista no Terceiro Mundo. Tal significa melhores oportunidades para a expansão das economias da Europa Ocidental e maiores garantias para seus investidores.<sup>293</sup>

Com isso, Cavalcanti reforçava o que a Internacional Socialista já registrava em suas diretrizes oficiais. Era preciso ir ao encontro da América Latina, para preencher o espaço que poderia ser tomado pelos Estados Unidos ou por outras forças que vissem no continente uma oportunidade concreta.

A presente situação crítica da América Latina requer uma cooperação mais estreita entre partidos socialistas democráticos com as forças que atuam no continente. Esta cooperação não deve unicamente tomar a forma de apoio moral, mas também significar medidas concretas e coordenadas da parte de todos os nossos partidos e, especialmente, aqueles que estão no poder, com

---

<sup>292</sup> CAVALCANTI, Pedro Uchoa. A Internacional Socialista vai à América Latina. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº3, dez.1979, p.101.

<sup>293</sup> *Ibidem*, p.103.

o fim de estabelecer uma colaboração eficiente contra forças nacionais reacionárias e os esforços imperialistas.<sup>294</sup>

Ainda no seu artigo, Cavalcanti via os partidos vinculados à Internacional divididos entre os sociais-democratas e os socialistas democratas. Os primeiros aceitavam o *Welfare State* como seu objetivo central, enquanto os segundos vêem a social-democracia como um estágio para o estabelecimento do socialismo. Projetava assim que

Num contexto internacional caracterizado pela crescente irrelevância da alternativa marxista-leninista, a Internacional Socialista entra em cena como um braço político e ideológico de um capitalismo europeu ressurgente, procurando fazer competição ao seu parente americano numa situação política na qual o capitalismo europeu permanece economicamente inferior. O seu êxito, no entanto, pode também abrir caminho a alternativas emancipatórias, democráticas e socialistas.<sup>295</sup>

Cavalcanti apostava sem dúvida nesse êxito. Para ele, o socialismo democrático era a linha a ser tomada pelos progressistas brasileiros. O trabalhismo era a referência. Essa cultura política passava por mudanças e serviria de ligação entre o momento de abertura democrática e a referência socialista europeia.

Se o trabalhismo era o elo, Leonel Brizola era o líder. A expulsão dele da América Latina jogaria o antigo caudilho nesse emaranhado de relações políticas e ideológicas que se reconfigurariam na Europa, após a queda das ditaduras ibéricas. Tal reconfiguração atingiria em cheio os exilados brasileiros que pensavam alternativas para abertura brasileira e passavam a se organizar. O encontro de Lisboa em 1979 seria o ápice desses pensamentos de projeto de Brasil.

### **5.3 As rosas na primavera: o Encontro dos Trabalhistas em Lisboa**

Brizola chegou a Lisboa no dia 22 de janeiro de 1978. Recebido diretamente por Arraes. No dia 25 de janeiro os líderes políticos fazem

---

<sup>294</sup> Ibidem, p.107.

<sup>295</sup> Ibidem, p.111.

uma entrevista coletiva na sede da Comissão Pró-Anistia Geral no Brasil.<sup>296</sup> Respondendo às perguntas dos jornalistas, Brizola afirmou que o PTB antes de 1964 era próximo, em muitos aspectos, da social-democracia e dos socialistas europeus, admitindo possibilidades de vínculos futuros. Além disso, deixava claro que “sua convicção era a de que sua pessoa não seria obstáculo para qualquer normatização na vida política brasileira”.

No caldo político formado pelos exilados brasileiros em Lisboa, a aproximação de um grupo com o PSP foi inevitável. Tal aproximação chegou a gerar certo distanciamento entre o grupo de Brizola e Arraes que considerava a IS “negativamente revisionista”. Ao contrário de Arraes, grupos que haviam participado da luta armada no Brasil e que estavam mergulhados no clima do socialismo europeu passaram a ver em Brizola e nesse projeto de Brasil uma possibilidade real de reinserção política.<sup>297</sup> Ambos, Brizola e o Grupo de Lisboa, queriam encontrar uma filosofia política que atualizasse as bases do trabalhismo brasileiro, agora em um mais amplo contexto internacional.<sup>298</sup>

Com o amadurecimento das discussões com grupos que estavam fora do trabalhismo, grupos passaram a se articular para a reorganização no partido dentro do Brasil. Doutel de Andrade acabou sendo escolhido o presidente da comissão provisória reorganizadora do PTB.<sup>299</sup>

Logo após sua chegada, Brizola passou a frequentar a casa de Mario Soares, em Sintra, e a participar das reuniões dos socialistas europeus na condição de observador. A chegada a Portugal também representou o início definitivo da campanha pela reformulação do PTB. Agora, todos os exilados que possuíam algum peso político e certa aproximação com a esquerda brasileira passavam a serem vistos pelos líderes trabalhistas como essenciais na reconstrução e formatação de um grande vértice das esquerdas brasileiras que giraria em torno de um grande líder nacional, Leonel Brizola.

Com a definição de rumos a serem seguidos, a primeira tarefa era a de dialogar com os principais exilados. Assim Leonel Brizola e seus principais aliados passaram a viajar por diversos países e continentes palestrando com exilados das mais diversas cores políticas para criar o mínimo de condições para atraí-los a um encontro em Lisboa que

---

<sup>296</sup> BRIGAGAO, Clovis; RIBEIRO, Trajano. Op.cit, p. 53.

<sup>297</sup> Ibidem, p. 58 e 59.

<sup>298</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>299</sup> Ibidem, p. 71.

selasse tal acordo em torno do PTB. Inicialmente, voltando a Nova Iorque, a comitiva de Brizola seguiu a Amsterdã, Hamburgo, Paris, Genebra, retornou a Lisboa, deslocou-se a Estocolmo e, em seguida, rumou a Cidade do México. Após conversas na capital mexicana, Brizola foi a Boston, Nova Iorque e finalizou sua turnê política em Washington.

No México reuniu-se com um grupo de exilados muito próximo dele: Neiva Moreira, Francisco Julião, Betinho, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra e José Thiago Sintra.

O encontro com o grupo do México, no Hotel Cassino de La Selva, em Curnavaca, contou com o apoio do Partido Revolucionário Institucional (PRI), especialmente do governador Morelos, e com a presença do escritor Gabriel Garcia Márquez. A discussão acabou encaminhando-se na direção, exposta por vozes entre o grupo, de que Brizola deveria retomar o projeto revolucionário e ser o Fidel Castro brasileiro. Brizola deu voltas e voltas no seu raciocínio para, então, negar que aquele fosse seu propósito e destino. Comentou mais tarde com Clovis Brigagão que ficara irritado com aquela comparação e insinuação, e que seu projeto de volta ao Brasil jamais seria o de retomar o caminho da revolução, mas, sim, o de travar a luta democrática.<sup>300</sup>

O encontro de Lisboa realizou-se entre os dias 15 e 17 de junho de 1979 com cento e quarenta trabalhistas do Brasil e exilados, na sede do PSP. Foram convidados como observadores membros do PSP (Portugal), PSOE (Espanha), PSC (Chile), AD (Venezuela), PRI (México), Frente Sandinista da Nicarágua, Frente de Libertação de Moçambique, do MPLA (Angola), PAIGC (Guiné e Cabo Verde) e do MLSTP (São Tomé e Príncipe).<sup>301</sup>

Os trabalhos foram organizados em 12 comissões, coordenadas por Theotonio dos Santos, José Gomes Talarico, Neusa Brizola, Cibilib Viana, Clovis Brigagão, Hélio Fontoura, Carlos Minc, José Thiago Sintra, José Carlos Mendes, Domingos Fernandes, José Maria Rabelo e Alex Souza. Logo de início as divisões entre as propostas políticas e os projetos para a abertura brasileira já ficaram evidentes: de um lado o Grupo de Lisboa, considerado moderno e completamente vinculado às experiências democráticas recentes da Europa, do Partido Socialista Português e da Internacional Socialista; e outro, considerado “radical”

---

<sup>300</sup> Ibidem, p. 162.

<sup>301</sup> Ibidem, p. 97.

que ficou conhecido como Grupo do México, tendo como principais figuras os exilados no México. Este segundo agrupamento de intelectuais tinha como principais lideranças Vania Bambirra, Theotonio dos Santos e Neiva Moreira.

Havia ainda, segundo Clovis Brigagão e Trajano Ribeiro, participantes do encontro, um grupo intermediário, de políticos e intelectuais que trafegavam entre os ditos modernos e os radicais. Darcy Ribeiro, Doutel de Andrade e o próprio Trajano Ribeiro apareciam nos debates como atores por vezes neutros e, em outros momentos, assumindo posturas que não os definiam em nenhum dos polos.

Os temas que os dividiam giravam em torno de diferenças nas concepções doutrinárias (socialismo, socialismo democrático, democracia socialista, social-democracia), anistia e posicionamento em relação aos trabalhadores. A comissão responsável pela Carta de Lisboa foi composta por Darcy Ribeiro, Benedito Cerqueira, Lysaneas Maciel, Hélio Fontoura e Pedro Uchoa Cavalcanti, o último foi o relator, o documento acabou aprovado, utilizando como mote o socialismo democrático e levando em grande parte as diretrizes dos vitoriosos do “Grupo de Lisboa”. “Os que pretendiam incluir ideias e propostas mais radicais do nacionalismo ao socialismo, não chegaram a empolgar o público presente”.<sup>302</sup> Neiva Moreira em sua autobiografia afirma que a redação final da carta foi comandada por Doutel de Andrade, que, ao lado de Darcy e Cavalcanti deram as letras finais ao documento de fundação do **trabalhismo brasileiro**.<sup>303</sup>

O debate em torno do “novo **trabalhismo**”, condensado no encontro de Lisboa, foi coordenado e dirigido pela facção majoritária, representada por Brizola, o grupo de Lisboa. Não por acaso, o grupo europeu estava fortemente alicerçado nas experiências sociais-democratas da Suécia e da Alemanha, além do otimismo pós-ditatorial da Espanha e, principalmente, de Portugal. Leonel Brizola aproximou-se muito dos exilados europeus, aglutinando-os em torno de um projeto de país agora domesticado pela democracia representativa e pelo mote da anistia ampla, geral e irrestrita.

---

<sup>302</sup> BRIGAGAO, Clovis; RIBEIRO, Trajano. Brizola. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 103.

<sup>303</sup> MOREIRA, Neiva. *Pilão da madrugada*. Depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989, p. 415.



*Figura 6 - O líder socialista português Mario Soares abriu o Encontro dos Trabalhistas brasileiros em 1979. Arquivo do PDT.*

**5.4 Nasce uma rosa vermelha:** a Carta de Lisboa e a reconfiguração de um partido trabalhista brasileiro.

Lisboa, 17 de junho de 1979. Esta foi a data de refundação do **t**rabalhismo brasileiro. Como no dia 24 de agosto de 1954, o **t**rabalhismo se refazia, sua transformação se materializava novamente. A transmutação dessa cultura política, em profundo diálogo com experiências políticas europeias e com um debate amadurecido de projetos políticos de esquerda que foram derrotados pela ditadura brasileira, foi concretizada pela Carta de Lisboa.

Resultado dos debates feitos oficialmente em Lisboa naquele final de primavera, mas que já vinham sendo costurados, debatidos e tornados públicos nos anos anteriores, o documento apresentava um novo projeto político para a redemocratização do Brasil. O **t**rabalhismo, agora repaginado, sofisticado e readaptado ao debate político universal se reapresentava como uma opção não só ao povo brasileiro, mas ao mundo ocidental moderno.

Sem deixar de registrar seu próprio passado, a Carta inicia com a utilização da figura fundadora do ex-presidente Getúlio Vargas e seu

dramático desaparecimento, sempre útil no chamamento político trabalhista. Mas, logo em seguida, já revela sua nova roupagem defendendo a construção no Brasil de uma sociedade “socialista, fraterna e solidária, em Democracia e em Liberdade”.

Os trabalhistas também não mediam esforços na demonstração de um espírito conciliatório, querendo representar para o povo brasileiro o espírito de fraternidade e da tolerância. Registrando, inclusive que o **trabalhismo** seria um projeto “pluralista e profundamente democrático”. Afastando qualquer possibilidade de serem acusados de um passado em que as estratégias do confronto e das armas pudessem ser manejadas pelos adversários políticos.

Indo e vindo. Dialogando com o novo e com suas tradições, a Carta voltava a avaliar o passado, discutindo as reformas de base, tão aclamadas pela sociedade brasileira e tão defendidas pelos trabalhistas, símbolos da derrota de 1964 e da derrubada do líder João Goulart. Tais reformas deveriam ser retomadas para finalmente “libertar as energias do povo brasileiro”. Mulheres, negros, indígenas, as chamadas “minorias”, são aclamadas pelos trabalhistas que afirmam, a todo o momento, dar prioridade aos oprimidos e marginalizados. Marginalizados estes que têm primazia no documento de refundação do **trabalhismo**: a ditadura havia criado um conjunto de pessoas que nem mais ao mundo do trabalho conseguem pertencer. Estes deveriam ter uma atenção especial dos novos governantes que precisavam acabar com “essa vergonha nacional”.

Com isso, seguindo o modelo que já havia sido adotado pelo **socialismo democrático europeu**, o **trabalhismo brasileiro**, configurado novamente em um partido político, desproveu-se de ser apenas uma bancada empenhada na defesa dos trabalhadores, passando a criar uma expectativa de partido de massas, preocupado de forma ampla com a ligação a uma série de movimentos sociais que se fortaleciam no final da década de 1970.<sup>304</sup>

O texto termina com a afirmação de que “não serão soluções importadas” que nos levariam a saída da crise brasileira e, por isso, “o caráter coletivo, comunitário e não individualista da visão trabalhista”, a partir do qual, no ano seguinte, em 1980, o povo organizado teria a

---

<sup>304</sup> VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964-..)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3. (Coleção As Esquerdas no Brasil), p. 493.

possibilidade de se envolver no Congresso nacional trabalhista que reconstruiria o PTB. Sabemos que isso não foi possível. A sigla, disputada entre Ivete Vargas e o grupo trabalhista acabou nas mãos da primeira, fazendo surgir o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Finalizando a carta, como não poderia ser diferente, os trabalhistas afirmam que nesse próximo Congresso os trabalhistas continuariam firmes, “sob a inspiração da Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas, a caminhada junto ao povo que nos levará à emancipação da Pátria”.

Dessa maneira, a Carta de Lisboa, ligada umbilicalmente a sua antecessora, a Carta-Testamento de Vargas, fecharia o dramático ciclo trabalhista iniciado no fatídico dia 24 de agosto de 1954, quando o então Presidente da República resolveria terminar ao mesmo tempo com sua vida e com a crise política que se arrastava no Brasil.

Com a Carta de Lisboa, nascia o novo trabalhismo. Com o novo trabalhismo aparecia no Brasil uma proposta socialista diferente, sofisticada, moderna, afastada da antiga ligação com o comunismo. Marginalizando inclusive o marxismo, tal socialismo não seria mais o da luta incessante dos trabalhadores, mas sim, um “socialismo humano” que despreza a violência e beira a conciliação de classes. Esse socialismo não seria aquele da foice e do martelo. Ainda vermelho, mas frágil e sensível como um rosa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Entre cartas vermelhas

Na manhã do dia 24 de agosto de 1954, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, põem fim a crise política que se arrastava praticamente desde sua posse em 1951. Pressionado diante do agravamento das tensões geradas pela Guerra Fria com o PTB, aproximou-se ainda mais dos trabalhadores. Acuado diante das acusações de corrupção que se aproximavam inclusive da sua família, recusando-se à solução da renúncia, o ex-ditador e líder do PTB buscou a alternativa dramática do suicídio. Tal alternativa, complementada por um testamento político público, paralisaria o país, poria um violento fim a sua oposição naquele momento imediato e radicalizaria suas bases políticas.

Com a Carta-Testamento de Vargas, o trabalhismo brasileiro, numa complexa construção desde a década de 1930, sofreria um forte trauma. Getúlio Vargas, já construído em mito antes de sua morte, transformara-se em símbolo e na própria bandeira de luta. O documento do suicida, banhado a sangue, transformou-se nas diretrizes dos trabalhistas, modificando a tradição trabalhista, radicalizando-a.

Nos anos posteriores, percebemos a dinamização do trabalhismo brasileiro. Não sendo somente uma tradição, estaque, a-histórica, o trabalhismo brasileiro deve ser visto como uma cultura política. A noção de cultura política não explica tudo. Ela nos dá elementos para percebermos determinadas correntes políticas e sua dinâmica no tempo. O trabalhismo esteve longe de significar uma cultura política homogênea, totalmente coerente. Dentro do trabalhismo situava-se diferentes leituras do projeto, que, radicalizadas, poderiam se chocar mesmo internamente. Durante o governo João Goulart, os trabalhistas radicais procuraram atuar como polo de defesa intransigente das reformas, “na lei ou na marra”, enquanto outros trabalhistas buscavam mediante a negociação com outros grupos políticos a efetivação das leis.

Ainda assim, o trabalhismo se configura como cultura política quando seus projetos, seus conjuntos de ideias, seus símbolos, seus mitos e suas leituras do passado são correspondentes. Radicais ou fisiológicos, os grupos trabalhistas tinham leituras parecidas sobre a solução para os problemas brasileiros.

Como toda cultura política, percebemos forte dinamismo no **trabalhismo** brasileiro nas décadas que seguem até seu momento de reelaboração e consolidação. Principalmente após a morte de Vargas alimentou-se de culturas políticas à esquerda e do nacional-estatismo, porém não perdeu suas bases filosóficas. Com as novas diretrizes católicas, recebeu grande energia do humanismo cristão.

Nos anos que antecedem o golpe civil e militar, o **trabalhismo** passou a dialogar mais intimamente com os comunistas brasileiros. Se para a elite do PCB, o **trabalhismo** se tornara radical, a ponto de seus membros serem considerados, até mesmo, “revolucionários”, após o golpe, esses nacionalistas tornaram-se uma “fonte de ilusão” que atraiu os comunistas para coloca-los na inércia.

Assim como vimos nos casos de Blumenau e Criciúma, o **trabalhismo** radicalizado transitava entre a criação do PCB, a formação de grupos brizolistas e a disseminação de periódicos, tanto comunistas quanto trabalhistas, consolidando e popularizando culturas políticas em profundas trocas e articulações. Chico Pereira foi um caso exemplar dessa articulação.

Líder do governo João Goulart na Câmara, vice-governador de Santa Catarina, líder trabalhista no Estado, principal articulador na relação em comunistas e trabalhistas em Santa Catarina, Almino Douel de Andrade passou a ser uma das poucas figuras políticas trabalhistas quando tal cultura política passou a contrair-se após o golpe com o sufocamento que o **trabalhismo** passou a sofrer com as perseguições, acusações e fugas. Até 1976, com a morte de João Goulart, foi o principal contato do ex-presidente no Brasil. Douel e Jango lideraram o grupo trabalhista que não desistia da saída política e negociada para o regime autoritário que aos poucos se instalava na política brasileira.

Douel de Andrade, Chico Pereira, João Goulart e Leonel Brizola. Cada um a sua maneira, assim como fizera o próprio Getulio Vargas, dentro de suas escolhas, acabava por manejar, articular e, dessa forma, dar novos elementos ao **trabalhismo**. Da mesma forma que os elementos do **trabalhismo** ajudavam a definir suas decisões políticas, interferiam na maneira com que o **trabalhismo** era disseminado e consolidado como referencial.

No exílio, centenas de brasileiros, ao repensar suas estratégias políticas, a luta armada e suas ideias de nação criavam novas soluções para o projeto de Brasil. O **socialismo** democrático europeu passou a ser uma forte referência política. Os elementos históricos desse **socialismo** tornam-se uma referência para os trabalhistas na medida em que muitas

dessas pessoas identificam-se no projeto do socialismo com rosto humano, não marxista, que em grande medida negava a questão das classes sociais, elemento que o trabalhismo poderia apropriar facilmente. O caso do socialismo português, que passou a significar uma saída moderada para a Ditadura Portuguesa, serviu para demonstrar aos trabalhistas que eles poderiam aparecer para a sociedade brasileira como a solução política. Vistos internacionalmente como a solução para os “radicalismos”, os socialistas voltavam a fazer o papel de apaziguadores de crises e contenção do comunismo do leste, vendo no trabalhismo brasileiro esta solução.

Nesse jogo entre interesses, pressões e escolhas, mas, ao mesmo tempo, de ideias políticas, esperanças, de mitos e símbolos, o trabalhismo brasileiro se reconstrói. Se a primeira grande mudança no trabalhismo foi causada pelo trauma do suicídio de Getúlio e sua Carta-Testamento, a reorganização trabalhista foi consolidada com a Carta de Lisboa.

A Carta de Lisboa, com diversos chamados à Carta de Vargas, fecharia assim o ciclo de traumas, violências, debates e daria novas diretrizes ao trabalhismo brasileiro. A Carta de Lisboa significou, assim, o registro dos debates que modernizaram e sofisticaram o antigo trabalhismo brasileiro na direção do socialismo democrático e moderado.

A dinâmica do trabalhismo foi balizada por cartas. Cartas vermelhas de diferentes formas. O trauma do suicídio, a imagem de sangue passou a se vincular a primeira. Getúlio Vargas, mito fundador do trabalhismo, seria o símbolo de uma cultura política que passaria a construir, lado a lado, com o comunismo brasileiro, a organização dos trabalhadores e a luta por reformas da estrutura social brasileira. No seu dinamismo, não respondendo as crises que abateram o país, o trabalhismo passou a se rearticular. O socialismo democrático e o símbolo da rosa passaram a servir de inspiração de um projeto “mais humano”, menos radical e traumático. A democracia formal, e não mais as reformas na “lei ou marra”, dariam a nova tonalidade vermelha que pintaria a rosa brasileira nas décadas que viriam a seguir.

## ARQUIVOS CONSULTADOS

### BRASIL

Arquivo Nacional – Brasília/DF

Arquivo Superior Tribunal Militar – Brasília/DF

Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina – Florianópolis/SC

### PORTUGAL

Arquivo Casa Brasil de Lisboa – Lisboa

Arquivo Fundação Mario Soares – Lisboa

Arquivo Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros -  
Lisboa

Centro de Documentação 25 de Abril - Coimbra

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Aronne de Abreu; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

ALVES, Maria Helena M. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), tradução:Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

BALDISSERA, Marli. *Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai - RS*. Passo Fundo, RS, Brasil: Universidade de Passo Fundo, UFP Editora.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998

\_\_\_\_\_. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

\_\_\_\_\_; MILZA, Pierre. *História da Europa: Do século XIX ao início do século XXI*. Lisboa: Plátano, 2007

\_\_\_\_ (Org.). *Les Cultures Politiques em France*. Paris: Éditions du Seuil, 1999

\_\_\_\_ (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BRIGAGAO, Clovis; RIBEIRO, Trajano. Brizola. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro (Org). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006

CANAS, Vitolino. (org.) *O Partido Socialista e a Democracia*. Oeiras: Celta, 2005

CAROLAV, Carlos Renato; TRICHES, Janete; ZANELATTO, João Henrique. *Antíteses*. V. 9, n. 17, p. 200-221, jan./jun. 2016, p. 204.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da Republica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. A Internacional Socialista vai à América Latina. *Revista Críticade Ciências Sociais*. Nº3, Dezembro de 1979, pp. 101 – 110.

\_\_\_; RAMOS, Jovelino (org.) *Memórias do Exílio: Brasil 1964/19??*. V.1. Lisboa: Arcádia, 1976

D'ARAUJO, Maria Celina. “Partidos Trabalhistas no Brasil: reflexões atuais.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6. 1990.

DROZ, Jacques. *O Socialismo Democrático*. Luanda: Mulemba, 2014

ELIAS, Norbert. *Sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

ESPADA LIMA, Henrique. *A MICRO-HISTÓRIA italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FARACO, Sérgio. *Lágrimas na chuva: uma aventura na URSS*. Porto Alegre: L&PM, 2002

FERNANDES, Maria Luiza; ALMEIDA, Rufino Porfirio. *Partidos e sindicato: um estudo de caso: o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma*. 1992. 160f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia – 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011,

\_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)*. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FERRARETO, Luiz Artur. *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20*. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. Chapecó: Argos, 2005.

FRERE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. *Varia hist.* vol.30 no.52, Belo Horizonte Jan./Apr. 2014.

\_\_\_\_\_. Ecos da Estação Lisboa: O exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Nº64, Oeiras, set. 201º, pp. 37 – 57.

FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

GOLLO, Luiz Augusto. *Doutel de Andrade*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

LEMOS, Gustavo Perez. *Mineiros e sindicalistas na cidade do carvão: Criciúma (1952-1964)*. Florianópolis, 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História

LENCINA, Daiana Castoldi. *Camarada Aldo Pedro Dittrich: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)*. Florianópolis, 2011. 164 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACEDO, Michelle Reis. *Recusa do passado, disputa no presente: esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)*. TESE DE DOUTORADO. Apresentada na UFF, 2012.

MARTINS, Celso. *Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27 / Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MATEUS, Rui. *Contos proibidos*. Lisboa: Dom Quixote, 1996.

MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. V.1. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_ (Org.). *História do marxismo no Brasil*. v.2. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

MOREIRA, Neiva. *Pilão da madrugada*. Depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998.

MUNHOZ, Sidnei. Ecos da Emergencia da Guerra Fria no Brasil (1947 – 1953). *Diálogos*, DHI/UEM, v. 6. p. 41-59, 2002

PACHECO, Diego. *Os Times do Povo: os grupos dos onze e os trabalhistas em Santa Catarina*. Curitiba: Prismas, 2014.

PEDROSA, Fernando; La outra izquierda: las estratégias de la socialdemocracia europea em America Latina (1951 – 1971). *História y problemas del siglo XX*. Vol. 2, Año 2, 2011, pp.115 – 136.

\_\_\_\_. La outra izquierda: la socialdemocracia em América Latina. Capital Intelectual, 2012.

PEZAT, Paulo. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.255-285, jan./dez. 2006.

PEZZONIA, Rodrigo. *Exílio em Português: política e vivencias dos brasileiros em Portugal (1974 – 1982)*. 2016. 296p. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016,

PINTO, Antonio Costa. O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa. Camoes: Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº5, Abr/Jun, 1999

PINZKY, Carla Bassanezi (org), *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes : e a Aliança Nacional Libertadora : os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*.- São Paulo : Brasiliense, 2008

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. (?)

REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: UNESP, 2003

\_\_\_\_\_. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro, 2014

\_\_\_\_\_. *Luiz Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

REMOND, Rene. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnes. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo, Cultrix, 1976

\_\_\_\_\_. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003

RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. Florianópolis: Garapuvu, 2001

ROIO, Marcos del, *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935 (Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.*

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_; e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (ORG). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SASSOON, Donald. *Cem anos de socialismo: a Esquerda Europeia Ocidental no Século XX*. Lisboa: Contexto, 2001

SENTO-SÉ, João Trajano. “Um Encontro em Lisboa. O novo trabalho do PTB”. In:

SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. In: *Radical History Review*, No.91, 2005.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operaria inglesa*. 3v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

\_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

VIEIRA, Jaci Guilherme. História do PCB em Santa Catarina – da sua gênese até a operação Barriga Verde. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em História da UFSC. 1994

VINHAS, Moises. *O Partido: a luta por um Partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.

VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis, 1982. x, 322 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais,

WEFFORT, Francisco. *Sindicato e Política*. Tese de Livre Docência, USP, São Paulo, 1975.

WILLIAN, Wagner. *O soldado absoluto*. Rio de Janeiro: Record, 2005.